



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LIX – Nº 040 – SÁBADO, 20 DE MARÇO DE 2004 – BRASÍLIA - DF

MESA		
<p>Presidente José Sarney – PMDB – AP</p> <p>1ª Vice-Presidente Paulo Paim – BLOCO – PT – RS</p> <p>2ª Vice-Presidente Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO</p> <p>1ª Secretário Romeu Tuma – PFL – SP</p> <p>2ª Secretário Alberto Silva – PMDB – PI</p>	<p>3ª Secretário Heráclito Fortes – PFL – PI</p> <p>4ª Secretário Sérgio Zambiasi – BLOCO – PTB – RS</p> <p>Suplentes de Secretário 1ª João Alberto Souza – PMDB – MA 2ª Serys Slhessarenko – BLOCO – PT – MT 3ª Geraldo Mesquita Júnior – BLOCO – PSB – AC 4ª Marcelo Crivella – BLOCO – PL – RJ</p>	
LIDERANÇAS		
<p>LIDERANÇA DO BLOCO DE APOIO AO GOVERNO E DA MINORIA - 22 (PT -13, PSB - 3, PTB – 3, PL 3)</p> <p>LÍDER - PT Ideli Salvatti - PT</p> <p>Vice-Líderes Roberto Saturnino - PT Ana Júlia Carepa - PT Flávio Arns - PT</p> <p>LÍDER - PL - 3 Magno Malta - PL</p> <p>Vice-Líder Aelton Freitas</p> <p>LÍDER - PSB - 3 João Capiberibe - PSB</p> <p>Vice-Líder PSB Geraldo Mesquita Junior</p> <p>LÍDER - PTB - 3 Duciomar Costa - PTB</p> <p>LIDERANÇA DO PMDB - 23</p> <p>LÍDER Renan Calheiros - PMDB</p>	<p>Vice-Líderes Hélio Costa Sérgio Cabral Luiz Otávio Ney Suassuna Garibaldi Alves Filho Romero Jucá Papaléo Paes</p> <p>LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA – 28 PFL 17, PSDB - 11</p> <p>LÍDER Efraim Moraes - PFL</p> <p>Vice-Líderes Tasso Jereissati - PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolfo Tourinho – PFL</p> <p>LÍDER - PFL José Agripino - PFL</p> <p>Vice-Líderes Paulo Octávio Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho José Borges João Ribeiro</p> <p>LÍDER - PSDB Arthur Virgílio - PSDB-AM</p>	<p>Vice-Líderes Antero Paes de Barros Lúcia Vânia Leonel Pavan Álvaro Dias</p> <p>LIDERANÇA DO PDT - 5 LÍDER Jefferson Péres - PDT</p> <p>Vice-Líder Almeida Lima</p> <p>LIDERANÇA DO PPS – 2</p> <p>LÍDER Mozarildo Cavalcanti - PPS</p> <p>LIDERANÇA DO GOVERNO</p> <p>LÍDER Aloizio Mercadante – PT</p> <p>Vice-Líderes Fernando Bezerra – PTB Patrícia Sabóya Gomes – PPS Hélio Costa – PMDB Marcelo Crivella – PL Ney Suassuna – PMDB Ideli Salvati - PT</p>
EXPEDIENTE		
<p>Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>	

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 20ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 19 DE MARÇO DE 2004

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Comunicação da Presidência

Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas perante a Mesa ao Projeto de Lei da Câmara nº 98, de 2003 (nº 7.511/2003, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera dispositivos da Lei nº 7.501, de 27 de junho de 1986, e dá outras providências. 07837

1.2.2 – Ofícios

Nº 53/2004, de 18 do corrente, da Liderança do PCdoB na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a apurar responsabilidades pela evasão de divisas realizadas no Brasil no período de 1996 a 2002. 07837

Nº 56/2004, de 18 do corrente, da Liderança do PCdoB na Câmara dos Deputados, de indicação de membro para compor a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a apurar responsabilidades pela evasão de divisas realizadas no Brasil no período de 1996 a 2002. 07837

1.2.3 – Leitura de requerimento

Nº 337, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando ao Ministro de Estado da Previdência Social as informações que menciona. 07837

1.2.4 – Leitura de pareceres

Nº 280, de 2004, da Comissão de Fiscalização e Controle, sobre o Diverso nº 31, de 1998 (Aviso nº 724/98, na origem), que encaminhou cópia da Decisão nº 244/98, de 15 de outubro de 1998, do Tribunal de Contas da União, referente à auditoria realizada na área de habitação e hipoteca da Caixa Econômica Federal, para apurar aspectos pertinentes ao descumprimento de normas específicas e de determinações expedidas pelo Tribunal. 07838

Nºs 281 e 282, de 2004, das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Fiscalização e Controle, respectivamente, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 114, de 1996, de iniciativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que declara a nulidade da compra, pela Companhia Vale do Rio Doce, das ações dos acionistas controladores da Urucum Mineração S.A., e dá outras providências. 07843

1.2.5 – Comunicações da Presidência

Encaminhamento ao Arquivo do Diversos nº 31, de 1998. 07847

Inclusão em Ordem do Dia, oportunamente, do Projeto de Decreto Legislativo nº 114, de 1996, a fim de ser declarado prejudicado. 07847

1.2.6 – Discursos do Expediente

SENADOR ALVARO DIAS – Comentário a respeito das declarações do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre a proibição dos bingos. Carga tributária no Brasil. 07847

SENADOR LEONEL PAVAN – Aumento da carga tributária. Necessidade de ajuda aos agricultores em decorrência da estiagem em Santa Catarina. Apelo pela liberação de recursos destinados aos municípios. 07851

SENADOR RODOLPHO TOURINHO – Transcurso dos 50 anos de criação da Escola de Música da Universidade Federal da Bahia. 07854

SENADOR RAMEZ TEBET – Redução da taxa básica de juros. Obstáculos ao crescimento econômico do Brasil. Defesa da redução da burocracia no País. Parceria público-privada para obras de infra-estrutura. 07855

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Leitura de matéria publicada nos jornais **A Crítica** e **Correio Braziliense** a respeito de desvio de dinheiro envolvendo a ONG CUNPIR – Coordenação da União das Nações e Povos Indígenas de Rondônia, Noroeste do Mato Grosso e Sul do Amazonas. 07859

SENADOR ROMERO JUCÁ, como Líder – Desenvolvimento sustentável da Amazônia. Indi-

cação de S. Ex^a para Vice-Líder do Governo no Senado Federal. 07862

SENADOR *ARTHUR VIRGÍLIO* – Matérias publicadas na imprensa a respeito do governo federal e de declarações do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. 07865

SENADORA *LÚCIA VÂNIA* – Notícia publicada no jornal **Folha de SP** em que a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) cobra mudança na política econômica. Alerta sobre as consequências das greves que se espalham pelo País. 07904

SENADOR *ANTERO PAES DE BARROS* – Estranheza diante da semelhança entre o anteprojeto para regularização dos bingos encaminhado pelo Ministério dos Esportes à Casa Civil e o texto enviado a autoridades e parlamentares pela Associação Brasileira de Bingos – ABRABIN. 07906

SENADOR *JOÃO RIBEIRO* – Redução da piscosidade dos rios brasileiros, em especial do rio Araguaia. Necessidade de desenvolvimento de uma política que assegure o repovoamento da bacia pesqueira nacional. 07908

1.2.7 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR *VALMIR AMARAL* – Transcurso, hoje, do Dia do Funcionário Público Municipal. 07910

SENADOR *ROMERO JUCÁ* – Trabalho desenvolvido pela Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão. 07910

SENADOR *ARTHUR VIRGÍLIO* – Crise política criada pelo escândalo na Casa Civil e suas consequências para o setor econômico do País. 07911

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – ATOS DO PRESIDENTE

N^{os} 28 a 38, de 2004. 07914

3 – PORTARIAS DO DIRETOR-GERAL

N^{os} 45 a 47, de 2004. 07919

4 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

N^{os} 457 a 464, de 2004. 07921

SENADO FEDERAL

5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52^a LEGISLATURA

6 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

7 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

8 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

9 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

10 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

11 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

12 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

13 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

14 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

Ata da 20ª Sessão Não Deliberativa, em 19 de março de 2004

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Eduardo Siqueira Campos, Leonel Pavan, Rodolpho Tourinho,
João Ribeiro e da Sra. Lúcia Vânia*

(Inicia-se a sessão às 9 horas.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

A Presidência comunica ao Plenário que se encerrou ontem o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Lei da Câmara nº 98, de 2003** (nº 7.511/2003, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *altera dispositivos da Lei nº 7.501, de 27 de junho de 1986, e dá outras providências*.

Ao Projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte

Of. nº 53/2004

Brasília, 18 de março de 2004

Exmº Senhor
Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal
Nesta
Assunto: Substituição de Membro da CPI

Senhor Presidente,

Solicito a Vossa Excelência a substituição do Deputado Sérgio Miranda pela Deputada Perpétua Almeida como suplente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a “apurar responsabilidades pela evasão de divisas realizadas no Brasil no período de 1996 a 2002”.

Respeitosamente, Deputado **Renildo Calheiros**,
Líder do Pcdob.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos)
– Será feita a substituição solicitada.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte

OF. nº 56/2004

Brasília, 18 de março de 2004

Exmº Senhor Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal
Nesta
Assunto: Indicação de Membro para CPI

Senhor Presidente,

Indico, nos termos regimentais, o Deputado Sérgio Miranda como titular da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a “apurar responsabilidades pela evasão de divisas realizadas no Brasil no período de 1996 a 2002”.

Respeitosamente, – **Renildo Calheiros**, Líder do PCdoB.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos)
– O ofício lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 337, DE 2004

Requer ao Ministro da Previdência Social, informações acerca do anúncio de aumento da alíquota do INSS, para pagamento das perdas dos aposentados.

Requeiro, de acordo com o art. 216, do Regimento Interno, combinado com o que dispõe o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e considerando a competência fiscalizadora do Congresso Nacional, que sejam solicitadas, ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Previdência Social, informações pormenorizadas sobre o anúncio de que o Ministro já teria se decidido a propor ao Governo, a elevação da contribuição da Previdência Social, para criar um fundo, durante cinco anos, destinado ao pagamento das perdas dos

aposentados decorrente das conversões do cruzeiro para URV, entre 1994 e 1997.

1 – Qual o valor exato pretendido para esse fim?

2 – Quando terá início a cobrança?

Justificação

Os jornais de hoje, dia 19 de março de 2004, publicam amplas matérias segundo as quais o Ministério da Previdência, conforme anúncio feito pelo próprio titular, o Exm^o Senhor Senador Amir Lando, já teria concluído estudos para sugerir ao Governo a elevação da contribuição previdenciária incidente sobre empregados e empresas, para pagamento das perdas dos aposentados por ocasião da conversão do cruzeiro para URV.

A idéia intranqüiliza a sociedade civil brasileira, já excessivamente sobrecarregada com pesada incidência tributária sobre salários, pelo que, ao Senado, como órgão fiscalizador, é importante conhecer pormenores a respeito do assunto, daí a razão deste Requerimento de Informações.

Sala das Sessões, 19 de março de 2004. –
Arthur Virgílio, Líder do PSDB.

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos)

– O requerimento lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, inciso III, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos)

– Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes

PARECER Nº 280, DE 2004

Da Comissão de Fiscalização e Controle sobre Diversos nº 31/98 (Aviso nº 724/98), Decisão nº 244/98, de 15 de outubro de 1998, do Tribunal de Contas da União, referente à Auditoria realizada na área de habitação e hipoteca da Caixa Econômica Federal, para apurar aspectos pertinentes ao descumprimento de normas específicas e de determinações expedidas pelo Tribunal.

Relator: Senador **Romero Jucá**

I – Relatório

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Sistema Financeiro da Habitação, constituída em

atenção ao Requerimento nº 595, de 1991 -CN, em seu Relatório Final, em maio de 1993, apresentou a seguinte proposta:

“II – Investigação, pelo Tribunal de Contas da União, com o auxílio de suas inspetorias Regionais, em todas as Superintendências Regionais da Caixa Econômica Federal e no Ministério do Bem-Estar Social da execução de projetos financiados com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço entre 1990 e 1992, nas áreas de habitação popular (notadamente os programas PAIH, PEP e PROAHÃP Setor Público), de saneamento básico e de infra-estrutura urbana.

O objetivo das investigações é apurar a ocorrência de irregularidades quanto ao descumprimento da distribuição de recursos entre os vários programas, quanto à ocorrência de superfaturamento de obras e quanto a contratações de financiamentos em desacordo com o orçamento do FGTS, aprovado pelo Conselho Curador.”

A proposta da CPMI foi devidamente encaminhada ao Tribunal de Contas da União, sendo registrada sob o nA' TC 009.511-93-8

Em 1994, por força da Decisão nº 72/94 – TCU (2ª Câmara), de 7 de abril de 1994, o Tribunal decide incluir no Plano de Auditorias para 1995 a área de habitação e hipoteca das Superintendências Regionais da Caixa Econômica Federal. Na época foi determinado pelo Tribunal que fosse analisada a possibilidade de inclusão no escopo dessa Auditoria o exame de aspectos relacionados a superfaturamento de obras, conforme solicitado pelo Congresso Nacional. O Relatório dessa Auditoria foi concluído pela Equipe Técnica e entregue à 8ª SECEX do Tribunal de Contas da União em 12 de dezembro de 1995. Em 5 de março de 1996 foi o referido Relatório entregue ao Ministro Relator Adhemar Paladini Ghisi.

O Ministro Adhemar Ghisi somente em 15 de outubro de 1998 apresentou o seu Relatório ao Tribunal, o qual foi apreciado pela 2ª Câmara, resultando na Decisão nº 244/98-TCU.

Os elementos constitutivos do presente processado foram enviados ao Congresso Nacional mediante o Aviso nº 724-SGS-TCU, de 19 de outubro de 1998, onde foram registrados como Diversos nº 31, de 1998, em face do contido no item 8.3 da Decisão nº 244/98-TCU:

“8.3. encaminhar à Presidência do Congresso Nacional, tendo em vista solicitação contida no relatório final da Comissão Mista de Inquérito, destinada a Apurar a Verdadeira Situação do Sistema Financeiro da Habitação, cópia das fls. 112-116 do relatório de auditoria, do Relatório e Voto que fundamentam esta Decisão;”

Considera, assim, o Tribunal ter atendido à proposta da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Sistema Financeiro da Habitação já transcrita anteriormente.

Em 23 de outubro de 1998, o Presidente do Senado Federal encaminhou a matéria em referência para análise desta Comissão de Fiscalização e Controle. Em 27-10-98 foi distribuída para relato ao Senador Gilberto Miranda, cujo Parecer, embora apresentado em 16-12-98, não chegou a ser apreciado pela Comissão. Por esse motivo e ainda em face do início de nova legislatura, fomos designados em 18/03/99 para examinar e relatar o presente processado.

I.1. Análise da Auditoria e da Decisão nº 244/98-TCU

Objetivos e Resultados da Auditoria

A Auditoria em comento, realizada no exercício de 1995, teve como objetivo avaliar a atuação da Auditoria Interna da Caixa Econômica Federal, verificar a existência de casos em que não foram adotadas providências para sanar falhas e punir os responsáveis. Foram, assim, analisados 327 processos de auditoria interna da CEF na área de habitação, abrangendo 30 das 31 Superintendências Regionais da CEF, nos quais foram constatadas diversas irregularidades e falhas nas áreas de financiamento à produção e comercialização de unidades habitacionais.

Inegável que as inúmeras e graves irregularidades e falhas detectadas em muito contribuíram para aumentar o déficit habitacional no País. Essas irregularidades e falhas, dentre as quais incluem-se casos de superfaturamentos verificados nos custos relativos a terrenos, urbanização, infra-estrutura e nas obras de vários empreendimentos, desencadearam uma cadeia de consequências maléficas, compreendendo aumento nos preços dos imóveis, dificuldades de comercialização e inadimplência. Por outro lado, imóveis não comercializados, num país com enorme déficit habitacional, ficam sujeitos a invasões que ocorreram de fato, até fins de setembro de 1995, em 140 empreendimentos, correspondendo à cerca de 34.000 unidades habitacionais.

Em face das inúmeras irregularidades constatadas, o TCIJ fez diversas determinações a CEF, dentre as quais destacamos:

- a) instauração de 23 sindicâncias ou apurações sumárias;
- b) instauração de 9 Tomadas de Conta Especiais;
- c) instauração de sindicâncias ou apuração sumária para investigar irregularidades ocorridas na concessão ou manutenção de financiamentos de 37 empreendimentos;
- d) agilização das medidas de cobrança e otimização dos procedimentos.

Atendimento à Proposta da CPMI

Foram anexadas à Decisão em análise as páginas 112 a 116 do Relatório da Equipe Técnica do TCU, que tratam dos casos de superfaturamento de obras, tendo em vista a solicitação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito já referida anteriormente, cuja proposta apontava como objetivo do levantamento apurar “...descumprimento da distribuição de recursos entre os vários programas, quanto à ocorrência de superfaturamento de obras e quanto a contratações de financiamentos em desacordo com o orçamento do FGTS, aprovado pelo Conselho Curador”.

Nesse sentido, são relacionados 6 casos de superfaturamento de obras, ou mesmo indícios de sua ocorrência, verificados nas diversas auditorias internas realizadas pela CEF.

Informa ainda a equipe técnica que “a análise de questões relacionadas a contratações de financiamentos em desacordo com o orçamento do FGTS é um assunto já tratado no TC 20.398/92-1 (em fase de apreciação por esta Corte de Pedido de Reexame apresentado por vários envolvidos contra a Decisão nº 111/93 – Plenário, que, dentre outras determinações, manda aplicar multas a esses responsáveis).”

Com isto, concluiu a Equipe Técnica atendida a proposta da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Ressalta, no entanto, a dificuldade para a realização de um levantamento mais efetivo, tendo em vista a ausência de pessoal tecnicamente qualificado na Equipe Técnica que efetuou a Auditoria.

Considerações sobre o trabalho do Tribunal

Ressalte-se, preliminarmente, a intempestividade do tema, tendo em vista os seguintes fatos:

– Relatório final da CPMI do Sistema Financeiro da Habitação: maio de 1993;

- Resposta do TCU ao Congresso Nacional: outubro de 1998;
- Tempo decorrido: 5 anos e 5 meses.

Indiscutível que esse enorme lapso de tempo dificulta a retomada do assunto pelo Congresso Nacional, assim como uma apuração adequada dos inúmeros indícios de irregularidades detectadas. Impossível obter efetividade em qualquer trabalho de fiscalização e controle com a adoção de procedimento tão moroso.

Consideramos, ademais, inexplicável que uma auditoria de tamanha importância, que resultou na constatação de inúmeras irregularidades e falhas na gestão dos recursos públicos destinados à habitação, tenha permanecido sem decisão de mérito do Tribunal por 2 anos e 10 meses, contados da apresentação do relatório Final da equipe (dez/95 a out/98). As inúmeras sugestões de determinações a serem feitas pelo Tribunal à CEF ficaram, dessa forma, sem o pronto encaminhamento que, ao nosso ver, a gravidade dos fatos exigia.

Não desconhecemos que, mesmo com a excessiva demora na análise do mérito da Auditoria pelo Tribunal, o trabalho produziu resultados positivos (abertura de processos paralelos para apuração de fatos específicos e providências adotadas pela própria direção da CEF para correção de falhas e irregularidades apontadas no Relatório). O que concluímos é que esses resultados positivos seriam bem mais expressivos caso o Tribunal tivesse analisado o Relatório Final da Auditoria com agilidade e, de pronto, determinado as inúmeras providências e ações nele sugeridas.

II – Voto

Em face da intempestividade dos procedimentos que poderiam ser adotados no âmbito desta Comissão e, em virtude de ter o TCU, em 2002, encenado aquele processo, remetendo-o a arquivo, nosso voto é no sentido de que esta Comissão conheça do processo e, no mérito, que delibere pela admissibilidade das instâncias em que tramita.

Portanto, visto que o processo já recebeu farta instrução no âmbito do Tribunal de Contas da União, chegando ao arquivamento, opinamos, igualmente, pelo arquivamento da matéria.

É o parecer.

Brasília, 15 de março de 2004. – **Ney Suassuna**, Presidente – **Romero Jucá**, Relator – **Aelton Freitas** – **Luiz Otávio** – **Gerson Camata** – **João Alberto Souza** – **Antonio Carlos Magalhães** – **Osmar Dias** – **Ana Júlia Carepa** – **Delcídio Amaral**.

DOCUMENTO ANEXADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA NOS TERMOS DO ART. 250 DO REGIMENTO INTERNO

RELATÓRIO

Relator: Senador **Ney Suassuna**

I – Relatório

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Sistema Financeiro da Habitação, constituída em atenção ao Requerimento nº 595, de 1991 -CN, em seu Relatório Final, em maio de 1993, apresentou a seguinte proposta:

“II – Investigação, pelo Tribunal de Contas da União, com o auxílio de suas Inspetorias Regionais, em todas as Superintendências Regionais da Caixa Econômica Federal e no Ministério do Bem-Estar Social, da execução de projetos financiados com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço entre 1990 e 1992, nas áreas de habitação popular (notadamente os programas PAIH, PEP e PROAHAP Setor Público), de saneamento básico e de infra-estrutura urbana.

O objetivo das investigações é apurar a ocorrência de irregularidades quanto ao descumprimento da distribuição de recursos entre os vários programas, quanto a ocorrência de superfaturamento de obras e quanto a contratações de financiamentos em desacordo com o orçamento do FGTS, aprovado pelo Conselho Curador”.

A proposta da CPMI foi devidamente encaminhada ao Tribunal de Contas da União, sendo registrada sob o nº TC 009.511-93-8.

Em 1994, por força da Decisão nº 72/94 – TCU (2ª Câmara), de 7 de abril de 1994, o Tribunal decide incluir no Plano de Auditorias para 1995 a área de habitação e hipoteca das Superintendências Regionais da Caixa Econômica Federal. Na época foi determinado pelo Tribunal que fosse analisada a possibilidade de inclusão no escopo dessa Auditoria o exame de aspectos relacionados a superfaturamento de obras, conforme solicitado pelo Congresso Nacional. O Relatório dessa Auditoria foi concluído pela Equipe Técnica e entregue à 8ª Secex do Tribunal de Contas da União em 12 de dezembro de 1995. Em 5 de março de 1996 foi o referido Relatório entregue ao Ministro Relator Adhemar Paladini Ghisi.

O Ministro Adhemar Ghisi somente em 15 de outubro de 1998 apresentou o seu Relatório ao Tribunal, o qual foi apreciado pela 2ª Câmara, resultando na Decisão nº 244/98-TCU.

Os elementos constitutivos do presente processado foram enviados ao Congresso Nacional mediante o Aviso nº 724-SGS-TCU, de 19 de outubro de 1998, onde foram registrados como Diversos nº 31, de 1998, em face do contido no item 8.3 da Decisão nº 244/98-TCU:

“8.3. encaminhar à Presidência do Congresso Nacional, tendo em vista solicitação contida no relatório final da Comissão Mista de Inquérito, destinada a Apurar a Verdadeira Situação do Sistema Financeiro da Habitação, cópia das fls. 112-116 do relatório de auditoria, do Relatório e Voto que fundamentam esta Decisão;”

Considera, assim, o Tribunal ter atendido à proposta da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Sistema Financeiro da Habitação já transcrita anteriormente.

Em 23 de outubro de 1998, o Presidente do Senado Federal encaminhou a matéria em referência para análise desta Comissão de Fiscalização e Controle. Em 27-10-98 foi distribuída para relato ao Senador Gilberto Miranda, cujo Parecer, embora apresentado em 16-12-98, não chegou a ser apreciado pela Comissão. Por esse motivo e ainda em face do início de nova legislatura, fomos designados em 18-3-99 para examinar e relatar o presente processado.

I. 1. Análise da Auditoria e da Decisão nº 244/98-TCU

Objetivos e Resultados da Auditoria

A Auditoria em comento, realizada no exercício de 1995, teve como objetivo avaliar a atuação da Auditoria Interna da Caixa Econômica Federal, verificar a existência de casos em que não foram adotadas providências para sanar falhas e punir os responsáveis. Foram, assim, analisados 327 processos de auditoria interna da CEF na área de habitação, abrangendo 30 das 31 Superintendências Regionais da CEF, nos quais foram constatadas diversas irregularidades e falhas nas áreas de financiamento à produção e comercialização de unidades habitacionais.

Inegável que as inúmeras e graves irregularidades e falhas detectadas em muito contribuíram para aumentar o déficit habitacional no País. Essas irregularidades e falhas, dentre as quais incluem-se casos de superfaturamentos verificados nos custos relati-

vos a terrenos, urbanização, infra-estrutura e nas obras de vários empreendimentos, desencadearam uma cadeia de consequências maléficas, compreendendo aumento nos preços dos imóveis, dificuldades de comercialização e inadimplência. Por outro lado, imóveis não comercializados, num país com enorme déficit habitacional, ficam sujeitos a invasões que ocorreram de fato, até fins de setembro de 1995, em 140 empreendimentos, correspondendo a cerca de 34.000 unidades habitacionais.

Em face das inúmeras irregularidades constatadas, o TCU fez diversas determinações à CEF, dentre as quais destacamos:

- a) instauração de 23 sindicâncias ou apurações sumárias;
- b) instauração de 9 Tomadas de Conta Especiais;
- c) instauração de sindicâncias ou apuração sumária para investigar irregularidades ocorridas na concessão ou manutenção de financiamentos de 37 empreendimentos;
- d) agilização das medidas de cobrança e otimização dos procedimentos.

Atendimento à Proposta da CPMI

Foram anexadas à Decisão em análise as páginas 112 a 116 do Relatório da Equipe Técnica do TCU, que tratam dos casos de superfaturamento de obras, tendo em vista a solicitação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito já referida anteriormente, cuja proposta apontava como objetivo do levantamento apurar “...descumprimento da distribuição de recursos entre os vários programas, quanto a ocorrência de superfaturamento de obras e quanto a contratações de financiamentos em desacordo com o orçamento do FGTS, aprovado pelo Conselho Curador”.

Nesse sentido, são relacionados 6 casos de superfaturamento de obras, ou mesmo indícios de sua ocorrência, verificados nas diversas auditorias internas realizadas pela CEF.

Informa ainda a equipe técnica que “a análise de questões relacionadas a contratações de financiamentos em desacordo com o orçamento do FGTS é um assunto já tratado nº TC 20.398/92-1 (em fase de apreciação por esta Corte de Pedido de Reexame apresentado por vários envolvidos contra a Decisão nº 111/93 – Plenário, que, dentre outras determinações, manda aplicar multas a esses responsáveis)”.

Com isto, concluiu a Equipe Técnica atendida a proposta da Comissão Parlamentar Mista de Inquéri-

to. Ressalta, no entanto, a dificuldade para a realização de um levantamento mais efetivo, tendo em vista a ausência de pessoal tecnicamente qualificado na Equipe Técnica que efetuou a Auditoria.

Considerações sobre o trabalho do Tribunal

Ressalte-se, preliminarmente, a intempestividade do tema, tendo em vista os seguintes fatos:

- relatório final da CPMI do Sistema Financeiro da Habitação: maio de 1993;
- resposta do TCU ao Congresso Nacional: outubro de 1998;
- tempo decorrido: 5 anos e 5 meses.

Indiscutível que esse enorme lapso de tempo dificulta a retomada do assunto pelo Congresso Nacional, assim como uma apuração adequada dos inúmeros indícios de irregularidades detectadas. Impossível obter efetividade em qualquer trabalho de fiscalização e controle com a adoção de procedimento tão moroso.

Consideramos, ademais, inexplicável que uma auditoria de tamanha importância, que resultou na constatação de inúmeras irregularidades e falhas na gestão dos recursos públicos destinados à habitação, tenha permanecido sem decisão de mérito do Tribunal por 2 anos e 10 meses, contados da apresentação do Relatório Final da equipe técnica (dez/95 a out/98). As inúmeras sugestões de determinações a serem feitas pelo Tribunal à CEF ficaram, dessa forma, sem o pronto encaminhamento que, ao nosso ver, a gravidade dos fatos exigia.

Não desconhecemos que, mesmo com a excessiva demora na análise do mérito da Auditoria pelo Tribunal, o trabalho produziu resultados positivos (abertura de processos paralelos para apuração de fatos específicos e providências adotadas pela própria direção da CEF para correção de falhas e irregularidades apontadas no Relatório). O que concluímos é que esses resultados positivos seriam bem mais expressivos caso o Tribunal tivesse analisado o Relatório Final da Auditoria com agilidade e, de pronto, determinado as inúmeras providências e ações nele sugeridas.

II – Voto

Diante da análise empreendida, opinamos:

- a) pelo encaminhamento de cópia de inteiro teor deste processo ao Ministério Público da União, em concordância com o disposto no art. 58, § 3º da Constituição Federal e no art. 151 do Regimento Interno do

Senado Federal, considerando tratar-se de matéria que complementa o trabalho da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que analisou o Sistema Financeiro da Habitação;

- b) considerando a competência do Congresso Nacional para exercer o controle externo do Tribunal de Contas da União (art. 71, **caput** e § 4º da Constituição Federal e art. 90 da Lei nº 8.443/92), pelo encaminhamento de ofício desta Comissão ao Tribunal de Contas da União solicitando informações sobre:

b.1.) os motivos que determinaram a demora na apreciação do mérito do Relatório da Auditoria (dez/95 a out/98);

b.2.) as providências tomadas pelo Tribunal para sanar ou prevenir as inúmeras irregularidades e falhas apuradas, no período entre a conclusão do Relatório (dez/95) e a Decisão do Colegiado (out/98).

Sala da Comissão, abril de 1999. – **Romero Jucá**, Presidente – **Ney Suassuna**, Relator.

LEGISLAÇÃO ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 58. O Congresso Nacional e suas Casas terão comissões permanentes e temporárias, constituídas na forma e com as atribuições previstas no respectivo regimento ou no ato de que resultar sua criação.

.....
§ 3º As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas, serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de um terço de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

.....
Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:

.....

§ 4º O Tribunal encaminhará ao Congresso Nacional, trimestral e anualmente, relatório de suas atividades.

LEI Nº 8.443, DE 16 DE JULHO DE 1992

Dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União e dá outras providências.

Art. 9º Integrarão a tomada ou prestação de contas, inclusive a tomada de contas especial, durante outros elementos estabelecidos no regimento interno, os seguintes:

I – relatório de gestão;

II – relatório do tomador de contas, quando couber;

III – relatório e certificado de auditoria, com o parecer do dirigente do órgão de controle interno, que consignará qualquer irregularidade ou ilegalidade constatada, indicando as medidas adotadas para corrigir asfaltas encontradas;

IV – pronunciamento do Ministro de Estado supervisor da área ou da autoridade de nível hierárquico equivalente, na forma do art. 52 desta lei.

PARECERES Nºs 281 E 282, DE 2004

Sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 114, de 1996, de iniciativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que declara a nulidade da compra, pela Companhia Vale do Rio Doce, das ações dos acionistas controladores da Urucum Mineração S.A., e dá outras providências.

PARECER Nº 281, DE 2004

(Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

(Em reexame nos termos do
Requerimento nº 179, de 1997)

Relator: Senador **José Jorge**

I – Relatório

Chega para reexame desta Comissão, o Projeto de Decreto Legislativo do Senado nº 114, de 1996, que declara a nulidade da compra, pela Companhia Vale do Rio Doce, das ações dos acionistas controladores da Urucum Mineração S.A., e dá outras providências.

O referido Projeto de Decreto Legislativo, de autoria desta Comissão, foi apresentado como conclusão do Parecer nº 618, emitido pelo ilustre Senador Bernardo Cabral, sobre o Diversos nº 129, de 1995 (Aviso nº 570-SGS-TCU, de 4-12-95, na origem), pelo qual se encaminhou ao Senado Federal cópia da Decisão nº 636, de 1995, e dos respectivos relatório e voto (TC nº 015.151/94-8), aprovado na sessão de 26 de junho de 1996.

Mediante a citada Decisão, o Plenário do Tribunal de Contas da União determinou se adotassem as providências abaixo:

1. levar ao conhecimento do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, para adoção das providências cabíveis, que a CVRD, ao adquirir o controle acionário de Urucum Mineração S.A., sem a devida autorização legislativa, infringiu o disposto no inciso XX do art. 37 da Constituição Federal, fazendo-se necessário, por conseguinte, que se restaure a legalidade do ato praticado;

2. levar, também, ao conhecimento dos Excelentíssimos Senhores Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, o inteiro teor da presente Decisão, bem como do Relatório e Voto que a fundamentam.

Retoma, agora, a matéria ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em razão da aprovação do requerimento nº 179, de autoria dos eminentes Senadores Elcio Álvares, Valmir Campelo e Romeu Tuma. No requerimento, os seus ilustres autores solicitavam o adiamento da discussão da matéria, por encontrar-se em tramitação no Tribunal de Contas da União recurso da Companhia Vale do Rio Doce contra a citada Decisão nº 636, de 1995, e seu reexame por esta Comissão após a decisão final daquela Corte de Contas.

Efetivamente, o Tribunal de Contas da União, ao analisar o pedido de reexame da Decisão nº 636, de 1995, feito por aquela antiga Sociedade de Economia Mista, e estribado em pareceres de juristas de nomeada, como Caio Tácito e Saulo Ramos, resolveu, por maioria, conhecer do pedido e, no mérito, dar-lhe provimento, tomando insubsistente a referida Decisão nº 636, de 1995, de acordo com a Decisão nº 182, de 1997, do Plenário do TCU, encaminhada ao Congresso Nacional pelo Aviso nº 193-SGS-TCU, de 18 de abril de 1997, do Senhor Ministro Homero Santos, então nobre Presidente daquele Tribunal.

Por oportuno, informe-se que, posteriormente, por duas vezes, tentou-se, junto àquela Corte, o reexame da citada Decisão nº 182, de 1997. A primeira vez, por solicitação do Ministério Público junto ao Tribunal. Aqui, o TCU, conforme a Decisão nº 483, aprovada em 5 de agosto de 1998, resolveu conhecer do pedido de reexame (...), negando-lhe provimento e mantendo, em seus exatos termos, a Decisão nº 182/97-Plenário.

O segundo pedido foi protocolado pelo Senhor Armando Carlos Arruda de Lacerda. Dessa feita, a Corte de Contas, conforme despacho do eminente Ministro Walton Alencar, datado de 7 de junho de 1999, decidiu, considerando já ter a matéria recebido solução definitiva, não conhecer dos pedidos de reabertura e reexame dos autos e arquivar o processo.

A matéria foi definitivamente encenada pelo TCU em 9 de junho de 1999.

Os autos da proposição sob análise foram encaminhados, em 14 de março de 2000, à relatoria do Senador José Fogaça que, tempestivamente, apresentou relatório pela prejudicialidade e arquivamento do projeto. A matéria, entretanto, não chegou a ser votada por esta Comissão na Legislatura passada.

II – Análise

De conformidade com a decisão do Plenário desta Casa, cabe-nos, neste momento, reexaminar o Projeto de Decreto Legislativo nº 114, de 1996, em face da nova deliberação do Tribunal de Contas da União.

O Parecer nº 618, de 1996, de autoria do nobre Senador Bernardo Cabral, que concluiu pela apresentação da proposição ora sobreexame, teve como objeto a análise da Decisão nº 636, de 1995, do Tribunal de Contas da União, encaminhada pelo TCU para conhecimento do Congresso Nacional.

Entretanto, como se expôs, aquela Cone opinou, mediante a Decisão nº 182, de 1997, reiterada pela de nº 493, de 1998, e pelo despacho do pelo Ministro Walton Alencar, de 7 de junho de 1999, pela insubsistência daquela primeira Decisão.

Ora, conforme nos ensina De Plácido e Silva, insubsistência é a qualidade dos atos nulos ou dos que se fazem com vícios essenciais ou defeitos viscerais. São insubsistentes, porque nem nascem. Surgem já sem vida jurídica, porque a lei lhe negou o sopro vital. São insubsistentes, porque relegaram prescrições necessárias à sua validade, cuja omissão, por serem insupríveis, importa em não serem juridicamente reconhecidas.

Assim, como a Decisão nº 636, de 1995, do Tribunal de Contas da União deve ser considerada juridicamente inexistente, só nos cabe reiterar o constante do acima referido relatório do Senador José Fogaça, concluindo pela prejudicialidade do Projeto de Decreto Legislativo nº 114, de 1996, e seu consequente arquivamento.

III – Voto

Do exposto, opinamos pelo arquivamento do Projeto de Decreto Legislativo nº 114, de 1996, em razão de sua prejudicialidade.

Sala da Comissão, 27 de agosto de 2003. – **Edison Lobão**, Presidente – **José Jorge**, Relator – **Tião Viana** – **Antônio Carlos Valadares** – **Juvêncio da Fonseca** – **Pedro Simon** – **Antonio Carlos Magalhães** – **Demóstenes Torres** – **Álvaro Dias** – **Tasso Jereissati** – **Eduardo Suplicy** – **Sibá Machado** – **João Capiberibe** – **Sérgio Cabral** – **Rodolpho Tourinho**.

PARECER Nº 282, DE 2004

(Da Comissão de Fiscalização e Controle)

Relator: Senador **Ney Suassuna**

Relatório

Cuidam os presentes autos de comunicação do TCU ao Congresso Nacional relativamente à Decisão nº 636/95, que considerou inconstitucional o ato de aquisição do controle acionário da empresa Urucum Mineração S/A pela Companhia Vale do Rio Doce que, na oportunidade, constituía-se em Sociedade de Economia Mista.

Conforme o art. 37, XX, da Constituição Federal, “depende de autorização legislativa, em cada caso, a criação de subsidiárias das entidades mencionadas no inciso anterior [empresa pública, sociedade de economia mista, autarquia e fundação] assim como a participação de qualquer delas na empresa privada.”

De fato, como se observa do texto constitucional, assistia razão ao TCU ao pronunciar-se no sentido de que “a CVRD não poderia, sem autorização legislativa, adquirir o controle acionário da Urucum Mineração S.A, sob pena de tal negócio via a ser anulado.”

A então estatal CVRD alegou, perante o TCU, que adquirira tais ações com vistas a promover, posteriormente, a incorporação daquela subsidiária, pelo que não antevia a necessidade de autorização legislativa, já que a empresa adquirida logo deixaria de existir.

Propôs, então, o TCU, como alternativa, a convalidação do ato pelo Congresso Nacional.

No parecer nº 618/96 da Comissão de Constituição e Justiça do Senado, fls. 13 a 21, da lavra do eminente Senador Bernardo Cabral, foi considerado “impertinente que o Congresso Nacional tomasse a iniciativa de tentar convalidar um ato administrativo viciado de inconstitucionalidade e carente de justificativas convincentes.”

Acrescentou, ainda, que “... cumpre-lhe fazer respeitar a Constituição declarando a nulidade da transação acionária”, no exercício da atribuição de fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta, previsto no art. 49, X, da Lei Maior, combinado com o inciso XI, que estabelece a competência do Parlamento de “zelar pela preservação de sua competência legislativa em face da atribuição normativa dos outros Poderes;”

Em face desta posição, propôs a CCJ o projeto de Decreto Legislativo, por meio do qual “é declarada nula a compra sem autorização legislativa, pela Companhia Vale do Rio Doce, das ações da Urucum Mineração S.A., ofertadas pela Companhia Matogrossense de Mineração, pelo Estado do Mato Grosso e pela Construtora Alcindo Vieira S.A.”

Conforme parecer preliminar da Comissão de Fiscalização e Controle, datado de 5 de novembro de 1996, foi suspensa a análise do processo, tendo em vista que a CVRD interpusera recurso de Pedido de Reexame do Processo perante o TCU.

Em 18 de abril de 1997, o TCU informa ao Senado (fls. 158 e seguintes) o conteúdo da Decisão nº 182/97, relativamente ao recurso interposto pela CVRD.

De acordo com aquela decisão, o Tribunal deu provimento ao recurso, “tornando insubsistente a Decisão 636/95-TCU-Plenário, em face da legalidade da aquisição da totalidade das ações da Urucum Mineração S.A. pela recorrente.”, fls. 159.

Posteriormente houve duas tentativas perante o TCU de derrubar a Decisão 182/97, que quedaram como não conhecidas, por já ter a matéria recebido solução definitiva.

Conveio, então, à Comissão de Constituição e Justiça reexaminar a matéria, posicionando-se, por meio do parecer do nobre Senador José Fogaça (fls. 178 a 180) transferido que foi para o ilustre Senador José Jorge (fls. 181 a 184), pela prejudicialidade do Projeto de Decreto Legislativo nº 114/96, em face da desconstituição, pela Corte de Contas, da decisão

636/95, que ensejara a propositura daquela proposta legislativa.

Ainda em 1997 foi aprovado no Plenário do Senado o Requerimento de nº 179/97, por meio do qual foi decidido o exame da matéria pela Comissão de Constituição e Justiça.

Por esta razão, em 2 de setembro de 2003 foram remetidos a esta Comissão os presentes autos, com vistas a promover a manifestação requerida.

É o relatório.

Voto

Assiste razão ao TCU a decisão inicial de requerer do Poder Executivo a anulação dos atos que culminaram na transferência do controle acionário à Companhia Vale do Rio Doce.

Não menos razão lhe assiste, igualmente, ao decidir dar insubsistência à sua decisão inicial, posto que a segunda foi tomada diante do fato de que a CVRD, nessa oportunidade, 1997, já não era mais estatal, portanto, não sujeita aos efeitos dos ditames constitucionais incidentes sobre as entidades privadas cujo capital fosse, em sua maioria, pertencente ao poder público.

Conforme os preceitos jurídicos aplicáveis, perdeu-se o interesse público na matéria, a partir do momento em que o controle acionário da CVRD) transferiu-se ao setor privado.

Indiscutível que, quando a CVRD foi alienada pelo Governo Federal, foi transferida aos adquirentes a totalidade do patrimônio ativo da empresa e desse conjunto fez parte, inequivocamente, as participações societárias da CVRD na empresa Urucum Mineração S/A.

A aprovação da presente proposta de Decreto Legislativo nenhum benefício traria para o Poder Público Federal, pois, a atual anulação do negócio redundaria exclusivamente na transferência aos antigos proprietários das ações da Urucum Mineradora S.A. adquiridas pela CVRD.

Em consequência, os antigos acionistas ficariam obrigados a ressarcir à CVRD o valor recebido como pagamento pelas ações.

O resultado disso seria apenas a criação de um enorme conjunto de conflitos e desajustes que afetariam exclusivamente entes privados sem qualquer resultado para o Poder Público, senão o risco de redução da credibilidade dos negócios jurídicos que, ainda que não perfeitos na origem, pois viciados de ilegalidade, aperfeiçoaram-se no momento em que se deu a privatização daquela Empresa.

Isto posto, ainda que reconhecendo seu mérito na origem, porém em face dos fatos que ocorreram após a propositura, voto pela prejudicialidade da proposta e conseqüente arquivamento.

Sala da Comissão, 17 de março de 2004. – **Luiz Otávio**, Presidente – **Ney Suassuna**, Relator – **Aelton Freitas** – **Gerson Camata** – **João Alberto Souza** – **César Borges** – **Antonio Carlos Magalhães** – **Osmar Dias** – **Ana Júlia Carepa** – **Delcídio Amaral**.

*LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA*

*CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL*

(*) Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 4-6-98

“Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

XX – depende de autorização legislativa, em cada caso, a criação de subsidiárias das entidades mencionadas no inciso anterior, assim como a participação de qualquer delas em empresa privada;

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

X – fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta;

XI – zelar pela preservação de sua competência legislativa em face da atribuição normativa dos outros Poderes;

*DOCUMENTO ANEXADO PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA, NOS
TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO
ÚNICO DO REGIMENTO INTERNO.*

Relatório

Relator: Senador **José Fogaça**

I – Relatório

Chega para reexame desta Comissão, o Projeto de Decreto Legislativo do Senado nº 114, de 1997, que “declara a nulidade da compra, pela Companhia

Vale do Rio Doce, das ações dos acionistas controladores da Urucum Mineração S.A., e dá outras providências”.

O referido Projeto de Decreto Legislativo, de autoria desta Comissão, foi apresentado como conclusão do Parecer nº 618, emitido pelo ilustre Senador Bernardo Cabral, sobre o Diversos nº 129, de 1995 (Aviso nº 570-SGS-TCU, de 04.12.95, na origem), pelo qual se encaminhou ao Senado Federal cópia da Decisão nº 636, de 1995, e dos respectivos relatório e voto (TC nº 015.1511/94-8), aprovado na sessão de 26 de junho de 1996.

Mediante a citada Decisão, o Plenário do Tribunal de Contas da União determinou se adotassem as providências abaixo:

“1. levar ao conhecimento do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, para adoção das providências cabíveis, que a CVRD ao adquirir o controle acionário de URUCUM Mineração SA., sem a devida autorização legislativa, infringiu o disposto no inciso XX do art. 37 da Constituição Federal, fazendo-se necessário, por conseguinte, que se restaure a legalidade do ato praticado;

2. levar, também, ao conhecimento dos Excelentíssimos Senhores Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, o inteiro teor da presente Decisão, bem como do Relatório e Voto que a fundamentam.”

Retorna, agora, a matéria ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em razão da aprovação do Requerimento nº 179, de autoria dos eminentes Senadores Elcio Álvares, Valmir Campelo e Romeu Tuma. No requerimento, os seus ilustres autores solicitavam o adiamento da discussão da matéria, por encontrar-se em tramitação no Tribunal de Contas da União recurso da Companhia Vale do Rio Doce contra a citada Decisão nº 636, de 1995, e seu reexame por esta Comissão após a decisão final daquela Corte de Contas.

Efetivamente, o Tribunal de Contas da União, ao analisar o pedido de reexame da Decisão nº 636, de 1995, feito por aquela antiga Sociedade de Economia Mista, e estribado em pareceres de juristas de nomeada, como Caio Tácito e Saulo Ramos, resolveu, por maioria, conhecer do pedido e, no mérito, dar-lhe provimento, tornando insubsistente a referida Decisão nº 636, de 1995, de acordo com a Decisão nº 182, de 1997, do Plenário do TCU, encaminhada ao Con-

gresso Nacional pelo Aviso nº 193-SGS-TCU, de 18 de abril de 1997, do Senhor Ministro Homero Santos, nobre Presidente daquele Tribunal.

Por oportuno, informe-se que, posteriormente, por duas vezes, tentou-se, junto àquela Corte, o reexame da citada Decisão nº 182, de 1997. A primeira vez, por solicitação do Ministério Público junto ao Tribunal. Aqui, o TCU, conforme a Decisão nº 483, aprovada em 5 de agosto de 1998, resolveu “conhecer do pedido de reexame (...), negando-lhe provimento e mantendo, em seus exatos termos, a Decisão nº 182/97-Plenário”.

O segundo pedido foi protocolado pelo Senhor Armando Carlos Arruda de Lacerda. Dessa feita, a Corte de Contas, conforme despacho do eminente Ministro Walton Alencar, datado de 7 de junho de 1999, decidiu, considerando já ter a matéria recebido solução definitiva, não conhecer dos pedidos de reabertura e reexame dos autos e arquivar o processo.

É o relatório.

II – Voto do Relator

De conformidade com a decisão do Plenário desta Casa, cabe-nos, neste momento, reexaminar o Projeto de Decreto Legislativo nº 114, de 1996, em face da nova deliberação do Tribunal de Contas da União.

O Parecer nº 618, de 1996, de autoria do nobre Senador Bernardo Cabral, que concluiu pela apresentação da proposição ora sobreexame, teve como objeto a análise da Decisão nº 636, de 1995, do Tribunal de Contas da União, encaminhada pelo TCU para conhecimento do Congresso Nacional.

Entretanto, como se expôs, aquela Corte declarou-se, mediante a Decisão nº 182, de 1997, reiterada pela de nº 493, de 1998, e pelo despacho do Ministro Walton Alencar, de 7 de junho de 1999, pela insubsistência daquela primeira Decisão.

Ora, conforme nos ensina De Plácido e Silva, insubsistência “é a qualidade dos atos nulos ou dos que se fazem com vícios essenciais ou defeitos viscerais. São insubsistentes, porque nem nascem. Surgem já sem vida jurídica, porque a lei lhe negou o sopro vital. São insubsistentes, porque relegaram prescrições necessárias à sua validade, cuja omissão, por serem insupríveis, importa em não serem juridicamente conhecidas”.

Assim, como a Decisão nº 636, de 1995, do Tribunal de Contas da União deve ser considerada juridicamente inexistente, parece-nos estar prejudicado o Projeto de Decreto Legislativo nº 114, de 1996, razão pela qual opinamos pelo seu arquivamento.

Sala da Comissão, – **José Fogaça**, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos)

– Com relação ao Parecer nº 280, de 2004, referente ao Diversos nº 31, de 1998, a Presidência, em observância à sua conclusão, encaminha a matéria ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos)

– Foram encaminhados à publicação os Pareceres nºs 281 e 282, de 2004, das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Fiscalização e Controle, que concluíram pela prejudicialidade do Projeto de Decreto Legislativo nº 114, de 1996, de iniciativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que declara a nulidade da compra, pela Companhia Vale do Rio Doce, das ações dos acionistas controladores da Urucum Mineração S.A., e dá outras providências.

A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente, a fim de ser declarada prejudicada, nos termos do art. 334 da Lei Interna.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Alvaro Dias, do PSDB do Paraná.

V. Ex^a dispõe de até vinte minutos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é lamentável, mas sou obrigado a voltar ao tema.

Ontem, na sessão da tarde, fiz referência ao discurso do atual Governo, que só ele pode ser mais incompetente do que a gestão administrativa.

Ainda ontem, o Presidente deu seqüência às falas lamentáveis. Eu disse que a questão não é a forma do discurso, que pode ser pobre, mas o conteúdo, que, mais do que pobre, é medíocre, é infeliz. Em discurso durante a inauguração da Maternidade do Ibura, no Recife, ontem, o Presidente comparou a legalização dos bingos à legalização da prostituição infantil.

Há poucos dias, o Presidente encaminhou ao Congresso Nacional mensagem em que, no item financiamento ao esporte, diz:

A regulamentação da atividade dos bingos vai organizar o setor e assegurar recursos para o esporte social. Surgirá uma nova loteria, a Timemania, que garantirá recursos para os clubes de futebol e para o Ministério dos Esportes, que, por sua vez, investirá parte desses recursos no atendimento a pessoas portadoras de deficiência. Oitenta times vão partilhar R\$80 milhões/ano previstos pela Caixa Econômica

Federal. A contrapartida principal será manter equipes de futebol feminino.

Portanto, “a regulamentação da atividade dos bingos vai organizar o setor e assegurar recursos para o esporte”. Mudança radical a do Presidente!

Se eu fosse brincalhão, certamente diria aos Srs. Senadores, ao Presidente Eduardo Siqueira Campos que vou procurar melhor nessa Mensagem Presidencial, porque não a li por inteiro, para verificar se não consta nesta mensagem a legalização da prostituição infantil, pois o Presidente compara, em seu discurso, bingo à prostituição infantil. Ora, se Sua Excelência faz essa comparação e se inclui a legalização dos bingos em sua Mensagem, é possível que tenha incluído também a legalização da prostituição infantil.

Não dá para brincar com questão tão séria. Não dá para brincar com o País, e seria bom que o Presidente parasse de brincar de discursar, porque os discursos de Sua Excelência se constituem em verdadeira brincadeira. Fica difícil suportar as sandices pronunciadas por um Presidente da República que deveria estar de frente para as aspirações da sociedade brasileira e respeitá-la pela ação e pela palavra.

Diz Sua Excelência:

Não é em nome de criar empregos que vou legalizar o crime organizado e a lavagem do dinheiro. Se fizer isso, depois vou ter que legalizar a prostituição infantil. Não me peçam para cometer ilegalidades e legalizar a bandidagem.

Ou seja, o Presidente estava legalizando a bandidagem e cometendo ilegalidades quando preparava a medida provisória e a encaminhava o seu anúncio ao Congresso Nacional?

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é difícil ter um comportamento passivo diante de tantas sandices pronunciadas pelo Presidente. Quem governa deve falar menos e fazer mais. Ao final de sua gestão, certamente o Presidente se arrependerá de ter falado demais.

Na verdade, o Presidente fechou os bingos por meio de medida provisória não para combater a bandidagem, não para evitar que se cometa ilegalidades, como afirma em seu discurso. Editou a Medida Provisória 168 para proteger o Sr. Waldomiro Diniz e o seu Governo das acusações e para abafar a comissão parlamentar de inquérito que pretendia investigar a corrupção existente, a partir do 4º andar – com desdobramentos, é evidente –, no Palácio do Planalto.

Essa é a razão da medida provisória. Ou seja, o Presidente queria, sim, legalizar os bingos, queria arrecadar com os bingos, o Presidente é, sim, amigo de empresários do bingo, e agora muda de opinião para abafar uma comissão parlamentar de inquérito que, por certo, chegaria a outros fatos além dos já anunciados pela mídia nacional.

Gerar empregos é importante, sim, muito mais do que proteger o Sr. Waldomiro Diniz. Este País não tem o direito de dispensar sequer um posto de trabalho, porque a crise social se aprofunda dramaticamente.

Ainda ontem, daquela tribuna, anunciamos dados de uma pesquisa que revelam o empobrecimento cada vez maior do povo brasileiro, a queda brutal do seu poder aquisitivo, com mudanças, inclusive, nos hábitos alimentares, para fazer frente à escassez orçamentária da família brasileira. E o Presidente pede paciência para a geração de empregos? E, ao criticar os críticos que cobram ações do Governo com maior agilidade, o Presidente faz uma comparação do tempo de Governo com uma criança recém-nascida ao dizer: “O que precisamos é ter paciência e fazer as coisas certas para que ela aprenda a falar” – o Presidente, como filósofo, leva nota zero –, “Governar também é isso. Ou alguém tem dúvida neste País de que eu quero gerar emprego?”

Ora, Sr. Presidente, é impossível exigir mais paciência da população brasileira. Esse povo exercita, na sua plenitude, a capacidade de ter paciência.

Não é possível que o Presidente entenda que o povo brasileiro tem que esperar quatro anos, o tempo do seu mandato, para que se inicie a retomada do crescimento econômico com geração de emprego.

Aliás, a inexperience administrativa leva o Presidente a pedir paciência até que aprenda. Ele próprio faz essa comparação com uma criança recém-nascida: “É um Governo recém-nascido, tem que ter tempo para aprender”.

Mas o povo brasileiro não pode esperar. O Brasil tem pressa! Já estamos atrasados demais. Quem chega à Presidência da República tem que estar preparado para colocar o pé com força no acelerador, para promover o desenvolvimento nacional.

Não podemos ficar permanentemente à espera de ações governamentais que impliquem desenvolvimento econômico com justiça social. Um governante não tem o direito de fazer esse pedido. É lastimável que pessoas despreparadas postulem o voto para chegar à Presidência da República e, depois, peçam tempo para aprender.

O Governo não é uma escola, não é uma sala de aula, em que aquele que conquistou a vitória eleitoral possa cursar administração pública durante quatro anos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ontem, em Belo Horizonte, o Presidente criticou os empresários que reclamam dos juros. Imaginem se o agronegócio tivesse ficado chorando? Certamente não teríamos o superávit da balança comercial, resultado que diminuiu o impacto negativo da retração da economia nacional. A economia teria encolhido ainda mais, não fosse o desempenho do setor de exportações, sustentado sobretudo pelo agronegócio.

E agora, há mudanças na Cofins inibindo investimentos da pecuária de corte. Os produtores e criadores de gado estão preocupados com o impacto das alterações na cobrança da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social sobre a competitividade do setor.

A mudança em vigor, desde 1º de fevereiro, elevou a alíquota da Cofins de 3% para 7,6%, e deve pressionar os preços dos insumos, indispensáveis para a atividade pecuária. O alerta é do presidente do Fórum Nacional Permanente da Pecuária de Corte da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), o Sr. Antenor Nogueira.

Segundo o Sr. Antenor Nogueira:

Existe um compromisso deste Governo de que não haveria aumento dos impostos. O Fórum exigirá que o Governo exerça uma fiscalização nos aumentos dos preços dos insumos decorrentes da mudança da Cofins, para que o setor não tenha novamente de pagar a conta de outros segmentos da economia.

E o Brasil apresenta a maior carga tributária sobre salários do mundo, aliás, a segunda maior carga tributária sobre salários. Mas a carga tributária, que foi alvo de compromissos do candidato Lula, subiu de forma assustadora durante o primeiro ano de seu Governo, tanto é que a economia encolheu, mas a receita cresceu; cresceu em função desse apetite incontrolável do Governo de arrecadar cada vez mais. E não é uma postura de inteligência governamental, porque é oportunista e imediatista.

É óbvio que se o Governo flexibilizasse a política tributária e adotasse modelo tributário compatível com a realidade nacional e, sobretudo, semelhante ao modelo tributário de países mais avançados da Europa e do próprio Estados Unidos, para que o nos-

so País não fique em desvantagem nessa competição internacional, teríamos incremento da receita a médio prazo.

O Governo poderia até, num primeiro momento, perder recursos tributários, uma quantia insignificante, até a adaptação do novo modelo à peculiaridade do nosso País, mas, a médio e longo prazo, certamente o País ganharia muito.

Concedo o aparte ao Senador Leonel Pavan. Depois, vou abordar essa questão da carga tributária sobre salário, porque, afinal, este é um Governo de trabalhadores, do Partido dos Trabalhadores.

Pois não, Senador Pavan.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Quero dizer ao nosso amigo Alvaro Dias, grande Senador, que não quero tomar o tempo de V. Ex^a. Mas, a caminho do Senado, ouvia o início do pronunciamento de V. Ex^a e fiquei preocupado ao ouvi-lo referir-se sobre o que o Lula anda dizendo pelo Brasil afora. Devo ter recebido hoje já uns dez telefonemas de empresários, de pessoas ligadas à área agrícola, pessoas ligadas à geração de empregos, pedindo que formássemos uma comissão sem cores partidárias aqui no Senado, que fôssemos conversar com Lula e pedíssemos a ele que discursasse menos, falasse menos. Porque, depois, Lula, edita medidas provisórias para tentar cumprir o que promete em suas falas pelo Brasil. Sugiro que aqui formemos uma comissão, com o objetivo de orientar o Presidente a falar menos quando percorre o Brasil, fazendo às vezes, referências injustas e prejudicando a economia e a segurança em nosso País.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Obrigado, Senador Leonel Pavan. A intenção de V. Ex^a é boa mas eu não acredito no sucesso dessa comissão. O Presidente está destrambelhado e não há como segurá-lo. A irresponsabilidade verborrágica de Sua Excelência extrapolou os limites do bom senso, e, nesse caso, torna-se muito difícil qualquer comissão parlamentar conter esse processo. Aliás, quando se fala em comissão parlamentar, o Presidente já se assusta porque imagina ser Comissão Parlamentar de Inquérito. É difícil, Senador Leonel Pavan.

Mas vamos à carga tributária sobre o salário do trabalhador. Temos a segunda maior carga tributária no mundo sobre os salários. Essa carga tributária no Brasil, incluindo parte dos trabalhadores das empresas, chegou a 42,15% em 2003; repito, 42,15% é a carga tributária sobre o salário em nosso País. Como o Brasil poderá crescer dessa forma? Como é possível gerar empregos com essa perversa carga tributária? Na Dinamarca, a carga é pouquinho maior,

43,1%. Mas não podemos comparar o Brasil com a Dinamarca. Obviamente, é impossível comparar qualidade de vida, nível salarial, serviços públicos eficientes. Enfim, é uma Nação que alcançou um estágio de desenvolvimento diferenciado. Então, é impossível compará-la ao Brasil.

É dramático ver um país em desenvolvimento sufocado por uma carga tributária desmedida, perversa. Vejam só a comparação com os nossos vizinhos Uruguai e Argentina, por exemplo. Naqueles países, a carga é de 28,4% e 25,7% respectivamente. Portanto, uma carga de 42,15% contra 28,4% e 25,7% do Uruguai e da Argentina.

As menores cargas tributárias são as da Coréia do Sul, 8,7%, México, 9,1%, e Japão, 16,2%. É claro que esses países se desenvolvem e vivem um momento econômico ímpar. Aliás, a crise econômica brasileira é surpreendente, sobretudo, em função das potencialidades do País e por estarmos num momento em que a economia mundial se desenvolve. Ou seja, o Governo brasileiro não conseguiu pegar carona no bom momento da economia mundial. Imaginem se os grandes países estivessem passando por intempéries econômicas. Obviamente, que o impacto sobre a economia brasileira seria maior.

O Presidente prometeu, durante a campanha, não elevar a carga tributária sobre os salários e sobre a folha de pagamentos. Ontem o Governo propôs aumentar a alíquota da contribuição dos trabalhadores e das empresas para a Previdência, a fim de arrecadar o dinheiro necessário para o pagamento da correção de até 39,67% para cerca de 1,88 milhão de aposentados.

Mais uma vez, por medida provisória certamente, o braço longo do Governo, com a mão grande, vai atingir o bolso do contribuinte brasileiro para tapar buracos abertos pela incompetência governamental e pela desabrida corrupção que se alastrou durante tanto tempo, principalmente na Previdência Social. O Governo, sem autoridade para combater a corrupção, prefere confortavelmente lançar a mão no bolso do contribuinte para tapar os buracos nos cofres públicos, que a sua incompetência acaba ampliando.

E as promessas de que não elevaria a carga sobre salários e folhas de pagamento? É claro que temos de combater essa medida provisória. Essa proposta foi apresentada pelo Ministro da Previdência, Amir Lando, em reunião com representantes de aposentados, de sindicalistas, de parlamentares e da equipe econômica do Governo. Cabe aqui um apelo ao PMDB, Partido do Senador Ramez Tebet, do Senador Renan Calheiros e de tantos outros, para que

evite que exatamente em um ministério ocupado por um peemedebista se pratique esse desatino, que vai atingir frontalmente o trabalhador brasileiro, que não suporta mais a carga tributária. Já estamos com 42%. E ainda vamos ampliá-la? Não quero nem acreditar na hipótese de o PMDB apoiar essa medida provisória, principalmente depois do discurso do seu Líder, Senador Renan Calheiros, contra medidas provisórias. Imaginem se não seremos contra uma medida provisória que contraria os interesses dos trabalhadores brasileiros.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pois não, Senador Ramez Tebet. Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Eu concordo com V. Ex^a. Os juros que o Brasil paga são muito elevados e têm sido objeto de declarações mais do que usuais nesta Casa e em todo o País. Aumentar a carga tributária é um absurdo. No entanto, V. Ex^a tocou em um problema que precisa ser resolvido. Esse aumento de contribuição visa obter recursos para pagar dívidas com os aposentados, que já sofreram e estão sofrendo. Mas será necessário aumentar a contribuição dos empregados e das empresas para pagar os aposentados? Concordo com V. Ex^a: devemos pagá-los, mas vamos procurar reparar a injustiça de que foram vítimas aqueles que dedicaram toda a sua vida ao trabalho sem aumentar impostos, porque a carga tributária é insustentável. Aumento de imposto positivamente representa mais desalento e descrença no crescimento econômico do País.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Ramez Tebet. Tenho uma sugestão, que V. Ex^a pode transmitir ao Ministro Amir Lando: em vez de tributar os trabalhadores, por que não tributar o sistema financeiro? Basta que o Governo eleve a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido financeiro para o patamar praticado durante o Governo Fernando Henrique Cardoso que arrecadará R\$2 bilhões a mais, por ano, para a Previdência Social.

Essa sugestão foi apresentada durante os debates da reforma da Previdência Social, e o Governo a ignorou. Prefere tributar trabalhadores, lançar a mão no bolso dos contribuintes humildes, daqueles que são excluídos, daqueles que não participam efetivamente dos frutos do progresso econômico do País, a debitar na conta dos que mais ganham, dos que tiveram lucros astronômicos no último ano. Refiro-me aos banqueiros. Os maiores lucros do sistema finan-

ceiro da nossa história foram alcançados exatamente no Governo do Partido dos Trabalhadores.

Fica, portanto, a sugestão de que, em vez de sacrificar ainda mais os trabalhadores, os banqueiros nacionais paguem a conta.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, o nobre Senador Leonel Pavan, do PSDB de Santa Catarina.

V. Ex^a dispõe de até vinte minutos.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu pretendia aqui fazer um pronunciamento referente a um projeto de minha autoria que cria a profissão de fotógrafo e já tramita nas Comissões, uma reivindicação de toda a categoria. Todavia, como esse projeto conta com a simpatia de todos os Senadores e do próprio Governo, vou deixar para me referir a ele em outra oportunidade. Mas é inegável que precisamos criar a profissão de fotógrafo.

Ouvi o pronunciamento do Senador Alvaro Dias, que tratou do tema que pretendo abordar. Refiro-me à carga tributária, objeto de várias publicações na imprensa, assunto muito comentado em todo o Brasil. O desespero dos brasileiros hoje é o aumento da carga tributária. Inúmeras vezes, viemos a esta tribuna para expressar o nosso sentimento, para cumprir o nosso papel de Senadores, que é o de legislar, de fiscalizar, de contribuir com o Governo, com o País, mediante pronunciamentos, orientações, apresentação de projetos. Representamos, nesta Casa, o sentimento do povo brasileiro. Cada um que aqui está traz o sentimento dos moradores de nossas cidades, de nossos Estados, o sentimento daqueles que percorrem o Brasil inteiro em busca de oportunidades.

Os brasileiros estão desesperados. Não vemos, no entanto, por parte do Governo Federal, nenhuma preocupação com isso. Parece-me que o Presidente da República está governando outro País, ou está vendo outra coisa. Não é possível o Governo não perceber o que está ocorrendo nas ruas. É preciso que ele se inteire da situação por intermédio de seus assessores.

Cada pronunciamento que Sua Excelência faz dá-nos a impressão de que o povo está errado, de que não cabe a reclamação dos nossos empresários, dos pequenos empresários, dos nossos trabalhadores, dos nossos prefeitos, dos nossos vereadores. Ouço o Presidente falar e pergunto-me se é verdade

o que está falando e errada está a população. Essa dúvida nos faz vir à tribuna.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é um absurdo o que está acontecendo no Brasil. A carga tributária sobre salários em 2003 aumentou 6% em comparação com 2002. No ano passado, os descontos do INSS e Imposto de Renda representaram 19,89% do salário dos empregados.

Para o Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário – IBPT, o aumento de 6% registrado em 2003 é agravado por outros dados conjunturais, como a retração de 0,2% do PIB, a redução do consumo e a dificuldade dos trabalhadores para repor as perdas inflacionárias nos salários. Há uma diferença gritante.

Pesquisa do Dieese mostra que 57,7% dos acordos salariais negociados em 2003 ficaram abaixo do INPC. O poder de compra do trabalhador foi reduzido pelo aumento da carga tributária sobre salários, pelo congelamento da tabela do Imposto de Renda e pelos baixos índices de reajustes salariais. Tudo isso é muito ruim para a economia, pois a redução da renda diminui o consumo no País.

A carga tributária de 19,89% é só aquela paga pelos trabalhadores – repito, essa carga de quase 20% é paga apenas pelos trabalhadores. Se juntar com a carga de 32,98% dos empregadores, a carga total de impostos sobre salários chega a 42,15%.

E agora, Sr^{as}. e Srs. Senadores, está estampado nos jornais que querem aumentar mais 3% para pagar o parcelamento da correção da dívida dos aposentados.

Tenho uma admiração enorme pelo Ministro Amir Lando e já fui atendido por S. Ex^a, um homem simpático e trabalhador. Não acredito que essa proposta tenha partido do Ministro. Alguém deve estar orientando S. Ex^a para que trilhe esse caminho longo e tortuoso. Os brasileiros não agüentam mais a carga tributária. É impossível que trabalhadores e empregadores trabalhem, isso quando têm empregos, apenas para arrecadar e pagar impostos ao Governo.

Meu querido amigo Senador Ramez Tebet, às vezes não somos entendidos quando usamos os microfones desta Casa para fazer algumas críticas ao Governo. Não fazemos críticas contra pessoas nem tentamos desestabilizar o Governo. Não somos daqueles que pensam que quanto pior melhor. Estamos fazendo o nosso papel democrático de tentar alertar o Governo e contribuir com ele. Esperamos que todos sejamos atendidos.

Em nome da população brasileira, peço que se cumpra o que foi dito em campanha eleitoral. Essa

frustração está certamente prejudicando a classe política do nosso País. Precisamos que o povo realmente confie no Governo Federal, nos ministros, nos representantes do povo, deputados e senadores. De outra forma, tem-se a impressão de que todos estão na mesma panela, que todos nós somos culpados, que também estamos aprovando o que tem acontecido.

Na verdade, grande Líder Ramez Tebet, estamos aqui justamente para alertar as autoridades, para dizer que é impossível continuar pensando em um Brasil para frente, em fazer crescer este País, em se criar credibilidade, se o Governo está deixando o nosso povo cada vez mais pobre.

Concedo o aparte ao nosso grande Líder, Senador Ramez Tebet.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Senador Pavan, fico sempre embevecido com a sua eloquência. V. Ex^a fala com o coração. É isto: o Legislativo tem que alertar o Poder Executivo, é o que devemos fazer. Por exemplo, a minha Comissão, da qual V. Ex^a faz parte, para honra nossa, o Senador Tourinho também, vai receber na próxima semana dois ministros. Temos que debater com os ministros, o Legislativo tem que dizer realmente o que V. Ex^a está dizendo desta tribuna. O País é governado pelo Executivo, Legislativo e Judiciário. O Legislativo é o que mais fala, tem o dever de alertar. V. Ex^a fala que não acredita, mas pode estar certo de que o Ministro Amir Lando, pelo que conheço dele, quer resolver o problema dos aposentados, mas não à custa do aumento de contribuições previdenciárias, porque isso é tirar dinheiro não só de quem produz, mas também da classe trabalhadora. O INSS incide sobre o salário do trabalhador e as empresas. Tem razão V. Ex^a. Haverão de estar nos ouvindo. Com esse alerta, V. Ex^a está dando uma contribuição. Estamos dizendo ao Governo Federal, por meio do discurso de V. Ex^a e de outros discursos, que pensem em outras medidas, operacionalizem melhor, desburocratizem o País. Vamos agir de outra forma para arrecadar mais, porém nunca aumentar tributos, pois estaremos, como V. Ex^a afirma, desestimulando todo mundo e jogando cada vez mais as empresas e os trabalhadores na economia informal, porque ninguém está agüentando pagar imposto.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Agradeço a V. Ex^a pelo brilhante aparte.

Dia desses, ouvi o Presidente dizer o seguinte: “Chega de mentiras, vamos começar a trabalhar, vamos começar a unir forças para construir este País”. Eu achei que fosse para valer. Mas o Governo conti-

nua mentindo. Ouço um pronunciamento na imprensa e vejo que as ações são diferentes, são outras. Na prática, não é o que se diz na imprensa. Porque quem está governando é quem está falando. Se quem está falando diz que é preciso aquilo, por que não se executa? Mas quem é que vai fazer?

Peço ao Presidente compreensão e compromisso com a verdade, compromisso com aquilo que foi dito aos brasileiros em campanha eleitoral.

Cadê a diminuição da carga tributária? Cadê o aumento do salário? Cadê o emprego? Cadê o Governo Lula, em quem tantos e tantos brasileiros depositaram confiança?

A imprensa noticia hoje: “Presidente Lula diz que não vai regulamentar o jogo a pretexto de manter cerca de 320 mil postos de trabalho”. Diz que não vai regulamentar os bingos só porque vai aumentar 320 mil empregos. Mas não é isso que está na página 177 da mensagem encaminhada ao Congresso no início da sessão legislativa. Essa proposta foi abatida, foi prensada e, agora, está sendo criticada em função do escândalo Waldomiro. Tanto é assim que o Ministro dos Esportes manteve contato com representantes da categoria, e o Relator da matéria na Câmara, Deputado Gilmar Machado, já havia contemplado o tema em seu parecer. Ora, nós mesmos tínhamos aqui um projeto de regulamentação que foi retirado. Em 16 de dezembro, enviamos ofício a esta Casa retirando-o, em função da Mensagem do Presidente da República que falava em regulamentação, em impostos e em contribuição para deficientes, esportes e turismo. É justamente isso. Mas, de uma hora para outra, abateu-se tudo isso em função do escândalo Waldomiro!? Fico preocupado com esse Governo, que não sabe o que está fazendo. O Presidente Lula disse ontem que não vai regulamentar a prostituição infantil sob o pretexto de criar empregos.

Sr. Presidente, eu não vi isso na Mensagem do Presidente da República, eu não vi, mas vou procurar para ver se o Presidente não mudou de idéia. Ora, Sua Excelência está mudando de idéia com relação ao bingo e agora fala que não vai regulamentar a prostituição infantil sob o pretexto de criar empregos. Quem sabe isso também não está na Mensagem que foi enviada aqui para o Legislativo? Ora, a prostituição infantil tem que acabar, mas é preciso gerar empregos, proporcionar oportunidades de educação e garantir atendimento à saúde. É preciso assegurar sobrevivência às famílias, dando-lhes poder de trabalhar, e, para isso, as geradoras de emprego têm de ser fortalecidas. Mas apenas usar um artifício, um argumento, para convencer a imprensa de que tem o

dom da palavra e para sensibilizar a população, isso nós não podemos aceitar em hipótese nenhuma!

Eu queria aproveitar o final deste meu pronunciamento para fazer pedido a representantes da Defesa Civil e dos Ministérios, que certamente estão nos ouvindo, em nome do meu Estado, Santa Catarina, do Rio Grande do Sul e de outros Estados que estão sofrendo com a estiagem. O meio e o grande oeste de Santa Catarina e boa parte do Rio Grande do Sul estão sofrendo com a estiagem. Os agricultores financiaram a sua produção e a estiagem acabou com tudo. Eles estão num beco sem saída e precisam que se sensibilizem com sua situação o Ministro da Agricultura, assim como o Ministro da Fazenda e o Ministro do Planejamento – enfim, o Governo Lula –, e prolonguem as parcelas do pagamento do financiamento e que permitam novos financiamentos e financiem a construção de poços artesianos, invistam em barragens, porque precisamos definitivamente dar garantias aos nossos agricultores.

Não posso ficar calado diante de algumas colocações do Presidente. Diz Sua Excelência que temos de crescer, que vamos crescer, que estamos crescendo. Mas como crescer? Há uma estiagem prejudicando o agricultor brasileiro, o povo brasileiro, e viram as costas para o problema. Soube, pela imprensa, hoje, que o Ministro Rodrigues, da Agricultura, disse estar de “saco cheio” – foi o que ouvi hoje na imprensa. Ele está pedindo urgência ao Governo.

Sr. Presidente, quero registrar que, além dos problemas causados pelas greves dos fiscais da Receita, além dos prejuízos que sofrem os transportadores de frango, de suínos, do boi gordo, da soja, agora existe também o desespero dos nossos agricultores.

Quero pedir ao Governo que dê atenção à região onde existe estiagem, e que dê atenção também às regiões onde há enchentes. Em Camboriú, na cidade vizinha da minha, Balneário Camboriú, e em Itapema, apenas nessas três cidades, há poucos dias, três mil casas foram totalmente alagadas, destruídas. Encaminhamos um pedido à Defesa Civil.

Governo, governe para todos, governe pensando no Brasil, governe pensando no futuro. Vamos fazer um projeto de solidariedade com a nossa Nação, de solidariedade com os nossos Municípios, com os nossos agricultores, com os desempregados, com os nossos prefeitos. Vamos fazer uma campanha de solidariedade com os que precisam; somos brasileiros, somos brasileiros, Sr. Presidente, precisamos de atenção.

Não se deve apenas arrecadar, mas investir naqueles que estão desesperados, para não vermos,

amanhã ou depois, pessoas tentando suicídio, como vimos nesta Casa, para não vermos pessoas desesperadas, apavoradas, sem comida, sem emprego.

Por isso, faço este apelo, Presidente. Não estamos aqui – repito – fazendo Oposição por fazer. Estamos fazendo um apelo em nome do País, do meu Estado de Santa Catarina, dos prefeitos, dos Municípios, que estão desesperados na busca de recursos. Os prefeitos e os vereadores que aqui estiveram estavam de pires na mão.

E o Presidente, ao falar, disse: comparem o meu Governo com o passado e vejam quanto foi modificado.

Não quero fazer comparações. Eu não era Senador antes. Mas eu era prefeito. Sei o quanto recebíamos, o quanto os prefeitos eram atendidos, e o que está sendo feito hoje. Apenas 2% do orçamento de 2003 foi liberado. Não consigo liberar uma emenda, não consigo destinar um recurso para a educação, para a saúde, para a habitação, para melhorar as rodovias, para a infra-estrutura da nossa cidade. Eu não consegui até agora! Não sei se os outros Senadores conseguiram. Ficamos discutindo emendas na Comissão de Orçamento dias e dias, semanas e semanas. Passamos o ano discutindo o Orçamento e, agora, temos prazo até abril para encaminhar tudo. Não há tempo! O Governo segurou! O Governo trançou! Não disponibilizou os recursos e agora, de repente, estabelece um prazo exíguo.

E nós que fomos prefeitos, que administramos Estados ou Municípios, sabemos que, em período eleitoral, não se assinam convênios. Mas agora, sob pressão, responsabilizar os prefeitos porque não encaminharam projetos?! Isso não é justo, uma vez que seguraram até agora.

Por isso, quero dizer aos prefeitos do Brasil: encaminhem urgentemente seus projetos, para ver se realmente o Governo nos atende ou se, de repente, está nos pregando mais uma peça. Se depois não vai dizer: olhem, infelizmente, passou o prazo; agora, a lei eleitoral não permite mais que liberemos recursos. Este apelo eu também o faço em nome dos prefeitos, em nome dos pequenos, não o faço apenas em nome daqueles que vão se reeleger ou querem se reeleger; faço-o em nome daqueles que estão saindo agora, daqueles que precisam cumprir seus compromissos de campanha e pensaram em cumpri-los não apenas com os parques, escassos recursos de seus Municípios mas também com o retorno dos tributos do Governo Federal e do Governo estadual. Eles têm que cumprir seus compromissos de campanha e devem explicações à população e aos vereadores, pois foram

eleitos para executar obras. Eles precisam da atenção do Governo Federal.

Meu querido Presidente, Senador Eduardo Siqueira Campos, assim como V. Ex^a tanto pede por Tocantins, assim como o Senador Mozarildo Cavalcanti trabalha e reivindica tanto por seu Estado, assim como tantos Senadores reivindicam por seus Estados, eu espero e desejo que o Governo não olhe as cores partidárias, não discrimine, mas olhe o Brasil como um todo: o Brasil do PSDB, o Brasil do PDT, o Brasil do PFL, do PMDB, do PT, do PL, do PSB, do PPS, enfim, de todas as legendas partidárias. Nós aqui somos legítimos representantes do nosso povo. Fomos eleitos, fomos escolhidos pelo povo para representá-lo e não podemos ser discriminados. Não se trata de discriminar o Senador, os Parlamentares, não podemos discriminar a população brasileira. Não podemos romper o compromisso democrático que existe.

Por isso aqui fica o meu apelo. Peço a Deus que ilumine esse Governo, porque ele parece estar mais perdido do que cego em tiroteio.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Para uma comunicação inadiável, concedo a palavra ao nobre Senador Rodolpho Tourinho, que disporá de até cinco minutos.

Em seguida, falará o Senador Ramez Tebet, por cessão do Senador Rodolpho Tourinho, que estava inscrito regularmente, e, logo após, o Líder Mozarildo Cavalcanti.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Eduardo Siqueira Campos, Sr^{as} e Srs. Senadores, com enorme satisfação venho à tribuna desta Casa anunciar o início das comemorações em torno dos cinquenta anos de existência da Escola de Música da Universidade Federal da Bahia, fundada na profícua gestão do Reitor Edgar Santos, que buscava a modernidade e introduziu a vanguarda nas diversas manifestações artísticas da nossa terra.

Aquele grande momento baiano deu origem ao cinema novo, ao tropicalismo, movimentos marcantes na história da cultura brasileira.

Berço de projetos pioneiros como os Seminários Internacionais de Música, a Escola de Música foi criada em 1954, tendo como primeiro diretor um nome de importância inquestionável no meio musical, Hans Joachin Koellreutter.

A criação da Escola, em estreita associação com a realização dos Seminários, enriqueceu a ima-

ginação da pacata Salvador do final dos anos cinquenta. Trata-se de uma instituição de ensino que é referência tanto em nível nacional quanto internacional.

Ao longo dos seus 50 anos, a Escola de Música tem se esforçado em criar meios para melhor capacitar o profissional que está sendo formado. A Escola de Música sempre congregou músicos de correntes diversas: eruditas e vanguardistas, além daqueles comprometidos com as manifestações mais populares. Por seus corredores passaram os mais variados artistas, desde criadores geniais, como os suíços Ernst Widmer e Walter Smetak, passando pelo baiano Lindembergue Cardoso, até o Grupo de Compositores, que se formou a partir de 1962, contribuindo de forma decisiva para o enriquecimento da criação musical em meu Estado – que tem uma importância inquestionável na formação da cultura baiana.

Os Seminários Livres de Música mantiveram um perfil de conservatório europeu de alto padrão, no qual Koellreutter introduziu as novas correntes da música contemporânea baiana. A partir daí, uma série de atividades, na sua maioria eventos de extensão universitária, tem permeado os mais variados segmentos da nossa sociedade. Tais eventos têm se tornado tradicionais no calendário nacional: os Festivais de Artes da Bahia, durante a década de 70, mais recentemente os Seminários Internacionais de Música, que congregam a Semana de Educação Musical, a Semana de Música Contemporânea, a Jornada de Etnomusicologia, Ciclos de Música, Encontros de Intérpretes, Seminários da Música Popular, Simpósio Brasileiro de Música, só para citar alguns.

Passaram pela Escola de Música da Bahia alguns dos nomes mais respeitados da música nacional e internacional, tais como: Sérgio Magnani, Tom Zé, Sérgio Souto, Carlos Pita, Gerônimo, Zelito Miranda, Tuzé de Abreu, Zizi Possi, Ivan Huol, Fred Dantas, Ricardo Castro e muitos outros.

A Escola desenvolve programas desde a iniciação infanto-juvenil, passando pelo curso básico, pela graduação e pela pós-graduação. As atividades práticas desenvolvidas pela escola estão sustentadas no esforço coletivo dos corpos docente, técnico e discente, que compõem os grupos estáveis da instituição – a Orquestra Sinfônica, o Madrigal, a Banda Sinfônica, a Orquestra de Câmara e outros grupos de música de câmara.

Retomados em 1989, depois de longa interrupção, os Seminários cumpriram, naquela oportunidade, a importante função de sinalizar para a comunidade,

de baiana e para os meios musicais do País a reconstrução da autonomia da Escola de Música.

A intensa movimentação de professores, pesquisadores e artistas em torno da reconstrução da entidade como centro de excelência musical teve papel decisivo na gestação do Programa de Pós-Graduação em Música que então se estabelecia com a participação dos professores Manoel Veiga, Oscar Dourado, Jarmay e Alda Oliveira, fazendo de Salvador um centro para a discussão das temáticas relevantes da época.

Nesta segunda etapa, os Seminários Internacionais de Música foram estruturados como culminância de vários eventos interligados, tais como as Semanas de Música Contemporânea, Semanas de Educação Musical, os Seminários Brasileiros de Música, a Série de Concertos Sinfônicos e Sinfônico-Corais, a Série de Recitais, a Série de Master Classes, os Concursos Nacionais de Compositores da Bahia, propiciando dessa forma o surgimento e a integração de lideranças em torno de um projeto comum.

A programação anunciada para a comemoração do Jubileu de Ouro da instituição pelo atual diretor, Erick Vasconcelos, pretende promover concertos no interior do Estado, em praças públicas e em locais pitorescos de Salvador. Além disso, tem a pretensão de reativar os festivais universitários, tão importantes, que na década de 60 viram surgir no País nomes como Caetano Veloso e Gilberto Gil.

Concluo, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ressaltando a importância da Escola de Música da Universidade Federal da Bahia para a cultura musical do meu Estado, que tanto produziu nos últimos 50 anos para o Brasil.

A influência da cultura baiana, com todas as raízes negras, tem uma importância transcendental, sobretudo quando analisamos o reflexo disso na área do turismo, fonte importante de geração de emprego e de renda. Queria, neste instante, fazer a interligação da cultura com o turismo, o que é muito importante.

Tenho absoluta convicção de que, às raízes negras da nossa cultura, a Escola de Música veio a se somar, para fazer da cultura baiana uma coisa talvez única no Brasil.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.
Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Rodolpho Tourinho, o Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Leonel Pavan.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan) – O próximo orador inscrito, por cessão da Senadora Lúcia Vânia, é o Senador Ramez Tebet.

V. Ex^a dispõe de até vinte minutos para o seu pronunciamento, Senador.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Banco Central baixou os juros em 0,25%. O assunto está sendo muito questionado. Para que baixou 0,25%? Por que não logo meio por cento?

E aí surge uma outra indagação. Fica a impressão, Sr. Presidente, de que, baixando os juros, teremos certeza do crescimento econômico do País, quando, na realidade, a diminuição dos juros – imprescindível que se efetive, necessária, mais do que necessária, que se concretize – não é suficiente, positivamente, para promover o crescimento sustentado do nosso País.

Todos sabemos que o crescimento do País depende de muitos outros fatores. O Brasil também precisa de infra-estrutura. V. Ex^a mesmo, Senador, acabou de descer da tribuna após ter abordado problemas de infra-estrutura. O Brasil tem rodovias? Como estão as rodovias no nosso País? Estamos criando condições para garantir o crescimento sustentado da economia se temos tanta deficiência no setor de infra-estrutura? Volto a perguntar: não estão as nossas rodovias deterioradas? Temos ferrovias? As poucas existentes no Brasil estão bastante sucateadas. É o caso, por exemplo, da sucateada Rede Ferroviária Federal. Falo dela porque eu a conheço mais. No trecho entre Bauru e Corumbá, nem os dormentes existem mais. Os trilhos foram carregados. Dá pena ver aqueles vagões parados naquelas pequenas estações.

Como estão os portos no Brasil? Outro dia, alguns empresários me procuraram na Comissão de Assuntos Econômicos e me perguntaram sobre os nossos portos, com contêineres parados. Diziam: “Tenho um compromisso daqui a pouco. Preciso levar a minha mercadoria para o exterior. Há uma greve da Receita Federal que está provocando atrasos”.

Como está a questão energética? V. Ex^a, nobre Senador Rodolpho Tourinho, é um dos maiores especialistas no Brasil em matéria de energia elétrica, e não é só porque ocupou o Ministério de Minas e Energia, mas porque tem competência e conhece mesmo o assunto, tendo ocupado esta tribuna dando sugges-

tões. A questão da energia elétrica não avançou tanto no País. Ainda temos medo de acontecer um apagão no Brasil, e é justo o receio. Recentemente, regras foram alteradas por uma medida provisória que, a meu ver, tem pontos positivos, como V. Ex^a ressaltou, mas que, sob certos aspectos, pode inibir investimentos no setor de energia elétrica no Brasil.

O que dizer, então, sobre o saneamento básico? Pergunto: esses fatores não colocam em risco qualquer meta de crescimento e de desenvolvimento econômico? É claro que sim. E como está a situação? O Estado está em situação deplorável, assim como as rodovias sob jurisdição federal ou estadual. Há o desaparecimento desses portos. Tudo isso gera obstáculos para o crescimento econômico do País.

Fico pensando no meu Mato Grosso do Sul, fico pensando no agronegócio. A produção no Brasil tem aumentado, a produtividade tem melhorado. Mas quanto se perde, quanto se esbanja nessas rodovias esburacadas do Brasil quando estamos transportando essas mercadorias? Pergunto: como vamos competir no mercado internacional se não vejo qualquer medida para resolver essa questão de infra-estrutura no Brasil? Em pouco tempo, veremos que até os agronegócios vão correr risco no Brasil. Isso é um absurdo!

O que deve ser feito? Quero abordar, antes, outro aspecto, que é a burocracia existente no Brasil. É uma coisa fantástica! Li nos jornais que o Presidente Lula, felizmente, acordou para isso. Vamos ver se seus Ministros atentam para o que irei abordar aqui. Todos esses investimentos, toda essa infra-estrutura, até quando se quer realizar, até quando os Municípios querem fazer qualquer coisa em termos de saneamento básico, até quando se vai construir uma estrada, dependem da licença ambiental.

Sr. Presidente, quero deixar clara a minha posição, que é a posição do Brasil, que é o que todos os brasileiros almejam. Queremos o crescimento, queremos o desenvolvimento, mas queremos que seja um desenvolvimento auto-sustentado. Queremos que esse desenvolvimento seja compatibilizado com a preservação ambiental, Senador Mozarildo Cavalcanti. Todos queremos isso. Queremos que esse meio ambiente seja preservado para podermos viver melhor. Mas o que acontece é que todo empreendimento precisa de licença ambiental. Nunca vi tanta burocracia como a que existe nesse Ministério do Meio Ambiente, da minha querida amiga Marina Silva, que tem a responsabilidade de orientar bem o Ibama, de dizer que o Ibama deve ter os olhos voltados

para o crescimento do nosso País, deve apressar as licenças ambientais e fazer as exigências com critério, levando menos tempo para a concessão dessas licenças.

Sr. Presidente, a pessoa quer construir uma estrada, e o Ibama leva seis ou sete meses para autorizar. Fica-se numa discussão interminável entre pessoas que não enxergam a estrada. Precisamos de pessoas que levem em consideração a estrada e também o meio ambiente, não de pessoas que enxerguem só um ou outro, porque assim o empreendimento estará inviabilizado. Assim também ocorre em outros setores de infra-estrutura.

Vou fazer uma confissão que até não fica bem para mim. Tenho sido muito bem recebido por Ministros de Estado, até pelo Ministro da Fazenda, mas o Ibama é tão complicado, que faz uma semana que a minha secretária tenta uma audiência com o Presidente do Ibama e não consegue marcá-la, porque o assunto diz respeito ao Mato Grosso do Sul.

No meu Estado, há um porto funcionando na minha cidade e há um pleito para que o Ibama reveja uma situação. O porto estava funcionando, o Ibama alegou qualquer coisa, e queremos resolver o problema. Recebi, por telefone, a informação de que não é difícil resolver a situação, que há um exagero do fiscal do Ibama da minha cidade. Até isso foi afirmado. No entanto, não consigo acabar com o exagero do fiscal, porque o Ibama nem dá ordem e nem recebe um Senador da República que é recebido por todos os Ministros.

Ora, Sr. Presidente, quero confessar que isso é politicagem, porque já estamos próximos do pleito eleitoral; lá o Governo é do PT, e somos do PMDB. Isso tudo está acontecendo em prejuízo da sociedade. Será que isso está correto? Essa é uma questão política. E quando a questão não é política? Também ocorre da mesma forma. O Ibama diz que são usinas hidrelétricas, mas essas usinas começaram a ser construídas sem as regras e sem a observância da preservação do meio ambiente.

O que quero é que encontrem uma solução rapidamente. Estou combatendo aqui a burocratização excessiva do Brasil. Fará bem o Presidente Lula se, conforme li nos jornais, chamar os Ministros, convocar os responsáveis pela área para lhes dizer: "Não emperrem o desenvolvimento do Brasil! Eu quero, como também os brasileiros, o desenvolvimento do Brasil com respeito ao meio ambiente!".

A legião de desempregados é grande e está aumentando. Falamos de crescimento, mas a própria máquina governamental impede, pela burocracia, o

desenvolvimento. Já não temos dinheiro; o pouco que temos vamos aplicar, mas fica o dinheiro parado. Isso é um absurdo!

Honra-me ouvir V. Ex^a, Senador Mozarildo Cavalcanti.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PPS – RR) – Senador Ramez Tebet, fico muito satisfeito de ouvir o pronunciamento de V. Ex^a, que faz um retrato muito claro sobre a burocracia, sobre o exagero em determinados setores, principalmente na área do meio ambiente. Há poucos dias, na Comissão Temporária Externa do Senado, o Presidente da Funai, ao prestar o seu depoimento, disse que, enquanto a Funai, que cuida de gente, dos nossos índios, está sendo dismantelada, não tem recursos, o Ibama, que – segundo suas palavras – cuida de tatu, tem uma superestrutura. Os funcionários do Ibama ganham três vezes mais do que os da Funai. Na verdade, essa superestrutura tem mais poder do que o próprio Ministério do Meio Ambiente. É preciso realmente buscarmos o equilíbrio nessa questão. Ninguém aqui é contra o meio ambiente, ninguém está querendo destruir nada. Aliás, é internacional a pregação de que desmatamos, principalmente a nossa Amazônia. Durante mais de quinhentos anos em que o povo está lá, não conseguimos usá-la. O termo “desmatar” é outra hipocrisia. Desmata-se para quê? Derruba-se uma árvore para quê? Para aproveitá-la e para plantar. V. Ex^a tem muita razão quando reclama dessa burocracia, desse excesso de poder de determinados órgãos, como é o caso do Ibama e da própria Funai. Embora o Presidente da Funai tenha dito que, enquanto o Ibama cuida de tatu, eles cuidam de gente e têm muito menos recursos, o que, na verdade, ocorre é que, no mundo todo, principalmente no Brasil, os ambientalistas pensam que são professores de Deus. Eles querem dizer como a natureza tem que ser e como devemos proceder. Temos que buscar nessas questões o equilíbrio, a razoabilidade, para permitir que o Brasil cresça e gere empregos, para que o nosso povo possa viver melhor.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senador Mozarildo Cavalcanti, V. Ex^a é um especialista nessa questão, até porque defende, com zelo, com dedicação, com elevado espírito público e com competência, o seu Estado, Roraima, que positivamente vive os problemas que abordo até mais que outros Estados da Federação. Veja que a questão indígena no seu Estado é a mais séria do Brasil. Veja que a própria

questão do desmatamento, de que fala V. Ex^a, também exige maiores cuidados.

Nesta Casa, V. Ex^a tem tido uma postura de elevado bom senso e equilíbrio, apresentando bem suas posições. Digo até que, não fora a atuação de V. Ex^a nesta Casa, a situação naquele Estado seria muito mais delicada. Com relação à questão indígena, V. Ex^a presidiu uma comissão no sentido de ajudar e de propor soluções, para resolver angustiantes problemas que estamos vivendo, e visitou até o meu Estado com essa finalidade.

O fato incontestável é que as minhas observações, feitas desta tribuna, Senador Mozarildo Cavalcanti, vêm até a calhar, porque, realmente, se baixarmos somente os juros, não vamos promover o desenvolvimento econômico do Brasil. Porém, esse é um indicador forte, porque, com juros altos, ninguém aplica nada. Quando se baixam os juros, o indivíduo vai aplicar o seu dinheiro e vai enfrentar os entraves burocráticos que estou apontando e problemas de infraestrutura.

É claro que o investidor nacional e o estrangeiro questionam como vão produzir, se não há estradas, se há ameaça de apagão. Questionam como vão abrir uma indústria, se não há infraestrutura, nem saneamento básico. Como não há estradas adequadas para transportar a produção, perde-se muito. No momento em que se vai embarcar o produto vendido para o exterior, não há infraestrutura portuária adequada.

Nos minutos que ainda acredito ter, falarei de um projeto que acabou de ser aprovado na Câmara. Como o Governo pensa em encontrar recursos para resolver esses problemas? Por meio de um projeto de lei que já foi aprovado. Digo projeto de lei, mas, como sempre, trata-se de medida provisória, mas não quero entrar no mérito se é caso de medida provisória ou não. Falo da parceria público-privada. O que pretende o Governo? Encontrar parceiros da iniciativa privada para juntarem os seus recursos aos do Governo e resolverem esses problemas de infraestrutura.

Naturalmente, isso pode ser novidade no Brasil, mas não o é no mundo. Segundo consta, na Inglaterra – a primeira nação européia do mundo a buscar esse caminho, com a Dama de Ferro, Margaret Thatcher –, isso está funcionando. Até Portugal está enveredando pelo caminho da parceria público-privada. Mas, no Brasil, há muitas leis.

Seria muita ingenuidade nossa pensarmos que a simples promulgação dessa lei – com o seu aprimoramento pelo Senado, se houver necessidade – atrairá investimentos para o Brasil. Será que vamos atrair esses investimentos apenas com a existência da lei? Sinceramente, não acredito nisso. É preciso, pois, que o País seja desburocratizado, que a coisa pública seja gerida por pessoas competentes e capazes e que o Estado mantenha mecanismos de regulação que não permitam sua dominação. Com as parcerias, o Estado não pode se entregar. Falo isso porque, às vezes, quando o pobre não tem dinheiro, ele se entrega ao mais rico, à boca do leão.

Esse projeto será remetido a esta Casa, e teremos de estudá-lo, Senador Rodolpho Tourinho. Com toda certeza, V. Ex^a ajudará muito. Se tivermos que aperfeiçoar esse projeto, vamos fazê-lo.

Não podemos perder de vista que o Estado é o indutor, o impulsionador da economia. Não podemos estabelecer parceria com a iniciativa privada para realizar obras de infra-estrutura – como saneamento básico, estradas e, inclusive, escolas e hospitais, conforme prevê o projeto – retirando do Estado o seu papel. Não é esse o objetivo. O Estado tem de permanecer no papel de condutor, de controlador, de regulador, de fiscalizador, fazendo as exigências que lhe cabem. Enfim, para que o Estado existe? Existe para servir à sociedade. Sei que isso é importante.

Há muito tempo, capitais estrangeiros querem investir no Brasil, na construção de redes de captação de água e esgoto, e aguardam uma definição. A lei está a caminho, mas, por si só, ela não resolverá a questão.

O Brasil deve sair do imobilismo em que se encontra. O Presidente Lula deve comandar a sua equipe, dizendo o seguinte: prestem atenção na orientação do Presidente da República! Temos visto que Sua Excelência vai num sentido, e, depois, a equipe ministerial segue em sentido completamente diferente. Foi dito que o seu próprio Partido caminha em sentido diferente do seu, como ficou demonstrado na última reunião da Executiva do Partido dos Trabalhadores, condenando a política econômica do Governo. É preciso que haja comando e que o País saia realmente desse imobilismo. É o que esperamos.

Senador Rodolpho Tourinho, esta é uma análise superficial de um sul-mato-grossense que quer colaborar, que percebe a burocracia deste País. Há R\$400 milhões para serem aplicados no Pantanal.

Segunda-feira é o Dia Mundial da Água. O Pantanal é uma reserva extraordinária. Sabemos que a água é a maior riqueza e será o produto de maior valia do mundo. São R\$400 milhões: R\$200 milhões para o Mato Grosso e R\$200 milhões para o Mato Grosso do Sul. Mas, nesses dois Estados, nada foi investido ainda. Penso até que estamos pagando juros por esse dinheiro. Isso está acontecendo em nosso País devido a entraves burocráticos. Não tem cabimento captar recursos e não aplicá-los em uma região como o Pantanal.

Positivamente, Sr. Presidente, fico por aqui. Não vim aqui para reclamar do Ibama, mas para falar da desburocratização. Contudo, vivemos os problemas da região. Por exemplo, a cidade onde nasci, Três Lagoas, Mato Grosso do Sul, recebeu um porto como obra compensatória da Cesp, fez um comodato, e uma firma está explorando há algum tempo, funcionando com uma liminar do juiz. Mas aqui não nos recebem, só por telefone. Alegam que o problema não é difícil, que está ocorrendo um exagero da fiscalização, mas não acabam com esse exagero nem recebem o Senador. Desculpem, sul-mato-grossenses, meu consolo é que sou recebido pelos altos Ministros do Governo. Mas o Presidente do Ibama, que deve estar com algum conchavo, decide: vamos retardar a audiência com o Senador enquanto se discutem questões políticas do seu Estado. Peço a S. S^a que não me receba, mas resolva o problema do meu Estado. Deixe o porto funcionar. Resolva logo o problema e esqueça o Senador Ramez Tebet.

Ao vir a esta tribuna falar do Brasil, aproveito para lembrar o problema da minha cidade, porque quem não cheira as raízes do chão onde nasceu, do Estado pelo qual foi eleito, não tem condições de falar pelo País inteiro. Falo no Brasil pensando em Mato Grosso do Sul, na minha cidade; e, ao falar em Mato Grosso do Sul, não perco a dimensão deste País. Vamos desburocratizar o País. Vamos sair do imobilismo. Vamos fazer do projeto de Parceria Público-Privada um projeto de fácil execução.

Antes de encerrar, devo dizer, mais uma vez, que torço para que os Ministros da área ambiental, aqueles com os quais o Presidente se reuniu para pedir menos burocracia e mais ação, ouçam Sua Excelência.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Ramez Tebet, o Sr. Leonel Pavan, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Rodolpho Tourinho.

O SR. PRESIDENTE (Rodolpho Tourinho) – Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti, por permuta com a Senadora Lúcia Vânia.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, inicialmente, antes de abordar os temas que me trazem a esta tribuna, cumprimento o Vereador George Melo, que se encontra na tribuna de honra do Senado Federal, de Boa Vista, Capital do meu Estado, que está em Brasília cuidando dos problemas do Município e da Câmara Municipal.

Início meu pronunciamento lendo matérias publicadas nos jornais **A Crítica**, de Manaus, e **Correio Braziliense**. No primeiro, o título é “Somem R\$2,2 milhões de ONG” e, no **Correio**, “Mistério: Rombo de R\$ 2 milhões em ONG”. As importantes matérias se referem a recursos públicos que estão sendo repassados a organizações não-governamentais que estão vivendo de recursos públicos, provenientes de impostos, pagos para atender a população.

Lemos na matéria:

O Cacique Almir Suruí, de 35 anos, confirmou ontem que a dívida da Coordenação da União das Nações e Povos Indígenas de Rondônia, Noroeste do Mato Grosso e Sul do Amazonas (Cunpir) ultrapassa R\$2,2 milhões. Ele está investigando há um mês o desaparecimento de dinheiro, que resultou no afastamento do ex-presidente da ONG, cacique Antenor Karitiana, de 43 anos. Como não houve prestação de contas, a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) e a WWF (Fundo Mundial para a Natureza) [ONG internacional] suspenderam convênios com a Cunpir, que representa 42 nações indígenas [do que discordo, porque não existe nação, mas nações indígenas] e 10 mil índios. O convênio com a WWF tinha dez anos.

A ONG indígena deve a fornecedores de combustível, medicamentos e material de expediente aproximadamente R\$2 milhões. Além disso, existe uma dívida trabalhista de R\$ 200 mil e não há comprovante do gasto de R\$64 mil repassados pela

WWF. Mesmo assim, Almir Suruí afirma que colocará “a casa em ordem”. Ele prefere não entrar em detalhes sobre as irregularidades e diz não ter a intenção de culpar ninguém. “A meta é fazer a coisa certa, evitando que novos problemas venham a ocorrer ou se repitam os erros anteriores”.

É muito bom, Sr. Presidente! Assume o novo Presidente da ONG, diz que a meta não é culpar ninguém, e que vai apenas arrumar a casa. E o dinheiro público que foi desviado? O Ministério Público Federal, o Tribunal de Contas da União, a Controladoria-Geral da União não tomarão providência? Vejo a eficiência da Controladoria-Geral da União na fiscalização de pequenos Municípios do interior, que recebem, às vezes, convênios de R\$10 mil, R\$15 mil para uma pequena obra. E quanto a esse caso?

Chamo a atenção da Controladoria-Geral da União – CGU, do Tribunal de Contas da União e do Ministério Público Federal porque é inadmissível que uma situação dessas passe apenas por um acerto entre o Presidente que saiu e o Presidente que entra.

Continua a matéria:

Devido a problemas como o verificado em Rondônia, a Funasa decidiu que a partir de 1º de abril deixará de repassar dinheiro diretamente às ONGs que representam povos indígenas. O chefe da coordenação regional da Fundação em Rondônia, Josafá Marreiros, explicou que atrasos na prestação de contas comprometem a continuidade do programa de saúde nas aldeias. “Com a mudança, [quer dizer, a mudança é que agora não repassará direto para as ONGs, mas para a Funasa regional, que termina fazendo uma parceria com as ONGs, o que dá na mesma coisa], resgataremos nosso papel de execução dessa política e garantiremos a agilidade dos serviços. Continuaremos a trabalhar com as ONGs, mas de outra forma”.

Defesa

O cacique afastado Antenor Karitiana se defende, alegando ser honesto. Ele explica que o dinheiro público recebido através de convênios não foi suficiente para cobrir todas as despesas porque o preço de medicamentos, combustível e prestação de serviços subiu, havendo acúmulo de despesas. “Não houve corrupção. Expliquei como o di-

nheiro foi gasto. Só não apresentei as notas fiscais”.

Ora, Sr. Presidente, é brincadeira! Trata-se de dinheiro público, de recurso que foi destinado a uma organização dita não-governamental, que o gastou. E, com a maior desfaçatez, o responsável pela ONG – que, creio, a Fundação Nacional de Saúde teve a preocupação de saber se era capaz de gerir esses recursos – diz que tudo foi normal, que só não apresentou as notas fiscais?

Karitiana afirma que não precisa de dinheiro. “Tenho muitas terras e nelas há macacos para comer. Isso me basta”.

Ora, Sr. Presidente, é um escárnio à Nação, um escárnio ao dinheiro público! Não é possível que um dinheiro destinado à saúde dos indígenas seja desencaminhado e, de uma maneira muito tranqüila, o gestor desses recursos diga: “Não preciso desse dinheiro. Gastei e apenas não apresentei as notas fiscais. Não preciso porque tenho muitas terras e nelas há muitos macacos”.

Portanto, é preciso chamar a atenção da direção da Fundação Nacional de Saúde, porque sei que ela está querendo acertar.

No passado, cansei de fazer denúncias. Em meu Estado, por exemplo, só as duas ONGs que cuidam da saúde indígena recebem mais dinheiro que todos os Municípios do interior, que cuidam de 95% da população, que é de não-indígenas.

É preciso cuidar do dinheiro público de maneira séria. Faço essa denúncia com base em notícia publicada e tendo ouvido os dois lados. Quero crer que tanto o Tribunal de Contas da União como a Controladoria-Geral da União e o Ministério Público devam tomar medidas enérgicas. Eu mesmo, além deste pronunciamento, vou oficiar a esses órgãos solicitando informações e providências sobre o assunto.

Mas continua a matéria, referindo-se ao cacique Antenor Karitiana:

Ele circula com uma caminhonete S10 cabine dupla, placas NCM-2733. O cacique disse, ainda, que o problema existente em Rondônia é pequeno, se comparado ao que está acontecendo em ONGs administradas por índios nos Estados do Acre, Roraima, Tocantins e Pará.

Olhem só: R\$2,2 milhões desviados em Rondônia, segundo as palavras do próprio Presidente da ONG, um cacique, que diz que o desvio é pequeno se comparado como que ocorre nas ONGs que são tocadas por índios, Senador João Ribeiro, lá em Tocantins, segundo a denúncia, no Acre, no meu Estado de Roraima e no Pará. Então, temos que investigar a denúncia e pedir providências.

Aliás, Sr. Presidente, está no Senado, desde 2002, um projeto de minha autoria, que estabelece condições de registro, funcionamento e fiscalização das organizações não-governamentais, cujo Relator é o Senador César Borges. Em 2003, ao final da CPI das ONGs, cujo relatório tenho aqui, foi apresentado um outro projeto dispondo também sobre o registro, fiscalização e controle das organizações não-governamentais, do qual é Relator também o Senador César Borges. S. Ex^a apresentou um substitutivo, dispondo sobre a necessidade de que haja um registro das ONGs.

Sr. Presidente, na CPI das ONGs, verificamos que não há controle algum sobre essas organizações. O convênio da Funasa com essas ONGs não obedece a nenhum critério de Administração Pública, porque não é feita licitação, não é feito controle algum. Então, realmente, o cacique tem razão quando diz que esse problema de Rondônia é muito pequeno, segundo as palavras dele, se comparado ao que ocorre em Tocantins, no meu Estado de Roraima, no Acre e no Pará. Conheço bem o que está acontecendo em Roraima.

Quero aqui relacionar algumas ONGs com comprovadas irregularidades, apuradas ao final daquela CPI: a Associação Amazônia, uma ONG italiana e argentina, com sede na Itália, que comprou no sul do meu Estado 174 mil ha de terra e está explorando de maneira ilegal o ecoturismo a partir da Itália. Observo que, segundo a lei, a compra de mais de 3 mil ha tem que passar pelo crivo do Senado. Como é que uma ONG compra 174 mil ha? E, pior: comprovamos que há evasão de divisas e encaminhamos denúncia ao Ministério Público, aos diversos órgãos, Receita Federal e outros.

Outra ONG relacionada foi a Focus on Sabbatical, que veio ao Brasil pagar para os produtores de soja não plantarem. E isso foi comprovado também.

Também a ONG Unificação das Famílias Pela Paz Mundial, do Reverendo Moon, que, segundo consta, comprou uma quantidade enorme de terras

em Mato Grosso do Sul e no Paraguai. Temos comprovação – inclusive o Ministério da Justiça tem conhecimento disto – de que o plano dele na verdade é fazer um país; ou seja, trazer gente lá da terra dele, da Coréia, para criar um novo país, usando um pedaço do Brasil e do Paraguai.

Ainda há outra ONG, a Cooperíndio, no Amazonas. Um de seus dirigentes foi preso com 1 tonelada de ametista e 300 quilos de tantalita, um mineral de terceira geração.

Na ONG Paca (Proteção Ambiental Cacaolense), de Rondônia, foi constatado outro problema.

Em relação a essa ONG que está sendo comentada hoje nos jornais, a CPI fez a sua parte ao relatar que “os fatos relativos à ONG “Cunpir determinam a obrigação de comunicação para as seguintes autoridades: Procuradoria-Geral da República para a tomada de providências em relação à retirada de madeiras e minérios nas áreas dos Karitianas e da etnia Suruí, bem como relativamente às irregularidades do convênio com a Funasa (...)”.

Sr. Presidente, em 2002, constatamos essas irregularidades e encaminhamos à Funasa a denúncia de irregularidades no convênio com a Funasa, além da possibilidade da prática de outros crimes. A principal recomendação feita à Funasa foi para que se instaurasse processo administrativo em face das irregularidades na prestação de contas do convênio com a “Cunpir”.

Há outras ONGs, como a Adesbrar e a O Boticário, ambas no Paraná; a Napacan, uma ONG que cuida de doentes com câncer; e o CIR (Conselho Indígena de Roraima), em meu Estado de Roraima

Assim, em dez ONGs conseguimos constatar indícios veementes de irregularidades.

Em 2003, esses documentos foram encaminhados aos devidos órgãos e, hoje, temos aqui a constatação clara do abuso e do desrespeito por parte dessas ONGs.

Concedo o aparte ao Senador Ramez Tebet.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Senador Mozarildo Cavalcanti, ressalto que o trabalho realizado por V. Ex^a na CPI das Organizações Não-Governamentais é um trabalho de defesa da soberania nacional. Veja a importância dele! Há inúmeras organizações não-governamentais que prestam relevantes serviços ao nosso País, servindo à coletividade. Mas há outras, como pôde constatar a Comissão, que estão aqui com a capa de filantrópicas, de beneficentes,

mas que, em verdade, estão trabalhando contra os interesses do Brasil. Trata-se de uma questão de soberania, que V. Ex^a e a Comissão estão defendendo. Portanto, no instante em que V. Ex^a, me parece, não presta contas, mas fala sobre o trabalho da Comissão, inspirada por V. Ex^a, cumpre-nos cumprimentá-lo e desejar-lhe cada vez mais êxito nesse trabalho de mostrar à sociedade brasileira a separação do joio do trigo. Conheço organizações não-governamentais no meu Estado, Senador, que estão voltadas mesmo para a defesa do meio ambiente, do nosso Pantanal, por exemplo. A essas, o nosso aplauso. No entanto, aquelas que estão disfarçadas, encapuzadas, pelo amor de Deus, precisam ser punidas. V. Ex^a está de parabéns.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR) – Senador Ramez Tebet, as providências sugeridas na conclusão do trabalho da CPI, em 2002, e encaminhadas no início de 2003 – providências que compete à CPI tomar –, foram acolhidas pela Presidência do Senado, que deu seqüência às recomendações da CPI. E uma das providências, que reputo como a mais relevante, é a aprovação de uma regulamentação da atividade das ONGs. Ninguém está querendo proibir essas organizações, pois, como V. Ex^a muito bem disse, existem excelentes organizações não-governamentais. Cito o Instituto Ayrton Senna, uma ONG de respeito, que faz um trabalho sério e não vive à custa de recursos do Governo.

Também não tenho nada contra uma ONG ter convênio com o Governo, desde que obedeça aos princípios da Administração: licitação, transparência, controle e fiscalização da aplicação de recursos.

Agora, no exemplo que citei, Senador Ramez Tebet, segundo as palavras do próprio dirigente da entidade, o problema ainda é pequeno se comparado com o que está sendo feito nos outros Estados. Ora, R\$2,2 milhões estão sendo jogados fora de maneira assim tão descarada quando inúmeras pessoas estão passando fome e desempregadas. Não podemos aceitar isso. Portanto, quero chamar a atenção do Senado para a necessidade da aprovação desse projeto que regulamenta a atuação das ONGs no Brasil.

Se elas estão agindo certo, se elas são boas, então por que ter medo de uma regulamentação? Todo cidadão está submetido à legislação, à fiscaliza-

ção. Por que essas organizações não podem ser submetidas à lei?

Segundo a revista **Época**, numa de suas publicações mais recentes, há 220 mil ONGs no Brasil. Garanto, Senador, que há muito mais do que 220 mil, porque ONGs de fundo de quintal existem aos montes e nem constam desse cadastro. Muitas vezes meia dúzia de pessoas se juntam, registram a ONG no cartório e começam a atuar. Existem inúmeras ONGs desse tipo.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Vi uma estatística, Senador Mozarildo Cavalcanti, segundo a qual há 500 mil.

O SR. MOZARILDO CAVANCANTI (PPS – RR) – Pois é. Veja V. Ex^a que é preciso haver fiscalização, porque essas entidades atuam em setores estratégicos, como é caso do meio ambiente e da política indigenista, quer dizer, na atenção aos índios. Elas atuam também em segmentos sociais relevantes. Portanto, precisam estar sob o controle do Estado, sob o controle da sociedade; não podem estar acima da verdade.

Aliás, criou-se uma aura de santidade para essas instituições, o que não é verdadeiro. O Senador Bernardo Cabral, no ano retrasado, num discurso muito interessante em que analisava essas instituições, teve oportunidade de dizer que “muitas delas têm fachada de catedral e fundos de bordel”, com todo o respeito que podemos ter aos bordéis.

Vejam bem, é preciso tomar uma atitude séria, começando por regulamentar a atuação dessas instituições. Não é possível ficarmos repetindo, Brasil afora, a Cumpir, entidade de Rondônia que se diz responsável por dez mil índios, que desvia recursos públicos na ordem de R\$2,2 milhões.

Quero encerrar dentro do meu horário, mas antes faço um apelo no sentido da aprovação imediata desse projeto, que já está na pauta da CCJ, para votação.

Agradeço a todos pela atenção e termino, concitando todos a aprovar esse projeto, repito.

Durante o discurso do Sr. Mozarildo Cavalcanti, o Sr. Rodolpho Tourinho, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. João Ribeiro.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem, para reparar uma injustiça.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, quero registrar que falarei depois do Senador Ramez Tebet.

O SR. PRESIDENTE (João Ribeiro) – O Senador Romero Jucá falará pela Liderança do Governo.

Concedo a palavra ao Senador Ramez Tebet.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS. Pela Ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, sou um homem que não gosta de cometer injustiça. Por isso, gostaria que a Mesa registrasse um adendo, alterando o que eu disse em meu discurso.

Há pouco fiz um pronunciamento sobre o crescimento econômico do Brasil, disse que um dos entraves ao desenvolvimento era a burocracia e citei o Ibama como exemplo do excesso de burocratização existente no Brasil.

Queixei-me da direção desse órgão. Eu disse que nunca tive dificuldade de marcar audiências e sempre fui recebido por todos os Ministros, mas que não havia recebido do Ibama resposta a um pedido de audiência, formulado há vários dias.

Quando saí da tribuna, recebi um telefonema do meu gabinete, da minha secretária, informando que ontem à noite fora avisada de que a audiência havia sido marcada para terça-feira. Solicito que conste isso.

Mas, de qualquer forma, fica o registro de que fiquei pedindo audiência mais de uma semana, que recebi o retorno ontem e que na terça-feira vou comparecer ao Ibama. É uma questão de justiça fazer esse registro. Não me sentiria bem indo para casa e deixando isso no ar. Quero dizer que o Presidente do Ibama já marcou a minha audiência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Ribeiro) – Fica feito o reparo de V. Ex^a e o registro.

Concedo a palavra, pela Liderança do PMDB, ao Senador Romero Jucá. S. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, eu pedi a palavra para tratar de um assunto que, embora pareça dizer respeito a Roraima, efetivamente, diz respeito ao Brasil. Refiro-me à questão indígena, a respeito da qual o nobre Senador Mozarildo Cavalcanti, antes de mim, já se manifestou.

Durante todo o processo da demarcação da área Raposa Serra do Sol, tenho procurado atuar como articulador de uma solução negociada, uma solução pacífica que possa, efetivamente, garantir a terra aos índios, mas que, ao mesmo tempo, garanta o futuro de Roraima, o futuro do nosso desenvolvimento e, conseqüentemente, uma prestação de serviço digna e pública aos índios de Roraima.

Nós temos acompanhado os debates, temos mantido permanente contato com o Presidente da Funai, com o Ministro da Justiça, com o Gabinete Civil. É chegada a hora de o Presidente Lula tomar uma posição política no sentido de buscar a mediação.

Há alguns dias, a **The Economist**, revista inglesa muito conceituada, comparou o potencial de conflito em Roraima ao que hoje existe na Iugoslávia. Portanto, não são apenas os problemas regionais que estão sendo analisados; são avaliações internacionais, que vêm corroborar com o tipo de preocupação que estamos tendo.

A preocupação do povo de Roraima, especialmente a minha, Sr. Presidente, é no sentido de buscar uma linha de desenvolvimento auto-sustentado para a Amazônia e para Roraima. Temos de procurar caminhos para que o povo da Amazônia viva com dignidade, seja com aplicação de tecnologia intensiva, de capital intensivo, seja com a pequena ocupação de espaço e a maximização da produção. E, dentro desses aspectos, sem dúvida nenhuma, a definição do perfil fundiário da região é fundamental para definir onde vai haver exploração econômica, onde vai haver conservação, enfim, em cada aspecto, onde e de que forma o setor público e as empresas vão trabalhar. A imprensa tem-se pautado nesse debate por posições díspares e é por isso mesmo que é preciso neste momento se debruçar o tema.

O Governo Federal, o Presidente Lula, determinou a formação de uma comissão de trabalho da Presidência da República, coordenada pela Casa Civil, a qual está acabando o seu trabalho. Paralelamente a isso, o Senado Federal instituiu uma Comissão, cujo Relator é o Senador Delcídio Amaral, que vai apresentar a opinião do Senado sobre o problema. Tivemos vários encontros em que falamos sobre isso. A Câmara dos Deputados também constituiu a sua Comissão, cujo Relator é o Deputado Lindberg Farias, do PT, que também vai apresentar um posicionamento. A partir desse conjunto de visões, sem ninguém querer ser dono da verdade, devemos nos debruçar sobre o tema e ajudar a encontrar uma solução. Tal solução passa pela demarcação da terra indígena

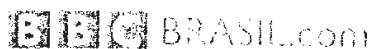
sim, mas passa também pela racionalidade da demarcação. Devemos tratar dessa questão de forma a preservar o meio ambiente, mas sem criar empecilho para o desenvolvimento auto-sustentado, porque, quando se torna um empecilho para o desenvolvimento, muitas vezes, o dispositivo é burlado e o prejuízo é muito maior.

Temos vários caminhos. Há, por exemplo, o projeto do Presidente Sarney, que diz respeito aos incentivos fiscais, como ocorre na Suframa, para produtos de matéria-prima da Amazônia. Essa é uma questão que precisa ser debatida. A matéria, aprovada no Senado na convocação extraordinária, foi colocada de lado na Câmara dos Deputados exatamente em virtude de uma visão equivocada de alguns setores, principalmente dos Estados mais ricos do Brasil, que não querem abrir mão de nada. Então, esse debate precisa ser retomado.

Sr. Presidente, quero registrar que fui convidado pelo Líder Aloizio Mercadante para assumir a vice-Liderança do Governo no Senado. Estou aceitando esse encargo exatamente para que a minha presença nas ações do Governo possa ajudar a resolver problemas como esse, como a crise da demarcação de terras indígenas, como a preservação ambiental, enfim, para que o Governo possa, nesse debate, agir de forma mais justa e efetiva possa equacionar os conflitos. Estou aceitando o convite para assumir a vice-Liderança exatamente com a visão de quem quer colaborar, de quem quer ajudar a resolver problemas, inclusive esse relacionado com a demarcação da área indígena Raposa Serra do Sol. Como vice-Líder do Governo, espero contribuir ainda mais para uma solução de consenso, para a pacificação, enfim, para uma solução que livre Roraima de se tornar, como disse a revista **The Economist**, uma nova Iugoslávia, palco de conflitos, uma solução que una a sociedade de Roraima, que una a sociedade da Amazônia, e faça com que a legislação indígena e ambiental brasileira, que é modelo para o mundo, seja aplicada, na prática, para o desenvolvimento de todos os setores da sociedade brasileira. Faço esse registro e peço a transcrição da matéria do **The Economist**, que compara Roraima à Iugoslávia.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ROMERO JUCÁ EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)



'The Economist' compara Roraima à Iugoslávia

A revista britânica *The Economist* desta semana traz uma reportagem sobre a polêmica decisão do governo brasileiro de criar uma reserva indígena em Roraima, na fronteira com a Guiana e a Venezuela.

A reportagem diz que a reserva dividiu "completamente" o Estado, uma situação que lembra muito mais a antiga Iugoslávia do que o Brasil, segundo a revista.

"Boa Vista tem um clima etnicamente carregado, mais característico dos Bálcãs do que do Brasil", afirma a reportagem, cujo título é "As guerras indígenas da Amazônia".

"As pessoas amam ou odeiam os índios. Não tem meio termo", afirmou à revista Ana Paula Souto Maior, advogada pró-índios.

A reportagem diz que a reserva está opondo índios e plantadores de arroz, mas diz também que até alguns indígenas são críticos da nova reserva.

'Superpoder agrícola'

O jornal canadense especializado em agricultura *The Western Producer* diz que os fazendeiros da América do Norte estão tendo de aprender a lidar com o que eles chamam de "o novo superpoder agrícola", o Brasil.

Segundo o jornal, o país já é líder mundial na produção de café, açúcar e suco de laranja e, em 2004, deve se tornar o maior produtor de soja também, desbancando os Estados Unidos e podendo estabelecer o preço do óleo vegetal no planeta.

A edição online do jornal britânico *Financial Times* diz que os mercados brasileiros "trocaram a ansiedade pela euforia", e as turbulências econômicas que quase levaram ao colapso do país parecem esquecidas.

Na Alemanha, o jornal *Süddeutsche Zeitung* elogia a decisão do governo do país de enviar soldados ao Iraque. Eles farão parte de uma missão médica da ONU, o que, segundo o jornal, foi uma saída elegante para a necessidade de colaborar no esforço internacional.

O jornal britânico *The Guardian* diz que o primeiro ministro Tony Blair deve passar por 24 horas "eletizantes" no final de janeiro, quando ele conhecerá o veredicto do Inquérito Hutton, investigação independente sobre a morte do cientista David Kelly, que teria dito à BBC que o governo maquiou dados que levaram à guerra no Iraque.

O inquérito será apresentado um dia após o Parlamento votar uma medida bastante polêmica que prevê um aumento dos custos das universidades para os estudantes.

O *Daily Mail* traz em sua capa a foto da viúva de um soldado morto no Iraque, exigindo que o secretário da Defesa britânico, Geoff Hoon, assuma responsabilidade pela falta de equipamento das tropas britânicas no país ocupado.

O tablóide *The Sun* diz que o zagueiro Rio Ferdinand, do Manchester United, ofereceu um pouco do seu cabelo para ser examinado pela FA, a federação de futebol do país.

O SR. PRESIDENTE (João Ribeiro) – A Presidência parabeniza V. Ex^a pela indicação como Vice-Líder do Governo. Tenho a certeza de que desempenhará muito bem essa função, haja vista a experiência e a preparação de V. Ex^a, que esta Casa e o Brasil muito bem conhecem.

Concedo a palavra ao nobre Senador Arthur Virgílio, por permuta com a Senadora Lúcia Vânia, por 20 minutos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva está absolutamente perdido. As manchetes dos jornais de hoje registram que o Presidente compara os trabalhadores de bingos com os que atuam na prostituição infantil.

Estranho é que na mensagem presidencial, aquela trazida a este plenário pelo Ministro José Dirceu algumas semanas atrás, na página 177, conste a proposta de regulamentação dos bingos. Logo, se o Presidente considera que o caso é tão grave quanto o da prostituição infantil, só tenho a deplorar que ele tenha inserido na mensagem presidencial ao Congresso algo tão desrespeitoso à dignidade do Parlamento, algo tão ofensivo ao decoro desta Casa.

Mais ainda: se não fosse o escândalo Waldomiro Diniz, hipocrisias à parte, o Presidente Lula, a esta altura, teria, quem sabe, já regulamentado as atividades dos bingos. O Deputado Gilmar Machado, do PT de Minas Gerais, era o grande arauto até bem pouco tempo atrás dessa regulamentação. O que fez o Presidente mudar de idéia foi a tentativa de desviar a atenção desse escândalo de corrupção, que está ganhando corpo na Nação. Mas não adianta tapar o sol com a peneira. O tema não sai da pauta desta Nação enquanto respostas convenientes não forem oferecidas ao povo.

Sr. Presidente, **O Globo** de hoje destaca. “Lula compara o bingo à prostituição infantil”. O Presidente se notabiliza por falar disparates a cada momento que viaja, desopilando o fígado.

Eu sou contra o jogo. Eu era, sou e pretendo continuar sendo contra o jogo. Sou a favor, portanto, de se fechar os bingos. E mais ainda: entendo que se o Presidente baixar as alíquotas da Cofins, empregará no setor de serviços, de sobra, todos os que perderem o emprego com o fechamento dos bingos. Portanto, sou contra o funcionamento da jogatina. O Presidente Lula é que não era a favor de se condenar a jogatina e passou a ser, para tentar desviar a atenção do caso Waldomiro Diniz.

Diz ainda o Presidente, em **O Globo** de hoje: não legalizo a bandidagem. Palavras, enfim, do Presidente do marketing, que propõe que as pessoas joguem bingo como antigamente.

Quero dizer que não gosto nem de bingo de igreja. Não gosto de bingo, não gosto de jogo de modo geral, mas só que não mudo de idéia por razão nenhuma.

O Correio Braziliense de hoje mostra o retrato do Governo. Na primeira página, as notícias comuns: **“Imposto maior paga correção de aposentados”**. Lá vem mais imposto para o Governo pagar o que deve, lá vem mais sacrifício, mais ônus sobre a economia brasileira, que já paga uma carga fiscal insuportável.

“Lula compara bingos ao crime organizado”. Na página 2 do **Correio Braziliense**, lemos: “Sem contato com o povo”. Esta é a verdade, o Presidente Lula já não entra mais pela porta da frente em nenhum lugar, só entra pelos fundos ou pelas laterais. O que aliás é equivocado. Impopular ou não popular, o dever da hombridade manda entrar pela porta da frente, jamais se escafedendo, como se não tivesse contas a prestar à sociedade.

O Globo do dia 18 deste mês noticia: “Tiros para o alto, confusão e feridos antes da chegada de Lula a Olinda.” Mas não era Lula o Presidente que desafiava a segurança? Dizia a segurança: “É impossível segurar o homem.” Ele não podia ver pessoas que saía para dar beijinhos, abraçinhos, desafiando de maneira insensata a segurança. Agora, a segurança pode ficar tranqüila porque o povo brasileiro é pacífico, não vai fazer nada contra o Presidente, e o Presidente agora não quer mais saber de povo. Agora, antes de chegar, manda que a repressão limite os passos das pessoas que são contra o seu Governo.

Temos aqui ainda algumas coisas que devem ser registradas nesse **pot-pourri** que vou fazendo sobre esse caso. Tenho muito receio das suas consequências, do desarvoramento administrativo e político do Governo Lula.

A Folha de S.Paulo, edição de ontem, dia 18, noticiou que Waldomiro confirmou a indicação de GTech*, ou seja, Waldomiro, conhecendo ou não pessoalmente o Sr. Buratti, disse que uma pessoa importante procuraria os diretores para consumarem uma negociata. Os diretores da GTech juram de pés juntos que não pagaram a negociata, mas o fato é que o negócio saiu após a indicação feita pelo Sr. Waldomiro. Não precisava dizer que era o fulano de tal, mas que alguém importante iria procurá-los. A

GTech confirmou que o Sr. Rogério Buratti* disse não conhecer o Sr. Waldomiro Diniz* e que este, por sua vez, também não conhecia aquele.

É possível. Agora, Waldomiro teria dito que alguém importante – já vamos ver porque esse rapaz é importante – procuraria os diretores da GTech*. Qual foi o resultado disso? Depois de ter dado esse depoimento explosivo, os diretores da GTech pediram garantia de vida, pediram segurança ao povo brasileiro. Não a obtendo, viajaram para os Estados Unidos, fugindo do País, alegando que aqui não estão com a vida garantida.

Então, eu pergunto: de quem eles têm medo? Quem pode fazer mal a eles? Se não há envolvimento de figurões do Governo, quem é que pode fazer mal a esses cidadãos? Quem é que pode prejudicá-los? Quem é que pode matá-los, para dizer uma linguagem mais clara, Senadora Lúcia Vânia?

Volto às edições de hoje. No jornal **Folha de S.Paulo** de hoje, diz a mancheta: “Governo propõe elevar Alíquota do INSS”. Esse é o Governo que o Ministro Palocci diz que não aumenta impostos, que trabalha sem aumentar a carga tributária.

Outra matéria da **Folha de S.Paulo** – a chamada de primeira, não a mancheta – também me despertou a atenção: “Empresa de Buratti utiliza casa de laranja”. Segundo a **Folha de S.Paulo**, o Sr. Rogério Buratti, que usa endereço de laranja para movimentar sua empresa, configurando uma marginalidade, é apenas alguém que assessorou, anos atrás, o atual Presidente da Câmara dos Deputados, João Paulo Cunha*, o Ministro Palocci, em 1984, quando era Prefeito de Ribeirão Preto, e também, na Assembléia Legislativa, o então Deputado José Dirceu, agora Ministro. Ou seja, Waldomiro surpreendeu, chocou todos eles. Todos eles muito ingênuos, todos eles muito tolos, não sabiam que Waldomiro era tão ruim assim e Buratti fazia mal ao Erário público.

Ô partidinho para cometer erros sobre pessoas, Senador Leonel Pavan! Ô partidinho complicado para identificar mal as pessoas! São todos puros, todos imaculados, mas o fato é que Buratti* esteve próximo do Ministro Antônio Palocci, do Ministro José Dirceu e do Presidente da Câmara, João Paulo, em épocas diferentes. Dirão que foi antes disso. Mas, meu Deus! Se é verdade que as pessoas ficam muito honestas perto deles e depois se desgarram, seria bom pegar essas pessoas pelo braço e algemá-las. É uma forma de não permitir que as pessoas entrem pelos desvãos

do mal, desse maniqueísmo tolo e ridículo de que eles seriam o bem e os demais setores da vida pública brasileira seriam o mal. Isso eles veicularam à farta durante anos, batendo na cabeça do povo brasileiro com essa falsa tecla, até o ponto em que ganharam a eleição para fazer o que estão fazendo: mergulhando o País na incerteza.

Sejamos justos com o Ministro José Dirceu: foi assessor de Dirceu, do Ministro Antônio Palocci e do Presidente João Paulo e era o homem indicado por Waldomiro. Citando o nome dele ou não, era o tal homem importante que iria aparecer na frente dos diretores da GTech* para cobrar uma propina que de R\$15 milhões ou R\$20 milhões, baixou para US\$6 milhões, para consumarem o que interessava à empresa GTech* na Caixa Econômica.

O Jornal **O Estado de S. Paulo** tem outra crônica do desarvoramento: “Genro repete Cristovam e pede mais dinheiro”. Eu queria avisar ao Ministro Tarso Genro de que ele será demitido por telefone, como foi demitido grosseiramente por telefone o Ministro Cristovam Buarque. E foi demitido por isso. Pedia dinheiro, pensava que mais dinheiro deveria ser destinado à educação, e acabou sendo demitido muito mais grosseiramente do que o foi Waldomiro, demitido a pedido. O Ministro Cristovam Buarque foi enxotado do Governo, essa é a verdade. O Ministro Tarso Genro quer mais dinheiro. Estou avisando que o emprego dele está a prêmio. O ex-Ministro Cristovam Buarque, pelo menos, é Senador e estava com sua atividade política garantida. O Ministro Tarso Genro está sem mandato e, no caso de deixar o Ministério da Educação, voltará para o Rio Grande do Sul.

O Estado de S. Paulo faz também menção a um fato estranhíssimo, para o qual chamo a atenção de V. Ex^a, dos membros da Casa, da imprensa brasileira e da opinião pública deste País. De acordo com o jornal, “executivos da GTech buscam proteção dos Estados Unidos da América”. Volto a perguntar por quê? O Brasil não é capaz de dar segurança a esses cidadãos? O Governo brasileiro não está dando segurança ao megabandido Fernandinho Beira-Mar?

Para mim, o Fernandinho Beira-Mar deveria ficar preso no presídio de alta segurança do Estado de São Paulo, onde ele disse que estava ficando louco. Isso não é problema meu. Eu não gostaria que ele transformasse em loucos os filhos das famílias brasileiras com a venda de drogas. Ele disse que estava

conversando com um grilo; como grilo não consome cocaína, considero ótimo que ele converse com um grilo. Entendo que ele tem que ficar por toda vida conversando com aquele grilo, e o grilo conversando com ele. Essa é a melhor coisa que ele faz.

Se o Estado brasileiro consegue dar segurança a Fernandinho Beira-Mar, por que não consegue dar segurança aos dois executivos da GTech que disseram que havia um **link** entre o Sr. Buratti* e o Sr. Waldomiro? Esses fatos vão aumentando o quadro de estranheza e até de suspeição, dependendo da visão que a sociedade brasileira pode ter sobre esse quadro.

O referido jornal destaca, em outra matéria, que o Presidente Lula reafirmou que não vai legalizar o crime organizado. O Presidente Lula está ficando uma figura engraçada. Sua Excelência disse que sua mãe nasceu analfabeta. A minha também! A minha mãe nasceu desdentada e careca, assim como a do Senador Leonel Pavan e, creio, que a de todo mundo. Eu jamais vi uma mãe nascer cabeluda. Jamais vi isso. Não nasce. As pessoas todas nascem sem cabelo e sem dentes.

O Presidente diz que não irá legalizar o crime organizado. Já imaginaram se fosse o contrário: se o Presidente dissesse – a não ser que fosse o Noriega do Panamá – que iria legalizar o crime organizado? Isso seria o cachorro sendo mordido pelo homem.

Sua Excelência, em tom grande e eloquente, assumindo postura enorme e austera, diz: “Não vou legalizar o crime organizado”. Senhor Presidente, será que podia passar pela cabeça de alguém que o senhor fosse legalizar o crime organizado? O senhor não pode legalizar o crime organizado mesmo. O senhor ia legalizar os bingos, mas veio o escândalo Waldomiro, e o senhor retrocedeu. A prova de que o senhor ia legalizar é a de que, na sua mensagem presidencial, o senhor dizia que estava em pauta e em marcha a legalização dos bingos. Aí o senhor deu uma guinada de 180º, diferentemente de mim, que sou contra o jogo e pretendo morrer contra a batota e a jogatina neste País. É um pouco diferente!

O Presidente, então, diz mais uma das suas: “Não vou legalizar o crime organizado”. Puxa, Presidente, que bom! Agradeço ao senhor! Estava assustado, Senhor Presidente, pois pensei que o senhor fosse legalizar o crime organizado. Então, estou agradecido. Vou pedir para a minha Tia Lindal-

va – aquela que o Senado conhece bem – para rezar uma novena para o senhor porque o senhor não vai legalizar o crime organizado. Já imaginaram a que ponto chegamos, de o Presidente dizer que não vai legalizar o crime organizado e isso merecer registro na imprensa brasileira? Mereceria registro se ele falasse que ia legalizar o crime organizado e não o contrário.

O **Jornal do Brasil** de hoje publica: “Buratti surpreende João Paulo”. Volto a dizer que essa gente se surpreende muito. Não conheciam o Buratti, não conheciam o Waldomiro. Daqui a pouco, eles vão dizer que não conhecem mais alguns que estou vendo serem muito citados pela imprensa de maneira desairosa, com indícios se avolumando na nossa conta.

Registro o fato de que é bom o PT fazer um curso de Psicologia para começar a conhecer as pessoas, porque senão vão continuar nomeando pessoas desse tipo. Amanhã, alguém apronta uma no Brasil e vão dizer que não conheciam o fulano, não sabiam que ele era capaz disso.

O Presidente Lula volta com a sua história aqui: “Lula prevê crescimento irreversível até 2003”. Ignora a conjuntura internacional e dificuldades na microeconomia, como por exemplo o tratamento equivocado e pouco lúcido que dá às agências reguladoras. Sua Excelência ignora o fato de que no ano passado, a título de microcrédito, liberou R\$6 milhões apenas – não são bilhões, mas milhões com “m” de Maria. Ignora que 2003 e 2004 foram anos de excepcional liquidez internacional, o que talvez não se repita em 2005 e 2006, até por que 2005 marcará a retomada do crescimento dos juros americanos, seja qual for o resultado da eleição. Eles estão apenas segurando esse resultado eleitoral – e isso é bem visível – e depois vai começar a escalada de juros nos Estados Unidos, tornando mais escasso, menos provável até esse dinheiro que vem buscar remuneração tipo capital “motel”, que entra e sai na mesma hora.

E o Presidente Lula aqui decreta, com enorme sapiência: “Lula prevê crescimento irreversível até 2006”. Ou seja, assim como Sua Excelência dizia que não existia Congresso, trovada, nada, e que o Brasil iria aprovar não sei que reformas, agora diz que não há trovada, nada, nem Jesus Cristo nem ninguém que impeça crescimento irreversível até 2006 – O **Estado de S. Paulo**, página 4.

Só que na página 3, o Estadão diz: “O BNDES – que ao que eu saiba deveria ter uma coerência, uma consistência diante do que pensa e diz o Presidente Lula – revela que as empresas têm baixa propensão a investir”. Ou seja, o Brasil, no Governo Lula, apresentou sua mais baixa taxa de investimentos dos últimos anos. Foi 17 ponto alguma coisa por cento, menos de 18% com proporção do PIB. Se o Brasil não investir alguma coisa do tipo 25% a 28% do PIB, ele não sustenta crescimento de 5% ao ano. Pode ter crescimento em um ano, mas não o tem durante vários anos seguidos. E aqui nós estamos vendo que o Governo Lula não cria ambiente propício a investimentos. E, portanto, o quadro de investimento desdiz, por ser escasso, o otimismo do Presidente, que quer se livrar da crise de qualquer jeito. E só sabe se livrar das dificuldades com promessas.

E eis aqui, novamente, o editorial do respeitável **O Estado de S. Paulo**, que diz: “Governo atolado na crise”. E registra o discurso equilibrado e sensato do Senador Tasso Jereissati, dizendo que é fundamental que se tenha muito cuidado quando se aborda a questão econômica, evitando o que possa ser a desestabilização da política que está posta aí, até porque não resta a este Governo mais nada a não ser isto.

E segue **O Estado de S. Paulo**:

Mas o **Waldogate** não se evaporará por decreto, quanto mais não seja porque, à medida que o tempo passa, novas suspeitas e novos personagens vão se adensando o escândalo, como o nebuloso caso da renovação do contrato entre a Caixa Econômica Federal e a multinacional Gtech, que pôs em cena, ao lado de Waldomiro Diniz, o advogado Rogério Buratti, de Ribeirão Preto, para quem o primeiro teria pedido um adjutório que poderia chegar a R\$20 milhões.

Então, aqui eu vou pedir a V. Ex^a que faça constar dos Anais este editorial e mais algumas matérias. E vou selecionar para a Assessoria da Presidência o que entraria só com o título e o que entraria com a matéria inteira.

O fato é que o Governo Lula pensa que pode, por decreto, determinar o fim de uma crise que tem raízes éticas e morais e que têm que ser respondida à base desses dois questionamentos. Noutro dia li na revista **Radar** que o Presidente...aliás, ele não é Pre-

sidente, ele pensa que é, mas não é, digo, o Ministro Dirceu, na coluna de Lauro Jardim, na **Veja**, dizendo que a Oposição, a Oposição não, que o PSDB não perde por esperar, pois há uma bomba envolvendo o PSDB ou alguém do PSDB.

Pois eu volto a dizer: o Ministro está desafiado a sair da conversa fiada, sair da evasiva, sair do escapismo, e vir dizer quem é no PSDB que não se compõe com a boa ética e com a moral, sob pena de, de duas uma: ou o Ministro está sendo leviano e deve ser denunciado como leviano e, portanto, como escapista, tentando sair da crise em que ele está envolvido desviando a atenção atentando contra a honra de pessoas sérias. E nós estamos muito tentos para dossiês “queimas”, para falsos dossiês. Estamos muito atentos para isso; estamos profundamente atentos para tudo que parta do Governo na direção do nosso Partido.

E a outra hipótese que tem o Ministro é ele saber de fato de alguém do PSDB envolvido em alguma coisa grave. E, nesse caso, o Ministro está prevaricando. Ou seja, não denuncia se o PSDB ficar bonzinho; denuncia se o PSDB não ficar bonzinho. Digamos que houvesse alguém monstruosamente desonesto no PSDB? O PSDB ficaria bonzinho e não denunciava nunca. Esse é o pacto do silêncio que cabe na máfia siciliana; não cabe no PSDB, não cabe no Brasil de hoje. Não estamos aqui para fazer pacto de *omertà*, pacto do silêncio com quem quer que seja. Isso não elide o nosso compromisso de equilíbrio, quando analisamos a economia, não elide o nosso compromisso com a governabilidade quando aqui votamos matérias do interesse do País, pedidas pelo Governo Federal. Não temos, por outro lado, o compromisso de não tocar em pontos nevrálgicos, de não tocar em pontos que têm a ver também com uma agenda nobre, que é a ética, a defesa moral do País.

Encerro meu pronunciamento dedicando ao Ministro José Dirceu essa última fase. S.Ex^a diz que a Oposição namora o perigo. Eu respondo: namora o perigo quem nomeia Waldomiro Diniz. Estou aguardando que o Ministro denuncie quem ele quiser denunciar do PSDB. Venha de frente, que estamos aqui de peito aberto. Esta liderança só enfrenta luta de peito aberto. Ela não admite subterfúgios.

Venha, Ministro, de frente, que estamos de frente aguardando o que V. Ex^a declarou à revista **Veja**, a título de ameaça, que não intimida o meu

partido. Mas vamos ver quem namora o perigo: quem nomeia Waldomiro Diniz. Namora o perigo quem pede, por meio de projeto, referendo para saber se se deve ou não pagar a dívida externa. Quem fez isso foi o Ministro José Dirceu. Namora o perigo quem propõe uma Comissão Parlamentar de Inquérito, como S. Ex^a propôs no passado, para tentar anular as privatizações então feitas, questionando o Programa Nacional de Desestatização. Namora o perigo quem, por meio de projeto de lei também, propôs, depois do referendo, um plebiscito para ver se o Brasil deveria ou não pagar a dívida externa. Propõe o perigo quem sai com uma PEC estapafúrdia que autorizava apenas 10% da receita líquida da União a título de pagamento da dívida e demais encargos dessa dívida pública. Sabemos que, no ano passado, isso deve ter ficado entre 36% e 38% – um projeto tolo do ponto de vista do conhecimento básico da economia que se exige de um Parlamentar e, ao mesmo tempo, um projeto, esse sim, altamente desestabilizador.

Ao mesmo tempo, reafirmo que não dá para o Governo ter duas caras conosco, essa cara boazinha de pedir o diálogo aqui – e jamais negaríamos o diálogo, jamais nos furtaremos ao diálogo –, essa cara boazinha de dizer que estão precisando dos votos e de nosso Partido para aprovar matérias – estamos todos aqui para aprovar matérias –, enquanto, à socapa, ameaça, insinua, faz acusações veladas. Voltamos a dizer: É de frente que questiono o fato de o Sr. Buratti ter enganado o Ministro Palocci, o Presidente João Paulo e o Ministro José Dirceu. É de frente que acuso esse Governo de ter de novo, no mínimo, cometido um brutal equívoco de pessoa, quando, supostamente, essa figura de Buratti continua vendendo serviço para várias prefeituras petistas. Foi demitido por corrupção por Palocci em Ribeirão Preto, mas isso não o impediu de trabalhar para vários governos desse Partido durante esse tempo todo e teria sido indicado. Segundo o pessoal da Gtech, ele está com medo de morrer, tanto que pediu proteção aos Estados Unidos. Segundo esse pessoal, os diretores da Gtech, o Sr. Buratti teria sido indicado, com o nome dele citado ou não por Waldomiro, para consumir uma negociação por lá. É de frente que digo que essa crise não acaba com falsa agenda positiva porque é da agenda positiva se investigar corrupção. É de frente que me refiro ao Senador Antero Paes de Barros, que tem sido ameaçado pelo Governo. Ameaçado já foi várias ve-

zes, com conversinhas de bastidores. Aqui estamos, não só o Senador Antero, todos nós do PSDB, completamente abertos para enfrentar qualquer coisa que o Governo queira.

Portanto, se não temos passado nem presente para permanecermos na vida pública, é bom que nos denunciem, para sairmos da vida pública; é bom que nos eliminem da vida pública. O que não dá é para imaginarmos que servir ao Brasil e ser ponderado é deixar de denunciar corrupção, tráfico de influência e deixar de denunciar, na verdade, a montagem, quem sabe, de uma brutal rede de tráfico de influências, infelicitando este País. Se isso não é verdade, provem, venham à luta, instalem a CPI. E aqui estaremos aplaudindo o gesto corajoso de um governo que nada teme. Saiam do escapismo, defendam-se, atacando o problema que os assola, e não inventando falsas saídas.

Nada mais transparente do que a nossa disposição de luta. Dirijo-me ao Ministro José Dirceu mais uma vez – não é insistência e não pense que é perseguição, Ministro – se V. Ex^a conhece alguma coisa do PSDB, por favor, denuncie. É imperdoável, se houver algo grave com alguém do PSDB, que V. Ex^a, por prevaricação, não denuncie, e isso continue a ameaçar e a enodoar o nosso Partido. Se não conhece nada, V. Ex^a se cale, recolha-se à resposta que deve à Nação e à única atitude que cabe, de defender, com clareza, sem deixar nenhuma dúvida quanto à transparência dos seus atos, o seu não envolvimento nesse episódio. Afinal, não estamos aqui para ver ninguém do Partido virar bode expiatório de quem quer que seja, muito menos de quem deveria estar humilde, até porque acuado, e ainda assim não perde a arrogância com que tenta, através dela, olhar de cima uma Nação que não quer ser olhada de cima por ninguém, porque é uma Nação irredenta, rebelde, exigente, aprendeu tudo isso com o antigo PT e não vai abaixar a cabeça para quem quer que seja, não vai mostrar temor em nenhum momento da caminhada histórica que ela está encetando, Sr. Presidente.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM
SEU PRONUNCIAMENTO**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

Paquistão faz cerco ao n.º 2 da Al-Qaeda

O presidente do Paquistão, Pervez Musharraf, informou ontem que suas tropas mantêm cercado perto da fronteira com o Afeganistão alguém que poderia ser um dirigente "de alto valor" da rede terrorista Al-Qaeda. Segundo funcionários do governo, seria o "n.º 2" da Al-Qaeda, o médico egípcio Ayman al-Zawahiri. Os EUA oferecem US\$ 25 milhões a quem capturá-lo. O governo americano dobrou a recompensa pela prisão de Osama bin Laden - de US\$ 25 milhões para US\$ 50 milhões. **Pág. A15**

Lula: Não vou legalizar o crime organizado

Em resposta "aos camponeses da Força Sindical e dos bingos", o presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse ontem, no Recife, que não vai legalizar o crime organizado e a lavagem de dinheiro "em nome de gerar alguns empregos". "Não posso, se eu fizer isso, amanhã alguém vai pedir para o governo legalizar a prostituição infantil em nome da criação de emprego." **Pág. A7**

INSS: governo sugere mais 3% de contribuição

O Ministério da Previdência propôs ontem a lideranças dos aposentados um aumento, por cinco anos, de 3% sobre os valores pagos atualmente por empresas e trabalhadores ao INSS. Esses recursos custeariam o pagamento dos valores atrasados de 1,88 milhão de aposentadorias concedidas entre fevereiro de 1994 e março de 1997. Os aposentados não gostaram da ideia. **Pág. B4**

Petistas reforçam ataque a Palocci

Pág. A5

Mais 11 animais morreram no Zôo

Pág. C1

NOTAS E INFORMAÇÕES

O *Waldgate* fez o governo atolar como um carro e os seus condutores, que enfiaram o veículo no buraco, não conseguem tirá-lo. Por falta de competência, como diria o ministro José Dirceu. "O governo atolado no crise", na **pág. A3**

TEMPO

Do dia chuvoso no norte de SP. Nas demais regiões do Estado, sol entre nuvens, com ventos pelo norte e chuva forte à noite. Na capital, de 17° a 30°. **Pág. C2**

SUAS CONTAS

	Valor	Saldo
Corrente	2.906	2.918
Imóvel	2.830	2.990
Pagável	2.887	2.977
Pagador		0,5636%

HOJE 68 páginas

(A) Ministério da Cultura	1A
(B) Economia	22
(C) Cidadania	3
(D) Cidadania 2	1A
(E) Esportes	4

www.estadao.com.br

Livres, 1.315. Presos, 1.536

Balbinos, uma das menores cidades do Estado, está prestes a viver uma inédita situação: ter mais presos que cidadãos livres. Com 1.315 ha-

bitantes segundo o último Censo, vai receber 1.536 presidiários. Eles ocuparão duas penitenciárias que têm inauguração prevista para outo-

bro. A situação divide os moradores. Uns enxergam a oportunidade de progresso e outros temem a perda da tranquilidade. **Pág. C1**

Comércio teve alta de 6% nas vendas em janeiro

Foi o melhor resultado em 3 anos, favorecido pela baixa base de comparação de 2003

As vendas do comércio varejista subiram 6,69% em janeiro, ante o mesmo mês do ano passado. Foi o melhor resultado mensal em três anos da Pesquisa Mensal de Comércio, realizada pelo IBGE. A base muito baixa de comparação de 2003 favoreceu o resultado, tanto que o

acumulado de 12 meses mostra queda de 2,89%, mas o coordenador da pesquisa, o economista Nilo Lopes, disse que há possibilidade real de recuperação do setor. "O cenário econômico do início do ano é favorável para a manutenção do crescimento de vendas do comércio", segundo Lopes. Juntos, os maiores em compras a prazo, como o de eletrodomésticos, contribuíram para o número de janeiro. A receita subiu 10,24% em janeiro, por causa dos reajustes de preços. **Pág. B1**

Câmara descumpre liminar do Supremo

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Cezar Peluso abriu ontem crise entre Judiciário e Legislativo, ao dar liminar que proibiu a imprensa de gravar imagem e voz do chinês naturalizado brasileiro

Law Kin Chong, em seu depoimento à CPI da Pirataria, na Câmara. A Mesa da Câmara recorreu, mas, antes de uma resposta, passou a mostrar o depoimento por suas emissoras de TV e rádio. **Pág. A6**

Pagodinho: 'Não bebi Nova Schin nem na gravação'

A polêmica envolvendo Zeca Pagodinho - que rompeu contrato com a cervejaria Schincariol para virar garoto-propaganda da Brahma - parece estar longe do fim. O cantor disse a amigos que a Schincariol não cumpriu o contrato e que nem durante a gravação do comercial da Nova Schin experimentou a cerveja. "Eles sabiam disso e tiveram de comprar Brahma." **Pág. B23**

Genro repete Cristovam e pede mais dinheiro

O ministro da Educação, Tarso Genro, repetiu seu antecessor, Cristovam Buarque, e reivindicou mais recursos para a pasta. Ele disse em palestra a cerca de mil prefeitos que "todos os ministérios, sem exceção, sentem falta de dinheiro". E conclamou os presentes a formar um "bloco político" para pressionar o Congresso e o próprio governo por mais verbas no ensino. **Pág. A4**

Executivos da Gtech buscam proteção nos EUA

Ele preferiram sair do País enquanto aguardam inclusão em programa do Ministério da Justiça

EDSON LUIZ
e VANNILDO MENDES

BRASÍLIA – Os dois executivos da Gtech que confirmaram o envolvimento de Waldomiro Diniz na renegociação do contrato com a Caixa Econômica Federal, Marcelo Rovai e Antônio Carlos Lino Rocha, deixaram o País ontem alegando problemas de segurança. Os dois foram para os Estados Unidos, já que o governo brasileiro ainda não se manifestou sobre o pedido de incluí-los no Programa de Proteção à Testemunha, formulado um dia antes do depoimento à Polícia Federal, na semana passada.

A solicitação para que Rovai e Lino Rocha fossem incluídos no programa foi feita na quinta-feira passada, antes de os dois prestarem depoimentos à PF. Os executivos foram pessoalmente ao procurador-geral da República, Cláudio Fonteles, e entregaram um documento relatando fatos relacionados à renegociação do contrato entre a Gtech e a Caixa Econômica Federal. No texto, eles citaram a interferência de Waldomiro em favor do consultor Rogério Burratti, a quem a empresa deveria contratar para prestar assessoria durante a negociação com a Caixa.

Depois de descobrir que Burratti havia sido demitido da prefeitura de Ribeirão Preto, quando foi secretário, a Gtech decidiu não contratá-lo.

A própria Gtech sabia o peso das declarações de seus dois executivos, mas não imaginava que o depoimento dado à Polícia Federal fosse variar com tanta rapidez. “Pedimos, até por questão de segurança, que as declarações fossem mantidas em sigilo”, afirmou o advogado da empresa, Leonardo Sica. “O pedido de inclusão no programa de proteção à testemunhas foi uma medida preventiva.”

Anteontem, depois de serem ouvidos pela comissão de sindicância do governo, que apura o envolvimento de Waldomiro Diniz com o bicheiro Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira, Rovai e Lino Rocha viajaram para o exterior.

“Os dois foram para fora do País a trabalho, mas também por questões de segurança”, informou o advogado. Leonardo Sica ressaltou, porém, que ambos “estão à disposição das autoridades quando for necessário”.

Análise – Por meio de sua assessoria, o procurador da República que atua no caso, Marcelo Ceará Serra Azul, informou que não pediu ainda a inclusão dos dirigentes da Gtech no programa de proteção a testemunhas porque o assunto ainda está em análise. Serra Azul disse que tem muitos outros casos a resolver e “não tem que entrar na ansiedade” de quem elegeu o caso Waldomiro Diniz como prioridade.

Segundo o procurador, no momento oportuno, quando ele entender que os dirigentes da Gtech se enquadram nos critérios legais, fará o pedido

à comissão que comanda o programa de proteção.

O ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Nilmário Miranda, informou que está aguardando o pedido do Ministério Público Federal para decidir o tipo de encaminhamento que será dado ao caso.

Se a sustentação da solicitação comprovar que as testemunhas correm risco real de vida, a tramitação é encurtada e o julgamento é feito em caráter emergencial pela coordenação do programa. Quando não há risco iminente, o pedido é analisado pelo Conselho Deliberativo, cujo parecer é divulgado na reunião que realiza a cada mês no Ministério da Justiça.

Para investigadores que atuam na apuração do caso Waldomiro, os depoimentos dos dois executivos da Gtech são os mais importantes colhidos até agora.

Não vou legalizar o crime organizado, reafirma Lula

Liberar os bingos, diz presidente, é o mesmo que permitir a prostituição infantil

ANGELA LACERDA

RECIFE: O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, disse ontem, no Recife, que não vai legalizar o crime organizado e a lavagem de dinheiro "em nome de gerar alguns empregos". "Não posso, se eu fizer isso, amanhã alguém vai pedir para o governo legalizar a prostituição infantil em nome da criação de emprego", desabafou, em discurso na inauguração da Maternidade Arnaldo Marques, em resposta "aos companheiros da Força Sindical e dos bingos".

Lá fora, cerca de 50 manifestantes do setor fizeram um apito, chamaram o presidente de "ladrão" e queimaram uma camisa de campanha de Lula.

Ele se dirigiu a todos os setores da sociedade que cobram promessas de campanha. "Tenho andado pelo Brasil inteiro e tenho visto o maior número de faixas que um político pode ver", conta. "Fiz isso a minha vida inteira, levantando faixas e protestando contra o governo e acho isso saudável para a democracia."

No seu primeiro compromisso de ontem, durante assinatura de convênios do Minis-

tério da Ciência e Tecnologia e Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), no valor de R\$ 5 milhões, o presidente disse que seu governo fará grande esforço para tentar acabar "com essa história de que o Brasil é o paraíso das obras inacabadas". Ele informou que hoje se reúne com vários ministérios para discutir como "desobstruir coisas que estão emperradas no Ibama, no Ministério Público, no Tribunal de Contas da União".

Acompanhado dos ministros Eduardo Campos (Ciência e Tecnologia), Humberto Costa (Saúde), Ciro Gomes (Integração Nacional), Olívio Dutra (Cidades), e Mares Guia (Turismo), Lula encerrou sua programação no Recife inaugurando o Conjunto Habitacional da Torre, construído em parceria com a prefeitura dentro do programa Recife Sem Palafitas.

Lula reviu e foi homenageado pela menina Diana Flávia de Paiva, 10 anos, que declamou uma poesia de sua autoria, *O Sertanejo*, anteontem, na abertura do II Consea, e ontem tocou violão e cantou o *Hino Nacional* na inauguração do conjunto habitacional da Torre. O presidente a conheceu em janeiro de 2003, quando visitou a comunidade de Brasília Teimosa. "Ele telefona sempre para mim, somos super amigos, ficamos inseparáveis", disse, com graça, a menina.

ELE

PROMETE PÔR
FIM A OBRAS
INACABADAS

Buratti surpreende João Paulo

Presidente da Câmara trabalhou com o advogado

BRASILIA – O presidente da Câmara dos Deputados, João Paulo Cunha, disse ontem ter ficado “surpreso” com a suspeita de envolvimento do advogado Rogério Buratti nas negociações que antecederam a renovação do contrato entre a Caixa Econômica Federal e a multinacional Gtech. Buratti, segundo diretores da empresa, teria sido

indicado por Waldomiro Diniz como “consultor” adequado para os entendimentos.

João Paulo admitiu que trabalhou em duas oportunidades

com Rogério Buratti, a primeira vez em 1991, quando João Paulo era líder do PT na Assembleia Legislativa de São Paulo, e, depois, em 1995, já como deputado federal. O presidente da Câmara não acredita, no entanto, que os fatos narrados pelos diretores da Gtech possam trazer novos elementos ao caso Waldomiro.

O presidente da Câmara acredita que a crise gerada pelo caso Waldomiro está passando, embora admita que o episódio desgastou todos os envolvidos.

Rogério Buratti trabalhou com Antonio Palocci na prefeitura de Ribeirão Preto, – na época em que o atual ministro da Fazenda era prefeito do município – mas foi demitido, em

1994, sob suspeita de direcionar resultados de licitações. João Paulo elogiou Palocci:

– Todas as medidas tomadas em 2003 foram para retomar a

credibilidade do país. Temos que criar um ambiente favorável para um novo momento. O ministro Palocci não pode nem fará qualquer tipo de loucura

Na avaliação de João Paulo Cunha, a aprovação das medidas provisórias da Cofins, da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) e o projeto que regulamenta as Parcerias-Público-Privadas (PPP) são fundamentais para acelerar a transição econômica do país e sustentar a política implementada por Palocci.

Lula prevê crescimento 'irreversível' até 2006

Em Belo Horizonte, presidente se mostra otimista e cobra projetos dos empresários

CIDA FONTES

Enviada especial
e EDUARDO KATTAH

BELO HORIZONTE – O presidente Luiz Inácio Lula da Silva garantiu ontem, num discurso ao lado do governador Aécio Neves (PSDB-MG), que o crescimento da economia “será irreversível em 2004, 2005 e 2006”. Um dia depois de o Copom anunciar uma queda de 0,25 ponto percentual na taxa Selic, o presidente vinculou a queda dos juros à credibilidade do Brasil junto aos credores e investidores. “O juro será mais alto quanto menos credibilidade tiver o País para com os seus investidores e os seus credores”, disse. “Na hora em que a gente atingir a credibilidade que nós entendemos que um país tem que ter, os nossos juros serão mais baratos, nós iremos controlar a inflação e a economia brasileira vai voltar a crescer muito mais rapidamente”.

O presidente fez as declarações durante cerimônia de assinatura de convênios entre os governos federal, de Minas e a prefeitura de Belo Horizonte, no Palácio da Liberdade.

Diante de um grupo de empresários e políticos, predominantemente do PSDB e do PT, Lula enfatizou: “Mesmo quando vocês acordarem com esse pessimismo todo, não percam nunca a esperança, porque para a minha certeza, o crescimento da economia brasileira é irreversível no ano de 2004, no ano de 2005 e no ano de 2006”.

A exemplo do que fez nas visitas ao Ceará e Pernambuco nesta semana, o presidente cobrou dos empresários a apresentação

de projetos de desenvolvimento, assegurando que não faltarão recursos do governo federal para financiá-los. “O desafio está colocado. Ontem (anteontem) eu disse que o Brasil tem mais de R\$ 110 bilhões para financiamentos”, insistiu. “Eu vou repetir: dinheiro existe para fazer financiamento”.

Seriedade – Ao lado do governador Aécio Neves (PSDB) e do prefeito Fernando Pimentel (PT), Lula participou da assinatura de um convênio de R\$ 300

milhões, entre a Infraero, o governo do Estado e a prefeitura, para a ampliação das vias de acesso ao Aeroporto Internacional Tancredo Neves. “Nós entendemos que temos que reconquistar a seriedade e a credibilidade que um País do tamanho do Brasil jamais deve perder na sua relação com outros países”.

No final da tarde, uma manifestação de cerca de 150 pessoas aguardava em frente ao Palácio das Artes, na região central de Belo Horizonte, o presidente e sua comitiva com faixas de protesto.

Entre os manifestantes estavam integrantes da Liga Operária e funcionários de bingos ligados à Força Sindical. “Abaixo a Política de Arrocho e as Reformas Lula-Aécio-FMI”, dizia uma das faixas.

A comitiva de Lula, que participaria da cerimônia oficial de entrega do cartão Bolsa-Família, porém, entrou pelos fundos do teatro e não se encontrou com os manifestantes.

Investimentos escassos

As grandes empresas estão hesitando em fazer novos projetos de investimento, como evidenciam os dados do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) relativos ao primeiro bimestre do ano. Além disso, os outros indicadores de desempenho da principal instituição de fomento do País, conquanto sejam, em geral, positivos, podem dar margem a interpretações equivocadamente otimistas, pois se compararam a 12 meses passados, ou seja, a uma fase de ajustes em que o banco não estava operando a plena carga.

As empresas que procuram o BNDES para investir começam por fazer consultas. Estas diminuíram 7%, de R\$ 4,1 bilhões, no primeiro bimestre de 2003, para R\$ 3,8 bilhões, no mesmo período de 2004. A segunda etapa consiste no enquadramento dos projetos das empresas nas normas do banco. Neste caso, houve crescimento de R\$ 2,6 bilhões, no período janeiro/fevereiro de 2003, para R\$ 4 bilhões, no primeiro bimestre deste ano, ou seja, mais 55%.

O terceiro passo é o da aprovação dos projetos, em montante que evoluiu de R\$ 2,5 bilhões para R\$ 3,3 bilhões entre os primeiros bimestres de 2003 e de 2004, ou seja, 31%. E o quarto e último passo é o da liberação dos recursos, ou seja, o dos desembolsos, que aumentaram 57%, de R\$ 3,2 bilhões para R\$ 5,1 bilhões na comparação entre os primeiros dois meses de 2003 e 2004. Mas diminuíram 28% os desembolsos para os grandes projetos industriais.

Há que separar o presente do futuro. Do ponto de vista da melhora imediata da atividade, o momento do desembolso pode ser o mais importante, mas não é o melhor indicador da intenção de investir – que é o que mais conta, no longo pra-

zo. O Brasil tem investido menos em relação ao Produto Interno Bruto (PIB): a Formação Bruta de Capital Fixo caiu durante dois anos consecutivos: 4,2%, em 2002, relativamente a 2001, e 6,6%, em 2003 contra 2002. “Estes dados refletem, sem dúvida, o desânimo dos empresários”, afirmou o diretor-executivo do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), Júlio Sérgio Gomes de Almeida. Ele observou ao **Estado** que as ex-

pectativas dos empresários “mudaram muito”, para pior, neste início do ano.

O BNDES procurou “dourar a pílula” nas informações distribuídas em seu site. O banco ressaltou, por exemplo, que a queda no valor das cartas-consulta, de 7% no bimestre, foi muito inferior à de janeiro, quando atingiu 42% – ou seja, comparado a um dado péssimo, o pobre indicador do bimestre não é tão mau assim.

Entre as políticas do banco na atual administração está a de ampliar os recursos para as micro, pequenas e médias empresas. Estas receberam desembolsos de R\$ 1,9 bilhão, no primeiro bimestre, com crescimento de 89% em relação ao mesmo período do ano passado. Ademais, já têm participação de 38% no total desembolsado pelo banco. Este dado positivo poderia ser ainda melhor se não houvesse ocorrido redução dos desembolsos para grandes indústrias, que costumam puxar as retomadas.

O BNDES é um termômetro das intenções de investir. Não basta que consiga desembolsar recursos de R\$ 47 bilhões neste ano, contra R\$ 33 bilhões, em 2003. Tão ou mais importante é a disposição das companhias – pequenas, grandes, nacionais e estrangeiras – de fazer novos projetos de investimento, pois só assim o Brasil crescerá nos próximos anos.

**O BNDES
revela que
empresas têm
baixa
propensão a
investir**

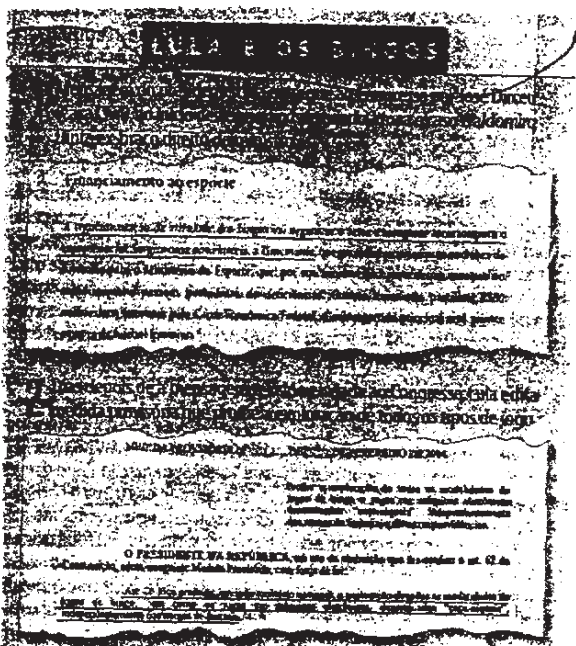
Buratti foi assessor de Dirceu em São Paulo

Empresário envolvido no escândalo Waldomiro trabalhou com atual chefe da Casa Civil quando este era deputado estadual

Presidente afirma que regularizar bingos e legalizar a bandidagem

Presidente Lula afirmou, durante uma reunião com ministros, que a regularização dos bingos e a legalização da bandidagem são prioridades para o governo. Ele disse que a bandidagem é um problema sério e que a regularização dos bingos é uma medida necessária para o desenvolvimento do país. Lula também afirmou que a legalização da bandidagem é uma medida necessária para o desenvolvimento do país.

Após o término da reunião, Lula afirmou que a regularização dos bingos e a legalização da bandidagem são prioridades para o governo. Ele disse que a bandidagem é um problema sério e que a regularização dos bingos é uma medida necessária para o desenvolvimento do país. Lula também afirmou que a legalização da bandidagem é uma medida necessária para o desenvolvimento do país.



Lula afirmou que a regularização dos bingos e a legalização da bandidagem são prioridades para o governo. Ele disse que a bandidagem é um problema sério e que a regularização dos bingos é uma medida necessária para o desenvolvimento do país. Lula também afirmou que a legalização da bandidagem é uma medida necessária para o desenvolvimento do país.

"Bom companheiro"
Em Belo Horizonte, ainda en-

tre, afirmou que o desenvolvimento econômico do país é "irreversível". Muitas vezes, com razão, sem razão, os empresários ficam reclamando por aí. O juro será mais alto quanto menos credibilidade tiver o país. Um grupo de 200 funcionários de bingos, ligados pela direção regional da Força Sindical em Minas Gerais, fez um protesto ontem diante do Palácio da Artes, principal casa de espetáculos de capital mineira, onde o presidente Lula fez a entrega do cartão Bolsa Família de Belo Horizonte. Com fitas, apitos e gritos, os manifestantes entoaram cânticos não apenas para condenar o fechamento dos bingos e reclamar dos seus empregos, mas também para anátecer Waldomiro: "Waldomiro é um bom companheiro, Waldomiro é um bom companheiro, o Lula não pode negar", entoavam.

The
and

depois, em 1987, ele foi eleito deputado estadual pelo PFL. Em 1990, foi eleito deputado federal pelo mesmo partido. Em 1994, foi eleito governador do Rio Grande do Sul pelo PFL. Em 1998, foi eleito senador pelo mesmo partido. Em 2002, foi eleito governador do Rio Grande do Sul pelo PFL. Em 2006, foi eleito senador pelo mesmo partido. Em 2010, foi eleito governador do Rio Grande do Sul pelo PFL. Em 2014, foi eleito senador pelo mesmo partido. Em 2018, foi eleito governador do Rio Grande do Sul pelo PFL.

[illegible]

Colaboraram FERNANDO RODRIGUES,
MARTA SALOMON e EDUARDO SCO-
LASE, da Sucursal de Brasília

THE GREAT GATSBY
F. SCOTT FITZGERALD

[illegible]

Abdominal Pain depends on the location of the pain, its character, its duration, its frequency, its intensity, its relation to food, its relation to other symptoms, and its relation to the patient's history.

Original ilegível fornecida pelo autor

GOVERNO EM DISPUTA *Ministro considera pressões legítimas, mas repete argumento* era FHC para defender política econômica

Não basta vontade para crescer rebate Palocci

CLÓVIS ROSSI

ENVIADO ESPECIAL A LONDRES

O ministro da Fazenda, Antônio Palocci Filho, quebrou ontem o silêncio que vinha guardando desde que sua política econômica ficou sob fogo de aliados e adversários, não só para defendê-la, como era inevitável, mas também para desmentir as críticas.

"Quando se fala em mudança da política econômica, é preciso ver do que se trata. O pedido vem acompanhado de vontades que são muito legítimas, como crescimento maior, mais emprego, aceleração do crescimento", afirmou o ministro para defender sua política.

"A única diferença [entre ele e os críticos] é combinar a vontade com a possibilidade". A frase lembra uma promessa que o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) fez em 1995 e repetiu outras vezes: "Trataremos de fazer as mudanças orientadas pelas utopias possíveis".

Palocci conversou com quatro jornalistas brasileiros logo pela manhã, na residência da Embaixada do Brasil em Londres, onde se hospedou.

"É uma mais legítima que considere a vontade de certos críticos, o ministro não mudou um milímetro a sua posição. Defendeu a "cautela" do Banco Central em não mexer nos juros em janeiro e em fevereiro, achou "positiva" a microcrédito decidida anteontem (de 0,25% ponto percentual, de 16,5% para 16,25%), fez o elogio ao quate de 2003 e repetiu que ainda restava o crescimento a ser alcançado.

"A política econômica, assim mesmo, não mudou. O superávit primário continua menor, despesas, ainda altas. Ao adotar, a partir de maio, que vem, o modelo chamado de ajuste de curto prazo, o superávit se tornará "variável" ao longo do ano. Ou seja, se a economia estiver boa, o superávit ficará por 0,25% de acordo com o acordo do ano passado com o Fundo Monetário Internacional (FMI)".

Se crescer mais, o superávit pode subir, mas, se crescer menos, será reduzido. Qual é exatamente

o potencial de crescimento a partir do qual definir o superávit? Se saberá a partir de abril, quando as discussões sobre o LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias).

Quase na mesma época, o Brasil estará saindo do acordo com o FMI, reiterou Palocci ontem. Ele conversou, por telefone, anteontem e pessoalmente, ontem, com dois presumíveis candidatos ao cargo de diretor-gerente do FMI, após o qual o alemão Horst Köhler renunciou para ser eleito presidente da Alemanha.

Palocci com o espanhol Rodrigo Rato, um fã do equilíbrio fiscal, e com o britânico Gordon Brown, que defende uma política em que os investimentos públicos não são considerados gastos, ao contrário do que o FMI impõe hoje aos países em desenvolvimento. É essa regra que o governo Lula quer mudar, para permitir que investimentos com "sustentabilidade fiscal", como diz Palocci, não entrem como gastos.

A curiosidade dos estrangeiros esteve muito mais focada nas críticas de aliados à política econômica do que nos casos Waldomiro Diniz e Rogério Buarati, que não são assunto em Londres.

Uma jornalista chegou a dizer que sete dos oito partidos governistas eram contra a política econômica, o que Palocci obviamente negou. Seguem os principais trechos da entrevista do ministro a jornalistas brasileiros.

MUDANÇAS NA POLÍTICA ECONÔMICA - "Quando se fala em mudança da política econômica, é preciso ver do que se trata. O pedido vem acompanhado de vontades que são muito legítimas, como crescimento maior, mais emprego, aceleração do crescimento.

Isso tudo tem de ser feito pelo governo, mas dentro de um arcabouço de política econômica. Os pilares da política econômica não podem ser mudados. Não porque são ruins no Brasil, mas porque são instrumentos de estabilidade fiscal no mundo inteiro. A questão da responsabilidade fiscal deixou de ser uma questão deste governo ou do governo anterior. Passou a ser uma coisa com



a qual se comprometem todos os governos arrumados. [...]

É preciso que não se busque emergencialmente um ano de crescimento, porque este é um ano eleitoral, e a pressão política é maior. [...] Este é o primeiro ano de uma nova etapa de crescimento forte no Brasil. [...] A mensagem que temos que dar hoje aos empresários é esta: olhe, acredite que o governo está determinado a construir um país arrumado, equilibrado do ponto de vista fiscal e da sua institucionalidade. Faça planejamento e busque investimentos de longo prazo, pois o governo vai assegurar a estabilidade das políticas no que lhe cabe."

METAS DE INFLAÇÃO E JUROS - "Alguns dizem que os juros estão muito altos. Ora, os juros são definidos a partir de metas. O país poderia trabalhar com metas mais altas de inflação. Isso teria outro tipo de custos. Para trabalhar com metas mais baixas, você se impõe um determinado custo.

Pedir juros mais baixos é fácil. Fazê-los baixar é que é difícil." **A DECISÃO** - "No dia 15 de dezembro, quando se decidiu que havia de fato uma crise de confiança e de crédito, eu já sabia que as coisas eram mais complicadas do que parecia. Então, a cautela do Banco Central foi correta. Agora, começa a se clarear uma série de coisas,

Provavelmente o PMDB pedirá mudança na política econômica, como já defende Frenner. Palocci, porém, deve ser preservado. (KA)

Original ilegível fornecida pelo autor

COMENTÁRIO

Lula procura tucanos em busca de respaldo

OSWALDO CABRAL

DO FAIPEL EM BRASÍLIA

Agastado com as constantes críticas da base aliada ao governo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva resolveu se aproximar ainda mais dos governadores do PSDB para ganhar respaldo político e reduzir os ataques da oposição.

Ao mesmo tempo, o PSDB passou a defender a política econômica do ministro Antonio Palocci (Fazenda). Os tucanos consideram um risco bombardear a economia e ver Palocci ser substituído por alguém que abandone a austeridade fiscal. E não querem deslocar a crise política que fragiliza o ministro José Dirceu (Casa Civil) para a economia.

O Planalto entende que deve se aproximar de setores do PSDB, pois o partido exerce oposição mais construtiva e, no passado, as siglas já foram próximas. Já com o

PFL a relação é mais difícil, apesar da aproximação com caciques, como Antonio Carlos Magalhães (BA) e Roseana Sarney (MA).

Ontem, o presidente passou o dia com o governador Aécio Neves (MG), um de seus maiores interlocutores no tucanato. Em encontro na sede do governo mineiro, Lula assinou convênios entre os governos estadual e de Belo Horizonte, e Aécio agradeceu pelo acordo em torno da Cide.

“O que presenciamos aqui é uma prática política que precisa existir, independentemente das possíveis divergências políticas entre os administradores públicos brasileiros”, afirmou Lula.

“Estamos assistindo à expressão mais clara de que temos o dever de colocar a questão partidária no plano secundário”, disse Aécio.

No dia anterior, o governo cedeu aos Estados para aprovar a medida provisória que aumenta o

repasso da Cide, cuja negociação era comandada por Aécio. O Planalto orientou os líderes no Congresso a repetirem a parceria com o PSDB em temas que interessam aos governadores tucanos.

Antes de desembarcar em Belo Horizonte, Lula passou por Fortaleza e Sobral, no Ceará, onde o governador tucano Lúcio Alcântara fez discurso em defesa do presidente e da sua política econômica.

Antes dos eventos em Fortaleza, Lula se reuniu com quatro governadores e sentiu na pele a troca de posições entre governo e oposição. Dos dois da base aliada — Wellington Dias (PT-PI) e Ronaldo Lessa (PSB-AL) — vieram as críticas. Já os tucanos Lúcio Alcântara e Cássio Cunha Lima (PB) foram comedidos e até defenderam a austeridade econômica. Na semana passada, Lula já fora elogiado por um governador tucano, Marconi Perillo (GO).

Original ilegível fornecida pelo autor



Presidente é perseguido por manifestantes e faz guerra à malta bandidagem

Lula empurra o bingo à prostituição infantil

Presidente de Lula não encorajou os manifestantes contra o fechamento do comércio em São Paulo. O líder da maioria no Senado, José Sarney, afirmou que o presidente não deve ser perseguido por manifestantes e que a polícia deve agir com firmeza para garantir a ordem pública.

Senador também afirmou que o presidente não deve ser perseguido por manifestantes e que a polícia deve agir com firmeza para garantir a ordem pública. O senador também afirmou que o presidente não deve ser perseguido por manifestantes e que a polícia deve agir com firmeza para garantir a ordem pública.

Senador também afirmou que o presidente não deve ser perseguido por manifestantes e que a polícia deve agir com firmeza para garantir a ordem pública. O senador também afirmou que o presidente não deve ser perseguido por manifestantes e que a polícia deve agir com firmeza para garantir a ordem pública.

Senador também afirmou que o presidente não deve ser perseguido por manifestantes e que a polícia deve agir com firmeza para garantir a ordem pública. O senador também afirmou que o presidente não deve ser perseguido por manifestantes e que a polícia deve agir com firmeza para garantir a ordem pública.

A política de segurança pública

A política de segurança pública é um tema que envolve a sociedade e o Estado. O governo deve garantir a segurança dos cidadãos e a ordem pública. A política de segurança pública é um tema que envolve a sociedade e o Estado.

FLORIANO

Informações, câmeras antigas de Dita logo abrigam bares e centros culturais, entre eles um museu de cadeiras de design com direito a crepe e sushi bar.

INSS quer aumentar contribuições

O governo quer aumentar a contribuição previdenciária de patrões e empregados em três pontos percentuais para financiar o pagamento da correção dos benefícios de aposentados e pensionistas. A medida chega a R\$ 12,3 bilhões. A proposta ainda terá de ser aprovada pelo Congresso.

Obra do TRT de SP tem novas irregularidades

A uma semana da inauguração, surgiram novas irregularidades nas obras do TRT (Tribunal Regional do Trabalho) de São Paulo. Os responsáveis pela retomada do contrato não têm de dar satisfação. Inicialmente, a obra foi paralisada por causa de problemas com a prestação de serviços. O senador afirmou que o presidente não deve ser perseguido por manifestantes e que a polícia deve agir com firmeza para garantir a ordem pública.

Rosinha tem controle total da Assembleia

A nova composição das comissões permanentes da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro divulgada ontem pelo presidente Jorge Picciani (PMDB) reduz a praticamente zero o poder de fogo da oposição à governadora Rosinha. A base governista controla agora as 33 comissões.

Palocci: nova queda de juro ainda é incerta

O ministro da Fazenda, Antonio Palocci, disse ontem, em Londres, que ainda é cedo para saber se a queda de 0,25 ponto percentual na taxa básica da economia, decidida pelo BC anteontem, significa a retomada da trajetória declinante dos juros. Palocci comparou a po-

lítica monetária a uma dieta, ressaltando que nem sempre é possível obter os resultados esperados no menor período de tempo: "É como perder peso. Num mês, você perde 10%, mas pode levar outros cinco meses para se livrar do mesmo excesso."

Salário perdeu para inflação em 2003

A maioria dos acordos fechados por trabalhadores no ano passado resultou em uma perda de poder de compra devido à inflação. Segundo o Dieese, de 535 acordos e convenções coletivas, 521 (97,2%) representam reajustes salariais abaixo

da inflação medida pelo INPC, que ficou em 10,38%. Foi o pior ano para os reajustes desde 1996. Em 2002, do total de acordos para correção de salários, 45,9% ficaram com índices abaixo da inflação.

Original ilegível fornecida pelo autor

Polônia diz que foi enganado e fala em sair do Iraque

O presidente da Polônia diz que foi enganado e fala em sair do Iraque. O chefe de Estado polaco, Aleksander Kwasniewski, afirmou que o país foi enganado por acreditar que o ditador Saddam Hussein tinha armas de destruição em massa. Dez pessoas morreram ontem em confrontos e ataques no Iraque. Páginas 29 a 34

ARTIGO

• "Meu sonho é que EUA, Reino Unido, França, Alemanha e Espanha anunciem amanhã que, em resposta às explosões em Madri, vão enviar uma força de cinco mil soldados para o Iraque." (Thomas L. Friedman) Página 35

UnB vai usar foto em cota para negros

• Primeira universidade federal a adotar o sistema de cotas, a Universidade de Brasília, anunciou ontem os critérios para o próximo vestibular, com reserva de 20% das vagas para negros. Os candidatos terão que tirar foto no ato de inscrição. O governo prepara uma MP para contemplar negros e candidatas de baixa renda. Página 8

Tarso Genro reclama de falta de verba

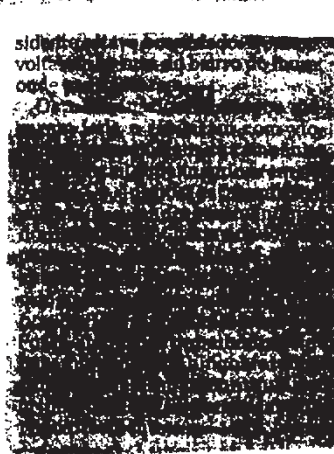
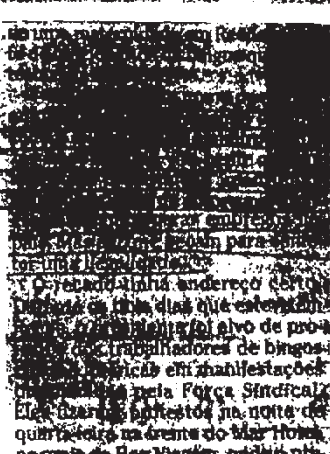
• O ministro da Educação, Tarso Genro, depois de dois meses no cargo, reclamou do orçamento apertado de sua pasta, durante uma palestra para professores em Brasília. Num tom mais leve que seu antecessor, Cristovam Buarque, Tarso disse que "os recursos da educação são disputados com a saúde e a infra-estrutura". Página 8

ANCELMO GOIS

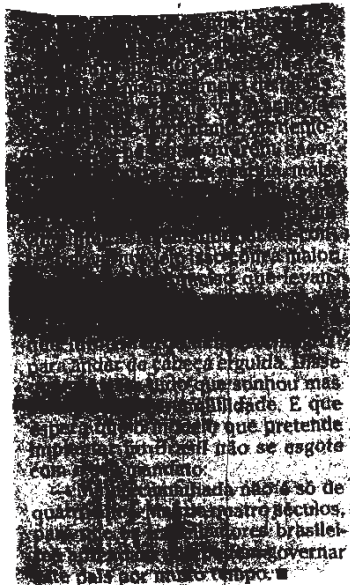
• Depois do susto, Sarney encomenda a Niemeyer vidro para a galeria do Senado. Páginas 16 e 17

Maneja a bandidagem

comparedor por ele a produção infantil



Original ilegível fornecida pelo autor



MUDOU DE TOM

Governo já

deixa o jogo

de oposição

de oposição

de oposição

de oposição

de oposição

de oposição

de oposição

de oposição

de oposição

de oposição

de oposição

de oposição

de oposição

de oposição

de oposição

de oposição

de oposição

de oposição

de oposição

de oposição

de oposição

de oposição

de oposição

de oposição

de oposição

de oposição

de oposição

de oposição

de oposição

de oposição

de oposição

de oposição

de oposição

de oposição

de oposição

de oposição

de oposição

de oposição

de oposição

de oposição

de oposição

de oposição

de oposição

de oposição

Quando viramos que a única estratégia produzida pelo PT para tirar o foco de cima do ministro José Dirceu era virar o para cima do ministro Palocci, transformando uma crise política em econômica, os tucanos tomaram a sua tarefa de colocar um pouco de ordem no debate.

O discurso surgiu do consenso na bancada do PSDB no Senado, e teve o aval do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, com quem Tasso conversou antes do pronunciamento. Fernando Henrique vem revelando preocupações nos últimos dias com a postura oposicionista e insistir em que a agenda do governo.

De acordo com o PSDB e PFL, cometeram um erro político ao adotar um mesmo sistema implacável que o PT utilizou durante seu governo, inviabilizando a aprovação de diversas reformas importantes para o país. Embora, como Tasso salientou em seu discurso, a oposição não vá deixar de cobrar uma investigação sobre as acusações de corrupção no governo, não pretende punir a administração, mas apenas colocar fogo no circo.

Fernando Henrique considera que o caso Waldomiro Diniz não tem tanta relevância, para se transformar no estopim de uma crise política que já está se tornando grave, de um tamanho que não corresponde à sua gravidade e que o PSDB deve se distanciar do PT fazendo uma crítica responsável.

A posição mais agressiva por parte do PSDB coincide com a decisão tomada para a presidência do partido. Os dois líderes, senador Arthur Virgílio e deputado federal Jutahy Junior, são políticos ligados à base, e com estilo estridentemente vêm dando bons resultados para a oposição.

PT e PSDB são forças que se atraem e se repelem com a mesma intensidade ao longo dos últimos anos, hoje disputando o mesmo espaço político. Os dois partidos foram como expressões distintas da mesma esquerda, nos anos 80, e ocupam o centro do espectro nacional partidário por circunscri-

das políticas divergentes, ligadas ao exercício de poder.

O PSDB primeiro chegou a FFLC através de seu líder e diretamente para o governo, deixando o espaço aberto para a esquerda. Foi mais para o grupo de Fialles, de maior influência, que o partido se uniu ao PSDB. Depois disso, o PSDB passou a ser o principal parceiro da FFLC, e a aliança se tornou uma referência para os demais partidos da oposição.

O PTI possui simpatizantes e comunistas socialistas, de tendência socialistas. Comunidades Eclesiais de Base, na prática, tolfica e esconde de maneira geral, e sempre por simpatia para exercer o poder embaralhado nas contradições internas de todas as diversas facções.

Alinda hoje abraça grupos radicais aos quais causa brotoeja uma política econômica capitalista. Essa amplitude do

Sempre foi criticada pelo grupo fundador do PSDB

Os dois partidos tem base política primordial em São Paulo e estiveram juntos desde o início das lutas pela redemocratização, com os caminhos se cruzando em diversos instantes da política brasileira, mas sempre se desencontrando.

Lula e Fernando Henri-
que se conheceram no iní-
cio dos anos 70, no Centro

Brasileiro de Política (Cebrap), que Fernando Henrique fundou na volta do exílio. Somente nas eleições de 1978, porém, haveriam de se encontrar politicamente, por iniciativa de Lúlia, quando os sindicalistas resolveram apoiar a candidatura do professor Fernando Henrique ao Senado. A razão não podia ser mais simples, e já revelava uma obsessão de não ser tutelado pela elite: "Você nunca se meteu a dar lições à classe operária", disse Lúlia a Fernando Henrique, segundo relato deste.

"A minha análise é bastante crítica", afirma o jornalista. "O primeiro ponto é que não há, apesar de tudo, uma ruptura com o passado. Há, no máximo, uma mudança de hora. Os dois venham uma história, mas não há uma ruptura. O que se assiste ao longo do tempo é uma reafirmação na transição do governo. São pessoas completamente diferentes; no entanto, é Lula, com frequência, revela o mesmo ressentimento de anos atrás, agora voltado para Fernando Henrique.

Com a vitória na quarta-feira passada, o Senado atribuiu a Inveja as culpas da oposição. "Nós sempre tivemos gente que pensa: vamos deixar um torcedor mecânico dar mais certo do que nós, que estudamos futebol", diz o ministro. No mesmo dia, porém, discursou no Senado o líder do governo Alojzio Mercadante.

disso que Lula representa-
va a "mobilidade social"
do país, e que isso incomo-
dava as elites.

Como se vê, não podiam estar mais equivocados na escolha do momento político. **Fluxos e refluxos**, facilmente PT e PSDB estarão juntos, ainda mais porque os dois partidos têm dividido a cena política nacional nos últimos quinze anos. Desde o surgimento do PSDB em 1988.

A disputa de poder deve ser resolvida separando os interesses políticos dos econômicos. O governo não precisa mais alistar do que facilita uma eventual vitória. Caso a reeleição de Collor fosse certa, como era consenso até o meio do ano passado, ficaria mais fácil um grande acordo, pois a perspectiva de poder para o PSDB estaria distante.

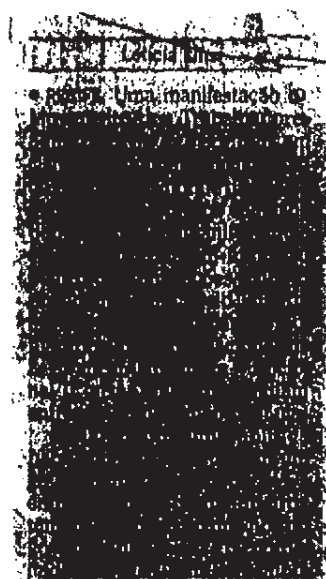
Hoje com a sinalização de que o governo pode não chegar tão longe assim na eleição em 2006, o PSDB volta a ser uma alternativa política viável. Pelo menos até o fim deste ano, por causa das eleições municipais, não é possível prever um união entre os dois partidos. Embora volta e meia surjam indícios de que são mais próximos do que parece à primeira vista.

• O discurso do senador Tasso Jereissati, um dos principais líderes da oposição, defendendo o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, de ataques vindos da própria base do governo, não foi uma ação isolada. É uma dessas peças políticas paradoxais que nascem da geleia geral em que se transformou o cenário político, a partir da incapacidade do PT de controlar seus próprios quadros.

Original ilegível fornecida pelo autor

Tiros para o alto, confusão e feridos antes da chegada de Lula a Olinda

Movimento de Sem-Teto tentou interdição de rua e 16 pessoas foram presas



Problema dos dentes diz Lula, é coisa de pobre

Lula diz que os pobres já perderam os dentes

— O negócio de aço na boca para corrigir o dente torto é coisa de pobre. O Brasil não é um país de luxo. Em Cuba, quando quer corrigir o dente torto, pode colocar aquilo. Vamos ter que fazer um país para que os pobres tenham direito de fazer a correção dos dentes. Lula criticou os grandes empresários por oferecerem planos de saúde a seus funcionários sem incluir o atendimento odontológico.

— Sempre fiquei indignado. Por que as empresas grandes do país, mesmo quando fazem convênios com empresas prestadoras de assistência médica, não incluem a odontologia nos contratos que fazem? Nunca consegui entender.

— Estou vendo menininho e menininha com

O "Brasil Sorridente" prevê gastos com higiene bucal de R\$ 1,2 bilhão até 2006.

Original ilegível fornecida pelo autor

FOLHA DE S. PAULO

Aumento de 3 pontos percentuais na contribuição de empresas e trabalhadores seria usado para quitar dívida com aposentados

Governo propõe elevar alíquota do INSS

O governo propôs elevar em três pontos percentuais a contribuição previdenciária de empregados e empregadores.

O dinheiro seria para pagar a dívida de R\$ 12,3 bilhões que o governo tem com 1,8 milhão de aposentados e pensionistas do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social). A elevação da alíquota valerá por cinco anos.

Para as empresas, o aumento de 20% do total da folha de pagamento. Para os empregados, as alíquotas vão de 7,65% a 11%, de acordo com a função salarial.

A proposta foi apresentada pelo ministro Amir Lando (Previdência) após reunião com aposentados e deputados.

A dívida foi originada em 1994, quando o INSS não aplicou o Índice de Reajuste do Salário Mínimo para calcular as aposentadorias e pensões.

Sindicalistas e aposentados presentes à reunião não gostaram da proposta. Eles querem a quitação da dívida em prazo menor. Também criticaram o aumento do tributo, que pode gerar desemprego. Pág. B1

Negociação salarial em 2003 foi a pior desde 96

Os resultados das negociações salariais em 2003 foram os piores dos últimos oito anos para os trabalhadores.

De cada dez acordos feitos por 550 categorias no país, seis não repuseram as perdas com a inflação. Mais reajustes foram parcelados e também diferenciados por faixa salarial.

O Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socio-Econômicos) faz a pesquisa desde 1996. Desemprego alto e baixo crescimento afetaram as negociações.

Até então, o pior ano para os acordos havia sido 1999, quando metade deles não conseguiu repor a inflação.

Original ilegível fornecida pelo autor

Ministros se queixam de morosidade e falta de verba

O ministro Roberto Rodrigues (Agricultura) queixou-se ao José Dirceu (Casa Civil) da morosidade do governo para tomar decisões. Ele disse que estava "difícil" tocar o trabalho

sem respostas a seus pedidos.

Outro ministro, Tarso Genro (Educação), reclamou da falta de recursos e incentivou prefeitos presentes à 7ª Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios a pedirem mais verbas.

Dirceu está montando uma "agenda de emergência" com as principais reivindicações da equipe para levar ao presidente Lula e tentar tirar o governo da paralisação gerada pelo caso Waldomiro Diniz.

Palocci afirma que é 'legítimo' pedir mudanças

O ministro Antônio Palocci afirmou que é legítimo pedir mudanças no governo, mas que é preciso manter a estabilidade. Ele disse que o pedido de mudanças tem acompanhado as dificuldades que são enfrentadas. A única diferença é completar a vontade de mudança.

Palocci afirma que é 'legítimo' pedir mudanças

O ministro Antônio Palocci afirmou que é legítimo pedir mudanças no governo, mas que é preciso manter a estabilidade. Ele disse que o pedido de mudanças tem acompanhado as dificuldades que são enfrentadas. A única diferença é completar a vontade de mudança.

Comércio tem crescimento de 6,1% nas vendas

As vendas do comércio cresceram em janeiro pelo segundo mês consecutivo 6,1% em relação ao mesmo mês de 2003, de acordo com o IBGE. A parte de consumo interno, porém, é expulsa pela queda base de comparação. Em janeiro do ano passado, as vendas do setor caíram 4,37%.

Comércio tem crescimento de 6,1% nas vendas

A expansão foi liderada pelos bens duráveis, como móveis e eletrodomésticos.

CASO WALDOMIRO

Diretores da GTech saem do país

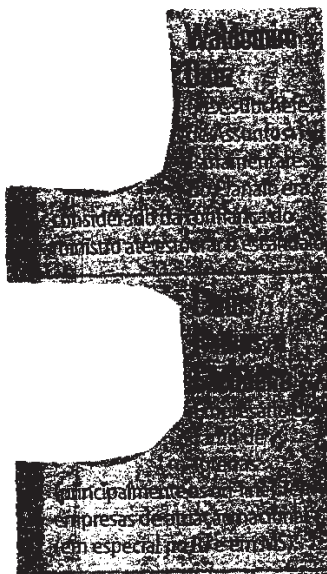
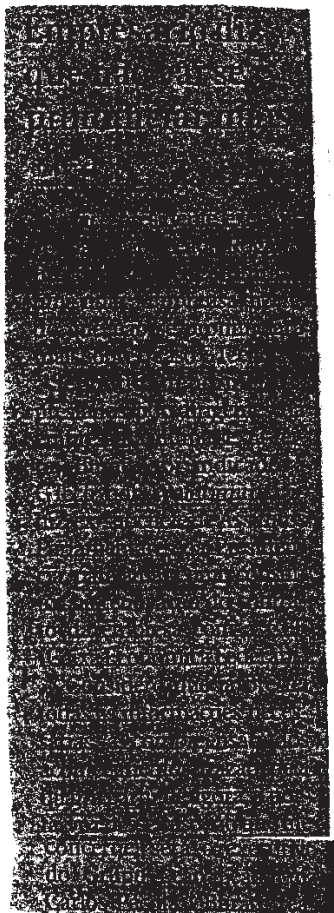
[illegible]

Burlado depois de ser secretário de Palocci em Ribeirão depois que se tornou pública a gravação de uma conversa na qual discute com um empreiteiro a distribuição de obras públicas.

Bretas

Bretas disse que só manteve dois contatos com Buratti, ambos em setembro do ano passado e com o propósito de discutir um projeto ambiental da Leão Leão. O negócio não foi aprovado pela Caixa, segundo Bretas.

Original ilegível fornecida pelo autor



Original ilegível fornecida pelo autor

CASO WALDOMIRO

Os executivos da multinacional viajaram ontem para os Estados Unidos alegando falta de dinheiro. Governo brasileiro ainda não decidiu inclui-los no programa de proteção a testemunhas.

Diretores da GTech saem do país

Os executivos da multinacional GTech viajaram ontem para os Estados Unidos alegando falta de dinheiro. O governo brasileiro ainda não decidiu inclui-los no programa de proteção a testemunhas, formulado um dia antes do depoimento à Polícia Federal de ontem passada.

O pedido para que Rovato e Lino Rocha fossem incluídos no programa foi feito no dia 11 antes de os dois prestarem depoimentos à PF. Os executivos foram pessoalmente ao procurador-geral da República, Cláudio Fonteles, e entregaram um documento relatando fatos relacio-

nados à negociação do contrato entre a GTech e a Caixa Econômica Federal. No texto, eles citaram a interferência de Waldomiro em favor do consultor Rogério Buratti, a quem a empresa deveria contratar para prestar assessoria durante a negociação com a Caixa. Depois de descobrir que Buratti havia sido demitido da prefeitura de Ilhéus, no Rio Preto, quando foi secretário, a GTech decidiu não contratá-lo.

Por meio de sua assessoria, o procurador da República que atua no caso, Marcelo Serfati Azul, informou que não pediu ainda a inclusão dos dirigentes da GTech no programa de proteção a testemunhas porque o assunto ainda está em análise. Segundo o procurador, quando ele entender que os dirigentes da GTech se enquadram nos critérios legais, fará o pedido à comissão que comanda o programa de proteção.

Original ilegível fornecida pelo autor

Palocci "Não
há amizade"

O ministro da Fazenda, Antônio Palocci, disse que desde 1993 não mantém relação com o ministro de Economia, Paulo Roberto Campos, e que não tem qualquer interesse em voltar ao cargo. Palocci afirmou que não tem qualquer interesse em voltar ao cargo e que não tem qualquer interesse em voltar ao cargo.

Palocci afirmou que não tem qualquer interesse em voltar ao cargo e que não tem qualquer interesse em voltar ao cargo. Ele também afirmou que não tem qualquer interesse em voltar ao cargo e que não tem qualquer interesse em voltar ao cargo.

Impunidade
prorrogada

O ministro da Fazenda, Antônio Palocci, afirmou que não tem qualquer interesse em voltar ao cargo e que não tem qualquer interesse em voltar ao cargo. Ele também afirmou que não tem qualquer interesse em voltar ao cargo e que não tem qualquer interesse em voltar ao cargo.

Original ilegível fornecida pelo autor

A 2 sexta-feira, 19 de março de 2004

OPINIÃO

FOLHA DE S. PAULO

FOLHA DE S. PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL ★ ★ ★

Publicado desde 1921 - Propriedade da Empresa Folha da Manhã S/A

Presiding Judge Rules

Director Editorial: OTAVIO FALAS FILHO

Supervisors: ANTONIO MANUEL TELLEZ MENDOZA & JUDITH BARTO

SENZA ALTRA CONFEZIONE IL MONDO DI LUCENA

CONDOMÍNIO LUIZ ALBERTO MARQUES E C.º - ROQUEIRO CEARÁ DO CBOURNEIRA LITE
MARQUEZ, CARLOS JOHANN DE FREITAS, JESUITA DUBRECHT, LUIS NASSIF, CLAUDIO
CARLOS HYNTON COMY, CALOZ BACCH, ANTONIO MANOEL TEIXEIRA MENDONÇA
LUIZ PRINCEZ CRAVIO BALAS FILHO (SECRETARIO)

LUIS FERNANDEZ OTAVIO BRAS FILHO (SECRETARIO)

EDITORIALS

www.digitalsurvey.com.br

MISSO ECONÔMICO

de 1980, a queda de 10% no preço médio da carne bovina, em relação a 1979, foi o resultado de uma combinação de fatores. O primeiro deles foi a queda de 10% no preço médio do dólar em relação ao real, o que reduziu o custo de aquisição das importações de carne bovina. O segundo fator foi a queda de 10% no preço médio da carne bovina produzida no Brasil, o que reduziu o custo de produção. O terceiro fator foi a queda de 10% no preço médio da carne bovina vendida no Brasil, o que reduziu o preço de venda. A queda de 10% no preço médio da carne bovina produzida no Brasil, o que reduziu o custo de produção, foi o resultado de uma combinação de fatores. O primeiro deles foi a queda de 10% no preço médio do dólar em relação ao real, o que reduziu o custo de aquisição das importações de carne bovina. O segundo fator foi a queda de 10% no preço médio da carne bovina vendida no Brasil, o que reduziu o preço de venda. O terceiro fator foi a queda de 10% no preço médio da carne bovina produzida no Brasil, o que reduziu o custo de produção.

É inquestionável, de qualquer forma, que se tenham levantado apelos sobre a influência da política no processo decisório da área econômica. Mais que a economia, pressa-se com a demanda interna às organizações políticas, como se fosse matéria exclusiva.

mento técnica, a ser feita de forma objetiva por luminárias da ciência.

Admito que as distorções econômicas estão relacionadas com as políticas, embora isso não deva ser confundido com a subordinação dos interesses da economia a interesses políticos de ocasião — como tantas vezes já se viu. Il parece haver algo de mais pedagógico devido em alguns clamores por mudanças na área econômica.

É certo que a atual linha de gestão da economia tem imposto um custo muito elevado ao país para simplesmente repetir o que se vinha sendo feito pelo governo anterior — sobretudo se que o compromisso do candidato Luiz Inácio Lula da Silva em iniciar um processo de mudanças.

É preciso, sim, promover reformas na política econômica do governo. Mas com senadores, representantes de tendências oporcionistas e estruturalistas. A sociedade espera que a administração petista diga à que veio e que cumpra as suas promessas de reconduzir o país aos trilhos do desenvolvimento, de valorizar o setor produtivo, de estimular investimentos e de gerar empregos.

Original ilegível fornecida pelo autor

CADEIA DE ERROS

DEPOIS DE pouco mais de seis meses de trabalho, a comissão que investigou o acidente com o VLS-1 (Veículo Lançador de Satélites) atribuiu a uma cadeia de erros, num ambiente de descontrole gerencial, a explosão que, em 22 de agosto do ano passado, matou 21 técnicos na base de Alcântara (MA). É positivo o fato de que o desastre tenha sido esmiuçado por um grupo não inteiramente ligado à Aeronáutica, contando com a participação de representantes da comunidade científica e das famílias das vítimas.

É também construtivo que o relatório apresentado tenha sido amplo. Ele não se limitou a apontar o nome técnico da peça defeituosa que teria

sido a responsável pelo acidente, como se temia. Muito pelo contrário, o texto nem chega a arriscar uma hipótese definitiva sobre as causas mais imediatas da explosão, mas é pródigo em críticas à cultura gerencial que reinava em Alcântara. O menosprezo para com a segurança atingiu níveis críticos. Normas e procedimentos-padrão eram frequentemente ignorados, o que resultou em várias seqüências de falhas. Na origem de algumas delas, afirma o relatório, estão expressivas defasagens financeiras, humanas e materiais.

Nesse contexto, não chega a ser surpreendente que todas as três tentativas de lançar o VLS-1 tenham fracassado. E três falhas em três tentativas — uma das quais terminou em

tragédia — é uma marca ruim mesmo para países em desenvolvimento. Resta a lamentar apenas que o documento não aponte os nomes dos responsáveis pelas falhas mais significativas, lembrando que a noção de responsabilidade não se confunde com a de dolo.

O relatório também avança ao trazer recomendações que devem ser adotadas antes da retomada do programa espacial — restando esperar que o governo as cumpra. A primeira delas é garantir que os recursos necessários estejam de fato disponíveis. Se isso não for possível, é melhor interromper o programa. Não faz sentido arriscar vidas em razão de condições precárias de trabalho.

ESTUDO PROMISSOR

Certo, não são conhecidos os riscos de altos níveis de colesterol no sangue para doenças cardíacas. É quanto menos se sabe, porém, quanto às consequências para a saúde de uma redução drástica do colesterol. Durante o estudo na do colesterol de baixa densidade (LDL) no site inglês — www.bbc.co.uk/1/health/2004/03/040316_cholesterol.shtml —, os pesquisadores descobriram que, ao reduzir as placas de gordura que se acumulam nos vasos e eliminar as artérias coronárias, os doentes sofriam ataques cardíacos.

Após de ser divulgado um estudo realizado por pesquisadores da Universidade de Harvard, nos EUA, concluiu-se que os efeitos de drogas capazes de reduzir o colesterol são muito significativos.

Os benefícios para pacientes que já sofriam de doença cardíaca.

No trabalho, 4.163 pacientes internados com dores no peito por etiologias cardíacas ou por ataques do coração foram divididos em dois grupos. O primeiro recebeu doses diárias de uma outra estatina mais potente, o Lipitor (atorvastatina). Foram analisados pacientes de 349 centros de tratamento em oito países.

Diferença entre os dois grupos foi constatada apenas após um mês de acompanhamento. O essencial, entretanto, surgiu quando se constataram as complicações depois de dois anos e meio. O risco de complicações graves entre os que usaram atorvastatina foi 16% menor. No ponto de vista das mortes, as ocorrências nesse grupo ficaram 30% abaixo das verificadas no da pravastatina.

É sempre preciso ter cautela na interpretação dos resultados de estudos como esse — conquanto o laboratório que o custeou tenha sido o que produz a pravastatina, a droga que perdeu na comparação. Embora as indicações sejam de um avanço para a medicina, é aconselhável aguardar que outros pesquisadores cheguem a resultados semelhantes e se forme um novo consenso. Só aí serão justificadas novas diretrizes para o controle do colesterol.

CLÓVIS ROSSI

Brincando de Fed

LONDRES - É uma caricatura a decisão do Banco Central de reduzir os juros 0,25 ponto percentual. Não dá para levar a sério.

Se havia pressões inflacionárias, que impediram a diminuição da taxa em janeiro e fevereiro, ninguém que enxergue um milímetro à frente do nariz vai acreditar que elas desa-

pareceram em apenas um mês, a ponto de o BC poder agora fazer essa caricatura de redução.

Aí, há um de dois erros possíveis, a saber:

1 - Não havia pressão inflacionária, mas apenas reajustes localizados de preços, que não contaminavam toda a cadeia. Nesse caso, o BC errou em

janeiro e repetiu o erro em fevereiro, com consequências para meses à frente, na medida em que gerou incertezas sobre o preço do dinheiro no futuro próximo.

2 - Havia pressão inflacionária, caso em que o BC errou anteontem, ao reduzir os juros.

Li muita gente dizendo que o BC

Original ilegível fornecida pelo autor

curvou-se à pressão política sobre o ministro Antonio Palocci ao praticar sua caricatura. Pode ser, mas acho que é pior: esse pessoal está brincando da Fed (o Federal Reserve, o banco central dos Estados Unidos).

Nos EUA, como em outras economias maduras, 0,25 ponto percentual a mais ou menos nos juros de fato faz

efeito. No Brasil, é ridículo. Ou alguém será capaz de jurar que a redução de anteontem vai provocar uma euforia consumista ou mesmo uma bolhinha de consumo? É grotesco, meu Deus.

Até na City londrina, que não chega a ser o paraíso da heterodoxia, a Folha ouviu comentários sobre o "ex-

cesso de conservadorismo do Banco Central, que terá um custo logo à frente".

Só no Brasil é que se permite a banqueiros centrais e a seu Comitê de Política Monetária brincar de Fed sem maiores consequências. Ainda assim, vou resistir ao jogo de palavras fácil com o banco Fed.

ELIANE CANTANHÊDE

Crise controlada

BRASÍLIA - Já que não dá para confiar no PL, no PMDB, no PP, no PPS, muito menos no próprio PT, o governo vai à luta por apoios na... oposição! Principalmente no PSDB.

Lula sai da toca e põe o pé na estrada tucana: Goiás de Marconi Perillo, Ceará de Lúcio Alcântara e Minas de Aécio Neves. Neste caso, aliás, com direito a jantar e mimar a divisão da Cide (contribuição sobre combustíveis) com os Estados. Aécio foi quem mais brigou por isso.

Em contrapartida, o senador Tasso Jereissati, ex-presidente do PSDB, vai à tribuna defender a política econômica e condenar "a tentativa de desestabilização do Palocci". São movimentos combinados, do governo e de tucanos, em nome de uma palavra de

mil e uma utilidades em Brasília: governabilidade.

Significa que a crise política cresceu mais do que o esperado, esse Rogério Buaratti adicionou incertezas e ninguém, em sua consciência, quer que o governo Lula se estremele e leve a economia para o buraco. Ou seja: o máximo que a oposição pode querer é uma crise controlada. O suficiente para enfraquecer o governo e o PT nas eleições, mas não a ponto de pôr em risco a segurança do país.

O PFL aprendeu a palavra "governabilidade" na origem (Arena e PDS); o PMDB, durante os tumultuados tempos de Sarney. Depois, todos a exercitaram na queda de Collor e na sustentação de Itamar, e os tucanos se graduaram nos oito anos de FHC.

Agora, é a vez de o PT aprender a lição. Para o "bem do país", claro.

Com a base aliada que tem, só resta a Lula antecipar sua própria previsão de um destino comum para PT e PSDB. Mas só com parte de cada um. Assim como se abou a ACM, mas não a Bornhausen, no PFL, Lula se aproxima de Aécio e Jereissati, mas não de FHC e Serra, no PSDB.

Pode ser importante para o governo, não para os partidos. O que se vê, mais e mais, é uma "peemedebização" da política brasileira. Estão todos rachados internamente, com falta de idéias, programas e unidade. E cada vez mais iguais entre si.

O PT não perdeu por esperar.

CLAUDIA ANTUNES

Cruzada antidemocracia

RIO DE JANEIRO - Já se sabia que as reviravoltas inerentes à democracia fazem mal ao estômago sensível dos mercados. Agora vem a certeza de que elas são também um estorvo para a chamada "guerra ao terror".

É isso que se depreende da encurtada do comentarista, a maioria originária do establishment conservador americano, que acusa os espanhóis de terem votado pelo "apaziguamento" do terrorismo. Os cruzados da civilização ocidental pedem que Zapatero mantenha os soldados no Iraque — promessas de campanha estão aí mesmo para não serem cumpridas.

Os terroristas, é óbvio, usam o resultado eleitoral como um trunfo propagandístico para atrair novos

adeptos e, de quebra, semear mais confusão entre seus inimigos. Prometeram até recompensar os espanhóis com uma trégua. Mas alguém acredita? Alguém entende de verdade a organização e a lógica deles ou estamos afogados numa confusão pouco objetiva de palpites?

Diante do atentado de Madri e do surto autoritário de Aznar, que apostou na "união nacional" impulsionada pelo medo e julgou poder controlar as informações a seu favor, a única lógica pela qual o eleitorado espanhol poderia ter se pautado é a determinada por sua história recente: uma democracia consolidada e viva depois de três anos de guerra civil terrível, 36 de ditadura e a despeito do espectro do terror basco.

A maioria dos espanhóis, que nunca acreditou que a invasão do Iraque tivesse algo a ver com a Al Qaeda, viu rompido o pacto de confiança entre os cidadãos e o dirigente eleito. A solidariedade às vítimas e a condenação do terrorismo produziram manifestações maciças, mas a Espanha mostrou que a democracia não é unanimidade, e sim escolha.

As acusações aos espanhóis se enquadram na ofensiva dos que, em nome da "guerra ao terror", querem restringir direitos civis e eliminar o contraditório. Querem "democracias" sem alternância, sem surpresas e sem conflitos, quem sabe governadas eternamente por conselhos de etnias, de religiões ou de "sábios".

Original ilegível fornecida pelo autor

BRASILIA-DF

Em suas apostas

Conforme garantiu a coluna, o último dia da sessão na Câmara de Brasília foi o mais quente da sessão. O presidente da Câmara, Deputado Paulo Roberto Campos (PMDB-SP), afirmou que a sessão foi a mais quente da sessão. O presidente da Câmara, Deputado Paulo Roberto Campos (PMDB-SP), afirmou que a sessão foi a mais quente da sessão. O presidente da Câmara, Deputado Paulo Roberto Campos (PMDB-SP), afirmou que a sessão foi a mais quente da sessão.

Sete horas de debate

O debate sobre a questão da reforma da Previdência Social se reuniu na Câmara de Brasília. O debate se reuniu na Câmara de Brasília. O debate se reuniu na Câmara de Brasília. O debate se reuniu na Câmara de Brasília. O debate se reuniu na Câmara de Brasília.

Acabou em pizza

Depois da briga, a sessão acabou em pizza. O presidente da Câmara, Deputado Paulo Roberto Campos (PMDB-SP), afirmou que a sessão foi a mais quente da sessão. O presidente da Câmara, Deputado Paulo Roberto Campos (PMDB-SP), afirmou que a sessão foi a mais quente da sessão. O presidente da Câmara, Deputado Paulo Roberto Campos (PMDB-SP), afirmou que a sessão foi a mais quente da sessão.

Emenda holerística

Uma emenda holerística (PBR) apresentada pelo então deputado Paulo Roberto Campos (PMDB-SP) foi aprovada na Câmara de Brasília. O projeto foi aprovado na Câmara de Brasília. O projeto foi aprovado na Câmara de Brasília. O projeto foi aprovado na Câmara de Brasília. O projeto foi aprovado na Câmara de Brasília.

Uma emenda holerística (PBR) apresentada pelo então deputado Paulo Roberto Campos (PMDB-SP) foi aprovada na Câmara de Brasília. O projeto foi aprovado na Câmara de Brasília. O projeto foi aprovado na Câmara de Brasília. O projeto foi aprovado na Câmara de Brasília. O projeto foi aprovado na Câmara de Brasília.

Original ilegível fornecida pelo autor

Discurso pronto

[illegible][illegible]

ESPORTISTA. O ministro desportista Agnelo Queiroz participou de uma partida de vôlei e não pôde ver o campeonato de futebol no Rio de Janeiro. Desde quando o ministro não para. É futebol, vôlei, tênis, maratona, xadrez. E também jogos não desportivos, como o jogo de

[illegible]

HOMENAGENS MERECIDAS. A missa do último dia ontem pela morte do jornalista Flamarion Mbserti, enciclopédia dos jovens repórteres que acompanharam seu trabalho, reuniu pescozudos da política de hoje e de ontem para confortar a viúva, dona Nelsa, seus quatro filhos, noras e netos. O ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, sua mulher Maria Rita, o ex-vice-presidente da República Marco Maciel e dona Anamaria, o senador Antonio Carlos Magalhães, o ex-ministro Jarbas Passarinho passaram pela Igreja.

original ilegível fornecida pelo autor



POLÍTICA

CRISE GOVERNISTA

Nas últimas semanas, o governo Lula tem sido cercado por seguranças e passagens de segurança populares. O presidente foi obrigado a evitar a entrada principal do local e se colar às portas laterais.

Sem contato com o povo

GUILHERME EVELIN

DA EQUIPE DO CORREIO

Em uma semana, foi uma porta dos fundos e uma porta lateral. Em meio a especulações sobre o desfecho do caso Waldomiro Diniz para o futuro do governo Lula, uma conclusão parece certa: o escândalo provocado pelo ex-sub-chefe de Assuntos Parlamentares da Casa Civil está fechando as portas da frente para o presidente. Nos lugares fora de Brasília por onde andou esta semana, Lula ouviu protestos, vaias e, cercado por forte aparato de segurança, teve de contornar os portões de entrada, por onde ele fazia questão de passar para se esbaldar no contato com o povo nos dias de lua-de-mel do início do governo.

Ontem, no Recife, não foi diferente. Em visita à capital pernambucana, o presidente enfrentou manifestações de protesto contra a medida provisória que fechou os bingos. Em discurso, o presidente respondeu em tom duro. "Não me incomodo com as faixas de protesto porque fiz isso a minha vida inteira, mas não posso criar emprego e legalizar o crime organizado e a lavagem de di-

nheiro. Depois vão me pedir para legalizar até a prostituição."

Na véspera, em Olinda (PE), Lula teve de usar uma porta lateral para entrar no Centro de Convenções, onde participou de uma reunião do Conselho Nacional de Segurança Alimentar. Na frente, manifestantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) se digladiavam com soldados da Polícia Militar, em confronto que teve tiros para o alto, pedradas e pneus queimados.

No mesmo dia, em Fortaleza, Lula ficou bem longe do povo. Do lado de fora da sede do Banco do Nordeste, onde o presidente se encontrou com os governadores da região, manifestantes do grupo "Crítica Radical", ligado à ex-prefeita Maria Luiza Fontenelle, queimaram um caixão simbólico do governo. Na segunda-feira à noite, o presidente entrou pela porta dos fundos do hotel Copacabana Palace, no Rio, para driblar um grupo de manifestantes inconformados com o fechamento dos bingos e ir a um jantar com o presidente da Argentina, Néstor Kirchner.

Popularklade

Os protestos significam que o caso Waldomiro abalou a popularidade de Lula, que antes aparentava ser uma fortaleza inexpugnável? "É inevitável que o episódio Waldomiro, ao gerar desgaste para o governo, também cause desgastes para o presidente", diz o diretor do Instituto Vox Populi, Marcos Coimbra. Embora bem melhores do que as notas obtidas pelo governo, os índices de aprovação de Lula já vêm sofrendo uma lenta corrosão desde o ano passado. Nem os analistas de pesquisas de opinião arriscam, porém, uma opinião sobre o tamanho da ferida aberta pelo escândalo na imagem presidencial.

As manifestações, até agora, partiram de grupos arregimentados pela Força Sindical ou por facções radicais de esquerda. A única pesquisa divulgada após a revelação da fita de vídeo do encontro de Waldomiro Diniz com o empresário de jogos lotéricos, Carlinhos Cachoeira, feita pelo Instituto Datafolha, mostrou que os entrevistados queriam a demissão do ministro-chefe da Casa

original ilegível fornecida pelo autor

COMPANHEIRO

Um grupo de 200 funcionários de bingos fez um protesto em Belo Horizonte, onde o presidente Lula fez a entrega do cartão Bolsa-Família. Os manifestantes entoaram:

"Waldomiro é bom companheiro, Waldomiro é um bom companheiro, o Lula não pode negar".

Civil, José Dirceu, mas pouparam o presidente. Não há sinais de bem de ganadas na política de

comunicação do governo, comandada pelo ministro Luiz Gushiken. A luz vermelha ainda não acendeu no Planalto.

O presidente mostrou ser dotado de uma reserva de popularidade maior do que se imaginava no início do seu man-

dato. Sua imagem de homem do povo, que tem compromissos com os que estão nas camadas mais baixas da sociedade, está assentada em bases sólidas", diz o cientista político Gustavo Venturi, da Criterium Assessoria e Pesquisas, que trabalhou na última campanha presidencial de Lula. "O lastro da popularidade de Lula se mantém", concorda Coimbra.

Walter de Góes, presidente do Instituto Brasileiro de Estudos Políticos (Ibep), também avalia

que os efeitos negativos do caso Waldomiro na popularidade de Lula poderão ser limitados. Para os analistas, se não houver fatos novos graves, o desempenho da economia daqui para a frente é que dará a resposta às perguntas sobre o estrago provocado pelo caso Waldomiro. "Se a persistência da crise política se somar à persistência da estagnação econômica, essa pode ser uma combinação explosiva", diz Walter de Góes.

MAIS DECEPÇÃO PARA SERVIDOR

GOVERNO PLANEJA REAJUSTES DIFERENCIADOS E LIMITADOS A 20%. FUNCIONALISMO PEDE 127%

CASO WALDOMIRO

Lula compara bingos ao crime organizado

Em uma semana de vaias e críticas, presidente garante que bingos não vão reabrir e diz que se pedisse agora "amanhã alguém pediria para o governo legalizar a prostituição infantil, também em nome da criação de empregos". Embora as investigações do caso Waldomiro continuem, dois ex-cofideis do G-2 deixaram ontem o Brasil, alegando falta de segurança.

PREVIDÊNCIA

Imposto maior paga correção de aposentados

Ministério da Previdência propõe elevar em três pontos percentuais a alíquota da contribuição previdenciária de trabalhadores e empresas para arrecadar os recursos que vão bancar a correção atrasada de até 39,7% para os aposentados. De acordo com o ministro Amir Lando, a medida duraria cinco anos e renderia R\$ 5 bi anuais.

sexta-feira, 19 de março de 2004

Terrorismo

As forças armadas francesas contra o ocupante árabe, do poder árabe, praticaram atos de terror contra árabes e seus aliados na época da Segunda Guerra. Não teria sido assim? E se não tivesse ocupado a França e a Itália da mesma forma, não existia o Estado palestino e Israel não teria o direito internacional de existir? O ONU que a comprou? O direito de terras proporcional? (O direito de terra), a Convenção de Genebra?

A Espanha, por exemplo, não pôde alegar o direito de existir, pois não tinha o direito de existir. E se não tivesse ocupado a Espanha, não existia o Estado espanhol. O direito de terra não é um direito de terra, mas um direito de terra. O direito de terra não é um direito de terra, mas um direito de terra.

disso, mais de 80% dos espanhóis foram contra a guerra e a intervenção na Espanha. O fracasso pelos EUA. Daí porque se tornou mais estranho a guerra e a intervenção. O fracasso dos EUA. Daí porque se tornou mais estranho a guerra e a intervenção.

Malmo foi o primeiro a ser atacado.

Oriente Médio

"Alguns intelectuais estão dizendo que uma onda de renascimento cristão na Europa e dos EUA. Eles estão dizendo que os muçulmanos têm liberdade de culto no Ocidente, enquanto os cristãos são perseguidos nos países muçulmanos. A França está sendo intolerante com as mulheres muçulmanas no que se refere à proibição dos véus nas escolas. Mas não podemos nos esquecer de que as mulheres não-muçulmanas são obriga-

das a usar véus nos países muçulmanos. As que saem às ruas sem véu são chamadas de 'vagabundas'. Muitas delas têm seus rostos deformados por ácidos.

Quem é radical? Quem é radical? Creio que são os muçulmanos, que odeiam a liberdade (inclusive das mulheres), a democracia e a cultura ocidental, sempre chamados de democratas e liberais, e sempre defendendo a liberdade. Regimes autoritários, nunca mais.

Nelson Tangeiro (Rio de Janeiro, RJ)

Greve na PF

A greve na Polícia Federal não é somente ao descumprimento da lei, mas uma luta por melhores condições de trabalho. Entre outras coisas, falta de armas, gasolina e manutenção de veículos, funcionários com salários baixos e salários atrasados há dois meses.

original ilegível fornecida pelo autor

A sociedade brasileira precisa combater essa realidade. A mídia em geral, as divulgações em massa, as possibilidades salariais e de espaço para essas Q&Qs não é das mais atrópticas, a elite brasileira de aviação pode se espantar do povo brasileiro durante suas viagens com a greve dos pilotos do TASS. Cabe agora se considerar como a mídia brasileira tem tido quem mais se beneficia com o T-14. Cabe também se considerar como o poder econômico brasileiro se beneficia com a greve dos pilotos do TASS.

Trabalho

"A reportagem sobre Sorriso (Dinheiro, pag. B9, 14/3) relata o crescimento de 13% ao ano de uma cidade em Mato Grosso, com uma renda média de R\$ 24 mil anuais por trabalhador rural. O texto afirma, em tom de crítica, que 'só 25% dos trabalhadores possuem carteira assinada'. É realmente incrível como o jornalista que assina o texto não consegue traçar uma relação de causa e efeito entre esses dois fatos. O que estaria mais certo? O trabalhador rural receber todo o fruto de seu trabalho e ficar com o dinheiro em seu bolso ou entregar metade para o INSS, o FGTS, o IRR e ser roubado por mais um século pela elite do país?

Mas, certamente, essa análise mais crítica da legislação trabalhista não interessa à imprensa brasileira, que tem toda a sua sobrevivência financeira subordinada às verbas publicitárias do governo."

Fabiano Veiga Ribeiro (Curitiba, PR)

Patrimônio

“Embora partilhe das preocupações expressas pelo professor Carlos Alberto Cerqueira Lemos no que tange aos riscos de perda de patrimônio arquitetônico paulistano (*‘Tendências/Debates’*, pág.

[illegible]

forma preliminar, uma listagem elaborada pelo DPH (Departamento do Patrimônio Histórico) digital constam as obras de atores e dos arquitetos modernistas, como Vilanova Artigas, Rino Levi, Eduardo Knöke e de Mello e Icaro de Castro Mello entre outros.

A fim de se avaliar o merecimento estudo crítico por parte do DPH, não estando dada a contribuição de especialistas. No entanto, os membros de esse estudo não confundiu o patrimônio no intuito de criar prejuízo ao patrimônio, essas obras foram consideradas Zonas de Preservação Cultural no projeto de lei desse Município do solo elaborado por esse Conselho.

João Wilian, secretário municipal de Planejamento Urbano (São Paulo, SP)

União de homossexuais

Também se faz parte do leitor David Viterbo, irmão de Daniel, o leitor de ontem, sobre o mesmo tema: "homossexuais e filhos". Ele afirma que duas pessoas de sexo diferentes produzem um "equilíbrio" maior para o bem dos filhos, e que homossexuais não. Enquanto isso, inúmeros casos de homossexuais já têm crianças, filhas de um deles ou adotadas por um deles, sem que isso seja o principal critério na orientação sexual de cada um. São gays, e não manifesta por isso o medo de que demonstrem de sua má fé e preconceito."

Wesley Francisco da Silva, do Grupo de Trabalho GLBT (Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros) da União Nacional dos Estudantes (Salvador, BA)

Prefeitura de São Paulo

Toda semana recebo boletins dos vereadores Augusto Campos, Tita Dias e Nabil Bonduki, do PT, elencando tudo o que a prefeita Marta Suplicy está fazendo na reconstrução de São Paulo.

Surpreende-se que, apesar disso, mais com a quantidade e a qualidade das ações que tem sido tomadas, as ações também reproduzem o modelo da pirâmide, que deveria ser consultado periodicamente por quem deseja fazer uma análise séria sobre o que acontece na cidade.

Então, de fato, o diretor deve procurar se informar em fontes variadas sobre as condições da cidade e a internet é um bom lugar para fazer isso.

Sybilis Marzano (São Paulo, SP)

Biggos

um ou outro cliente perde o controle e se endivida não me parece muito lógico. Seria o mesmo que reprimir os bancos pelos cheques sem fundos emitidos por seus clientes ou as administradoras por distribuírem cartões de crédito a inúmeros cidadãos incautos, que se iludem e acabam se envolvendo numa interminável ciranda de prestações, pagando um dos juros mais altos do mundo."

Aurélio Nunez Rolan (São Paulo, SP)

Gaudi na favela

“Lendo o texto de Bernardo Carvalho sobre sua visita à casa de Estevão Silva, na favela de Paraisópolis (*Ilustrada*, pág. E6 de 16/3), pensei no quanto o escritor precisou de mil elaborações e referências para simplesmente olhar para uma casa feita de maneira inusitada e criativa.

Pode-se dizer que a casa, se não for arte, pelo menos cumpre uma das funções da arte e da literatura: desautomatizar o leitor. Diante de um universo de 'casas de tijolos baianos', como foi referido pelo escritor, nosso artista Estevão conseguiu construir o novo. Mesmo sem referências de história da arte. Quem sabe uma poderosa imaginação..."

Carla Caruso (São Paulo, SP)

ERRAMOS


E-mail: emamos@uol.com.br

te, que a frente reúne hoje 53 congressistas; o número correto é 80.

★

Bologna x Lazio, pelo Italiano de futebol, seria exibido pela ESPN Brasil, e não pela ESPN International, como informou quadro em **Esporte** (pág. D2, 7/3).

Diferentemente do que informaram as reportagens, "Projeto de lei está parado na Câmara" e "Estatul dá benefícios a parceiros" (Cotidiano, página C1, 5/3), o nome correto da frente parlamentar da Câmara dos Deputados que trabalha na aprovação de projetos de interesse dos homossexuais é Frente Parlamentar para a Livre Expressão Sexual. O primeiro texto também informava, erroneamente,

★ 

Flamengo x Olaria, realizado em 6/3, foi incluído erroneamente, em quadro na pág. D6 (Esporte, 7/3), entre os jogos do dia 7 pelo Estadual do Rio de futebol.

2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024, 2025, 2026, 2027, 2028, 2029, 2030, 2031, 2032, 2033, 2034, 2035, 2036, 2037, 2038, 2039, 2040, 2041, 2042, 2043, 2044, 2045, 2046, 2047, 2048, 2049, 2050, 2051, 2052, 2053, 2054, 2055, 2056, 2057, 2058, 2059, 2060, 2061, 2062, 2063, 2064, 2065, 2066, 2067, 2068, 2069, 2070, 2071, 2072, 2073, 2074, 2075, 2076, 2077, 2078, 2079, 2080, 2081, 2082, 2083, 2084, 2085, 2086, 2087, 2088, 2089, 2090, 2091, 2092, 2093, 2094, 2095, 2096, 2097, 2098, 2099, 2100, 2101, 2102, 2103, 2104, 2105, 2106, 2107, 2108, 2109, 2110, 2111, 2112, 2113, 2114, 2115, 2116, 2117, 2118, 2119, 2120, 2121, 2122, 2123, 2124, 2125, 2126, 2127, 2128, 2129, 2130, 2131, 2132, 2133, 2134, 2135, 2136, 2137, 2138, 2139, 2140, 2141, 2142, 2143, 2144, 2145, 2146, 2147, 2148, 2149, 2150, 2151, 2152, 2153, 2154, 2155, 2156, 2157, 2158, 2159, 2160, 2161, 2162, 2163, 2164, 2165, 2166, 2167, 2168, 2169, 2170, 2171, 2172, 2173, 2174, 2175, 2176, 2177, 2178, 2179, 2180, 2181, 2182, 2183, 2184, 2185, 2186, 2187, 2188, 2189, 2190, 2191, 2192, 2193, 2194, 2195, 2196, 2197, 2198, 2199, 2200, 2201, 2202, 2203, 2204, 2205, 2206, 2207, 2208, 2209, 2210, 2211, 2212, 2213, 2214, 2215, 2216, 2217, 2218, 2219, 2220, 2221, 2222, 2223, 2224, 2225, 2226, 2227, 2228, 2229, 2230, 2231, 2232, 2233, 2234, 2235, 2236, 2237, 2238, 2239, 2240, 2241, 2242, 2243, 2244, 2245, 2246, 2247, 2248, 2249, 2250, 2251, 2252, 2253, 2254, 2255, 2256, 2257, 2258, 2259, 2260, 2261, 2262, 2263, 2264, 2265, 2266, 2267, 2268, 2269, 2270, 2271, 2272, 2273, 2274, 2275, 2276, 2277, 2278, 2279, 2280, 2281, 2282, 2283, 2284, 2285, 2286, 2287, 2288, 2289, 2290, 2291, 2292, 2293, 2294, 2295, 2296, 2297, 2298, 2299, 2300, 2301, 2302, 2303, 2304, 2305, 2306, 2307, 2308, 2309, 2310, 2311, 2312, 2313, 2314, 2315, 2316, 2317, 2318, 2319, 2320, 2321, 2322, 2323, 2324, 2325, 2326, 2327, 2328, 2329, 2330, 2331, 2332, 2333, 2334, 2335, 2336, 2337, 2338, 2339, 2340, 2341, 2342, 2343, 2344, 2345, 2346, 2347, 2348, 2349, 2350, 2351, 2352, 2353, 2354, 2355, 2356, 2357, 2358, 2359, 2360, 2361, 2362, 2363, 2364, 2365, 2366, 2367, 2368, 2369, 2370, 2371, 2372, 2373, 2374, 2375, 2376, 2377, 2378, 2379, 2380, 2381, 2382, 2383, 2384, 2385, 2386, 2387, 2388, 2389, 2390, 2391, 2392, 2393, 2394, 2395, 2396, 2397, 2398, 2399, 2400, 2401, 2402, 2403, 2404, 2405, 2406, 2407, 2408, 2409, 2410, 2411, 2412, 2413, 2414, 2415, 2416, 2417, 2418, 2419, 2420, 2421, 2422, 2423, 2424, 2425, 2426, 2427, 2428, 2429, 2430, 2431, 2432, 2433, 2434, 2435, 2436, 2437, 2438, 2439, 2440, 2441, 2442, 2443, 2444, 2445, 2446, 2447, 2448, 2449, 2450, 2451, 2452, 2453, 2454, 2455, 2456, 2457, 2458, 2459, 2460, 2461, 2462, 2463, 2464, 2465, 2466, 2467, 2468, 2469, 2470, 2471, 2472, 2473, 2474, 2475, 2476, 2477, 2478, 2479, 2480, 2481, 2482, 2483, 2484, 2485, 2486, 2487, 2488, 2489, 2490, 2491, 2492, 2493, 2494, 2495, 2496, 2497, 2498, 2499, 2500, 2501, 2502, 2503, 2504, 2505, 2506, 2507, 2508, 2509, 2510, 2511, 2512, 2513, 2514, 2515, 2516, 2517, 2518, 2519, 2520, 2521, 2522, 2523, 2524, 2525, 2526, 2527, 2528, 2529, 2530, 2531, 2532, 2533, 2534, 2535, 2536, 2537, 2538, 2539, 2540, 2541, 2542, 2543, 2544, 2545, 2546, 2547, 2548, 2549, 2550, 2551, 2552, 2553, 2554, 2555, 2556, 2557, 2558, 2559, 2560, 2561, 2562, 2563, 2564, 2565, 2566, 2567, 2568, 2569, 2570, 2571, 2572, 2573, 2574, 2575, 2576, 2577, 2578, 2579, 2580, 2581, 2582, 2583, 2584, 2585, 2586, 2587, 2588, 2589, 2590, 2591, 2592, 2593, 2594, 2595, 2596, 2597, 2598, 2599, 2600, 2601, 2602, 2603, 2604, 2605, 2606, 2607, 2608, 2609, 2610, 2611, 2612, 2613, 2614, 2615, 2616, 2617, 2618, 2619, 2620, 2621, 2622, 2623, 2624, 2625, 2626, 2627, 2628, 2629, 2630, 2631, 2632, 2633, 2634, 2635, 2636, 2637, 2638, 2639, 2640, 2641, 2642, 2643, 2644, 2645, 2646, 2647, 2648, 2649, 2650, 2651, 2652, 2653, 2654, 2655, 2656, 2657, 2658, 2659, 2660, 2661, 2662, 2663, 2664, 2665, 2666, 2667, 2668, 2669, 2670, 2671, 2672, 2673, 2674, 2675, 2676, 2677, 2678, 2679, 2680, 2681, 26

Original ilegível fornecida pelo autor

BRASIL

FOLHA DE S. PAULO

SOMBRANO PLANALTO

Empresa de Buratti possui sede em endereço de laranja

Negócio de ex-secretário de Palocci tem endereço de casa de faxineira da Leão Leão

RUBENS VALENTE
ENVIADO ESPECIAL A RIBEIRÃO PRETO
IURI DANTAS
DA SUCCURSAL DE BRASÍLIA

O diretor de empresa Rogério Tadeu Buratti, investigado pela Polícia Federal sob suspeita de envolvimento com o escândalo Waldomiro Diniz, usou o endereço de um laranja — uma copeira da empresa de coleta de lixo Leão Leão, em Ribeirão Preto (SP) — para movimentar sua empresa de consultoria BBS Consultores e Associados Ltda.

Buratti é vice-presidente executivo do grupo Leão Leão, que além de fazer o serviço de coleta de lixo em Ribeirão Preto, atua também em outras cidades do interior do Estado de São Paulo.

A Folha apurou, em Brasília, que dois diretores da empresa de informática Gtech Brasil afirmaram à Polícia Federal que foi essa a empresa de consultoria sugerida por Buratti para assinar um contrato com a Gtech por um valor de R\$ 6 milhões.

A assinatura de um contrato de consultoria, segundo os diretores, foi condição sugerida pelo ex-assessor parlamentar do ministro José Dirceu (Casa Civil), Waldomiro Diniz, para a assinatura do contrato de R\$ 650 milhões por um período de 25 meses entre a Gtech e a Caixa Econômica Federal em abril de 2003. Os diretores da Gtech dizem que o contrato com Buratti não foi assinado e a propina não foi paga.

A BBS, aberta em 27 de julho de 2000 com outro nome, Buratti & Sigueira Assessoria, está registrada na Junta Comercial paulista sob o nome de BBS Consultores e Associados Ltda.

Um grupo de promotores iniciou, com apoio da Receita Federal, uma investigação extra-oficial sobre Buratti, ex-secretário de Governo do ministro Antonio Palocci Filho (Eszenzda) em sua primeira gestão como prefeito de Ribeirão (1993-1996). Os promotores informaram que a BBS é a única empresa considerada ativa e regular pela Receita Federal registrada em nome de Buratti.

Localizada pela Folha em sua atual casa, ontem, em Jardimópolis (a cerca de 20 km de Ribeirão), a copeira Lourdes Pericó Dias disse que foi procurada pelo chefe de três anos por não se lembrar de um chefe da Leão Leão chamado "João Francisco", para que "prestasse" o endereço de sua casa, no conjunto habitacional Elza Reis. Ele seria usado na abertura de uma empresa anônima. A alegação apresentada foi a fuga dos impostos municipais de Ribeirão, considerados muito altos.

Lourdes teria também uma tarefa: receber as correspondências enviadas para a BBS em sua casa e entregá-las para o chefe da Leão Leão. Ela disse que não se lembra de ter recebido nada, mas reconheceu que não pôde recusar a tarefa, pois era uma tarefa simples.

A funcionária contou que para fazer o trabalho Buratti só recebeu uma remuneração pela reportagem, que a não permitiu e a chefe de Lourdes decidiu então dar o bônus de um salário anual para a copeira pelo trabalho com as correspondências. Duas parcelas foram pagas. Também foi colocada na casa uma caixinha de metal para as cartas.

Os documentos primeiro chegavam em nome de Buratti & Sigueira. Desde meados do ano passado, quando a empresa mudou de nome, passaram a vir para a BBS (a mudança foi registrada na Junta Comercial em maio de 2003). Anteriormente, por exemplo, havia chegado à casa — hoje ocupada pela filha de Lourdes — uma carta para a BBS do banco BCBanco, localizada na Avenida Paulista, em São Paulo, onde a consultoria teria uma conta.

Lourdes disse que não fez nada de errado. "Achei que não tinha nada de errado. Eles me disseram para não me preocupar, que não havia nada de errado", contou.

A assessoria de comunicação da Leão Leão, procurada por volta de 19h, não se lembrou de nenhuma das do telefone da empresa e tentou localizar o endereço da empresa para tentar esclarecer a respeito do assunto. Não houve sucesso até as 23h. O vice-presidente da Leão Leão, Rogério Buratti, também não foi localizado (veja texto nesta página).

Em entrevistas e notas anteriores, Buratti disse que não conhece Waldomiro Diniz, que foi convidado por diretores da Gtech para um encontro, mas não fechou nenhum contrato com a empresa.

Colaboração: JEFFERSON, repórter foto-gráfico da Folha de São Paulo

QUIRO LAGO

O empresário Rogério Buratti foi procurado ontem em sua casa em Jardimópolis, a cerca de 20 km de Ribeirão Preto, para fazer o trabalho de entrega de cartas e documentos para a BBS Consultores e Associados Ltda.

O empresário Rogério Buratti foi procurado ontem em sua casa em Jardimópolis, a cerca de 20 km de Ribeirão Preto, para fazer o trabalho de entrega de cartas e documentos para a BBS Consultores e Associados Ltda.

O empresário Rogério Buratti foi procurado ontem em sua casa em Jardimópolis, a cerca de 20 km de Ribeirão Preto, para fazer o trabalho de entrega de cartas e documentos para a BBS Consultores e Associados Ltda.

Original ilegível fornecida pelo autor

Não posso impedir relações pessoais'

DE ENVIADO ESPECIAL A LONDRES

O ministro Antonio Palocci (Fazenda) confirmou ontem que seu chefe de gabinete, Juscelino Ananias Dourado, não só foi sócio de Rogério Buratti como foi padrinho de casamento dele. Não posso impedir que tenha relações pessoais", disse o ministro, ao falar com um pequeno grupo de jornalistas brasileiros, na embaixada do Brasil em Londres.

Buratti foi secretário de Governo de Palocci na sua primeira gestão como prefeito de Ribeirão Preto (1992-96). Em 1994, foi demitido por comportamento "inadequado", segundo o ministro.

A "inadequação": conversas pessoais com empresários, nas quais passava informações confidenciais sobre obras públicas.

Palocci diz que também a avaliação de "inadequação", embora feita a CPI da Câmara Municipal da cidade, nem o Ministério Público jamais encontrou fatos que levaram a uma condenação de seu ex-auxiliar. "As informações que ele deu não se transformaram em crime", recorda Palocci. Ou seja, a Prefeitura não executou os projetos que Buratti antecipara a empresários que, portanto, não puderam se beneficiar de informação privilegiada.

A partir daquele momento, não teve relação de amizade nem relacionamento profissional com

ele", diz o ministro. Acrescenta: "Mas não quer dizer que tenha rompido com ele, que tem amigos em Ribeirão Preto e relacionamento contínuo que trabalha ou trabalhou comigo".

O ministro observou que a Folha fez "uma matéria muito correta" sobre o episódio.

Ao pecado antigo, Buratti somou uma nova suspeita bem mais recente. Segundo depoimentos de diretores da GTECH do Brasil, Waldomiro Diniz, ex-assessor da Presidência, solicitou que a empresa contratasse Buratti em troca de ajuda na prorrogação de um contrato com a Caixa Econômica Federal para gerenciar loterias.

Para essa nova "inadequação", Palocci diz que sua resposta foi chamar Jorge Mattoso, presidente da Caixa, indicado pelo próprio Palocci. "Fizemos uma conversa muito franca e ele me assegurou que não houve qualquer irregularidade", diz o ministro.

Palocci fez questão de pedir que os jornalistas registrassem um elogio à empresa Leão Leão, da qual Buratti é vice-presidente. A firma foi a principal financiadora da campanha do candidato para a Prefeitura ribeirãopreteense de 2000. Contribuiu com R\$ 150 mil dos R\$ 776 mil arrecadados.

"Toda a relação que tive com essa empresa e a relação que teve com prefeitos de outros partidos

me dão a certeza de que não há qualquer questionamento a fazer a ela. Ao contrário, é motivo de orgulho para Ribeirão", afirmou.

Palocci antecipou uma e outra vez, a perguntas sobre a mudança de posição do PT, que apoiava, quando oposição, qualquer CPI proposta e, agora, barra a do caso Waldomiro Diniz. "O Congresso vai decidir em cada caso. Não cabe ao governo interferir", disse.

Depois, entrou com o discurso da governabilidade: "O fundamental é ter certeza de que o PMDB é capaz de apurar problemas que surjam na política pública ou privada e ao mesmo tempo os fazerem encontrar sua solução. É o que está acontecendo", acha o ministro.

Waldomiro foi demitido após a divulgação de detalhes de 2002 em que ele teria usado, em um empreendimento, informações privilegiadas para beneficiar a própria empresa.

Os temas, Waldomiro Diniz e Rogério Buratti surgiram muito marginalmente nas perguntas que investidores britânicos fizeram ontem à tarde ao ministro na sede do Banco de Inglaterra, o Banco Central britânico.

A exposição foi fechada à mídia, pelo menos à brasileira, mas a Folha ouviu de três participantes que houve uma pergunta respeito que o ministro driblou, preferindo jogar o foco para as críticas à política econômica, estas sim motivo de maior inquietação.

(CLÓVIS ROSSI)



Do líder do PFL na Câmara, José Carlos Aleluia (BA), sobre as críticas de partidos da base aliada ao governo Lula:

—Quando o técnico não dá instruções aos jogadores, golci-

ro tenta fazer gol, lateral-direito cai pela esquerda e atacante joga na zaga. O governo federal não tem comando. Lula não sabe para onde levar o país.

O SR. PRESIDENTE (João Ribeiro) – Com a palavra a Senadora Lúcia Vânia.

V. Ex^a dispõe de até vinte minutos para o seu pronunciamento.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ontem, da tribuna, eu alertava o Governo para a gravidade do problema social no nosso País em função das altas taxas de juros, dos altos tributos cobrados às empresas e do alto nível de desemprego, e ressaltava a importância dos programas de transferência de renda numa época de retração da economia. Acredito que as evidências demonstradas aqui foram confirmadas nas ruas na semana passada pelo número de desempregados que mostra à Nação a sua angústia, o seu desespero. Hoje, a imprensa nacional, mais precisamente a **Folha de S.Paulo**, traz a voz abalizada da CNBB:

Dom Geraldo vê ‘triste espetáculo’

CNBB cobra ‘mudança radical’ na economia

Em sua mais contundente crítica ao governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) cobrou ontem do governo uma “mudança radical” na política econômica.

“A fome e a miséria sempre existiram no Brasil. Porém nunca foram tão visíveis como agora. Antigamente, a gente via pelas ruas a pobreza. Hoje, o que enxergamos é a miséria”, disse o presidente da entidade, dom Geraldo Majella Agnelo.

Segundo o cardeal primaz do Brasil, os pobres “não podem mais apertar os cintos”. “A política econômica precisa atender, prioritariamente, os problemas sociais do Brasil, que são muito grandes”, afirmou.

Este é o quadro que todos aqueles que têm responsabilidade no País têm mostrado insistentemente ao Governo.

Há poucos minutos, discursava aqui o Líder do meu Partido, com contundência, sobre vários aspectos. Primeiro, aquele ponto que é fundamental na vida política brasileira, que é a preservação da ética, a preservação do papel da Oposição nesta Casa, que é fiscalizar de forma efetiva os atos do Poder Executivo. Essa tarefa o PSDB tem feito com muita persistência e determinação, com dureza às vezes, é verdade, mas, acima de tudo, procurando não se omitir no seu

papel de fiscalizador. Esse papel tem sido exercido com muita veemência e com muita propriedade pelo Líder do nosso Partido, o Senador Arthur Virgílio.

Ao mesmo tempo em que fazemos oposição veemente, cobrando aquilo que é nosso dever cobrar, uma resposta ética aos problemas enfrentados pelo Governo nestes últimos dias em relação ao caso Waldomiro, fazemos também ponderações a respeito da política econômica, como, na semana passada, fez o Senador Tasso Jereissati. Hoje dirigindo a Comissão de Assuntos Sociais, temos, constantemente, subido a esta tribuna para alertar o Governo sobre a importância de dar prosseguimento aos programas sociais do Governo anterior, que foram formulados dentro de uma visão moderna, descentralizada, e que hoje parecem estar inteiramente desconsiderados por esse Governo.

Mas, Sr. Presidente, o que me traz a esta tribuna é outro problema muito sério que começa a criar raízes e deverá trazer consequências graves para o nosso País. Hoje, assomo a esta tribuna para fazer um alerta sobre as consequências da onda de greves que se espalha por todo o País.

Interromper as atividades para reivindicar melhores salários e condições de trabalho é um instrumento de pressão legítimo, garantido pela Constituição. Passados dezesseis anos da promulgação da Lei Maior do País, da nossa Constituição, esse direito ainda não foi regulamentado.

No caso da greve nacional dos fiscais agropecuários, o risco de comprometer a cadeia produtiva da carne e do frango faz soar o alerta.

Não me coloco aqui contra o movimento. Pelo contrário, a greve é um legítimo direito dos trabalhadores, que estão com seus salários defasados e sem equiparação com as demais categorias.

Aliás, o movimento conseguiu despertar a atenção do País para a disparidade salarial entre os outros fiscais federais e os fiscais agropecuários, cuja atividade é essencial para a tranquilidade dos consumidores e para o equilíbrio de nossa balança comercial.

É bom que se diga aqui que desde 2001 eles reivindicam essa equiparação salarial, o que, na avaliação do Ministério da Agricultura, representaria um reajuste da ordem de 30% de seus salários, com impacto, já estudado, de cerca de R\$250 milhões na folha de pagamento. Enquanto a decisão é avaliada pelo Ministério do Planejamento, o movimento prossegue.

É preciso lembrar aqui que o Governo propôs, no início desta legislatura, a criação de uma quantidade enorme de cargos comissionados, cerca de três

mil, enquanto vemos os salários dessas categorias que são essenciais à vida e ao desenvolvimento do nosso País serem relegados a segundo plano.

Nos quatro dias de paralisação, os frigoríficos goianos já reduziram à metade o abate de animais, com conseqüências para a nossa exportação. O frigorífico Goiás Carne, por exemplo, exporta quase três mil toneladas por mês e ameaça – dizem os jornais locais – interromper o abate de animais na segunda-feira, porque não tem espaço para armazenamento. As câmaras frias e até as carretas frigoríficas estão lotadas, dependendo da certificação para exportação.

Na mesma situação está a Perdígão da cidade de Rio Verde, que exporta mil suínos por dia para o mercado russo. Os fiscais que atestam a qualidade do produto e o cumprimento das normas internacionais desempenham uma tarefa de alta responsabilidade. Mas, se eles não voltarem ao trabalho a tempo de expedir os certificados de exportação, os embarques estarão comprometidos e mais uma crise de ver-se-á instaurar neste País.

No caso das granjas, a suspensão do abate impede que as incubadoras recebam novas remessas de aves.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero aqui me associar aos Parlamentares da Comissão de Agricultura e Política Rural da Câmara dos Deputados, que já pediram aos fiscais que reavaliassem a situação. Eles, sensatamente, optaram por uma operação padrão, enquanto as lideranças do movimento negociam com o Governo.

Espero que os Ministros do Trabalho, do Planejamento e da Agricultura assumam a interlocução com os grevistas. Aliás, essa interlocução no passado era feita de forma intensa; hoje, qualquer segmento que queira conseguir um interlocutor no Governo tem a maior dificuldade, mesmo que as pessoas que procurem essa interlocução executem tarefas essenciais ao desenvolvimento do nosso País.

É preciso evitar que o eventual prolongamento dessa paralisação impeça o Brasil de cumprir contratos de embarque de carnes para o exterior e perca mercados que foram duramente conquistados, como os da França e dos Estados Unidos.

Não podemos perder a credibilidade dos compradores, dada a importância das exportações de carnes, inclusive do meu Estado, Goiás, para a economia nacional.

Quanto à situação das greves, creio que já passamos da hora de regulamentar esse direito. É nosso

dever, como Parlamentares, ver definida essa questão.

Portanto, quero encerrar as minhas palavras fazendo aqui, mais uma vez, um apelo ao Governo para que se sensibilize para essa questão, que é de fundamental importância para o nosso País, para o desenvolvimento da nossa economia e para a geração de empregos, e é fundamental para a região Centro-Oeste, que, sem dúvida nenhuma, colaborou muito para a balança comercial e que pôde trazer resultados expressivos a nossa economia rural.

Portanto, deixo aqui este apelo e, mais uma vez, venho alertar o Governo para esse problema da nossa economia e também para as preocupações hoje externadas pela CNBB, uma voz ativa e respeitada na área social, que precisa ser ouvida. O que foi dito hoje pela CNBB é importantíssimo para que o Governo entenda que tem caminhado na direção contrária daquilo que tem ouvido nas ruas, embora seus discursos sejam sempre comprometidos com aquela esperança e com aquela fé que ele tentou transmitir ao povo brasileiro durante a campanha.

Costumo dizer, aqui, nesta tribuna, que o estoque de esperança do povo brasileiro está esgotado. Não há mais como esperar a retomada do crescimento para atender a população mais carente deste País, que já sai às ruas clamando por novas medidas e por novos momentos.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Pois não. Ouço o aparte de V. Ex^a, Senador Leonel Pavan.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Nobre Senadora Lúcia Vânia, ainda há algum tempo, cerca de sete minutos, para V. Ex^a concluir o seu pronunciamento. Quero apenas aproveitar este momento para deixar registrado nesta Casa e para todo o povo de Goiás o trabalho de V. Ex^a em defesa do seu Estado, em defesa dos mais humildes, dos mais necessitados, em defesa, justamente, das nossas crianças. V. Ex^a já prestou um grande serviço ao exercer um cargo no Governo Federal e, hoje, como Senadora, tem sido destaque, tem sido uma voz brilhante que desponta dentro do nosso Partido, o PSDB. Sou novato no Senado Federal, inicio o segundo ano do meu primeiro mandato. Tenho levado a Santa Catarina a sua experiência, o seu trabalho e a sua luta, o que faz com que eu me inspire em suas palavras. Quero deixar registrado o carinho que Santa Catarina tem por V. Ex^a, que certamente não é diferente do sentimento do povo de Goiás por sua Senadora. V. Ex^a enriquece a nossa Casa, o nosso trabalho. Por isso, quero ape-

nas registrar a nossa admiração por tudo o que V. Ex^a está fazendo pelo seu Estado e pelo nosso Brasil. Espero que o Governo Federal, os Ministros e as pessoas ligadas à área social se espelhem um pouco em tudo o que V. Ex^a fez e ainda está fazendo. Nós, da Oposição, não estamos aqui para trabalhar contra o Governo, não somos a Oposição do “quanto pior, melhor”, estamos aqui para ajudar. Se todos disserem “sim” ao Governo, se todos forem à tribuna para dizer que tudo vai bem, não será necessário o Parlamento, cuja função é fiscalizar, denunciar, conferir, orientar. O Parlamento é o elo entre o povo e o Governo Federal. Somos representantes legítimos do povo, fomos escolhido para representar o povo em Brasília. Muitas vezes, não somos entendidos. O Governo pensa que fazemos oposição por oposição, que gritamos e denunciamos apenas para marcar presença. Ao contrário, estamos aqui cumprindo o nosso papel, fazendo a nossa parte, como membros da comunidade, como um elo com a sociedade sofrida. As reclamações do Brasil, as greves, as altas taxas de juros, a agricultura em decadência, talvez tudo isso seja mentira. De repente, o Governo está certo, e o povo está errado. Quase cinco mil Prefeitos e Vereadores estiveram aqui esta semana, todos reclamando da falta de atenção do Governo Federal, da falta de recursos para os Municípios que sofrem com as estiagens e com as enchentes, da falta de recursos para investir na educação, na área social, nos projetos referentes à criança. Todos reclamaram da falta de solidariedade do Governo com os Municípios. Não sei, vejo de forma diferente. Vejo o povo e as empresas reclamando dos aumentos dos tributos. Vejo que aumenta o desemprego no País. Temos que denunciar, falar. Temos que alertar o Governo. Espero que o Governo Federal se espelhe um pouco em tudo o que o PSDB já fez no passado, principalmente por meio de V. Ex^a, que hoje é uma das grandes lideranças do nosso Partido. Certamente, V. Ex^a está dizendo tudo isso aqui para ajudar o Governo. Meus cumprimentos por seu brilhante pronunciamento e pelo trabalho que executa no Senado Federal!

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Agradeço a sua intervenção, Senador Leonel Pavan. Tenho alegria por estar aqui, hoje, fazendo meu papel. E tenho certeza de que V. Ex^a, da mesma forma, tem cumprido com eficiência seu trabalho neste Parlamento. V. Ex^a tem defendido o Estado de Santa Catarina com veemência e trazido para esta Casa a sua experiência prática de prefeito eficiente no seu Estado. Tem demonstrado, com determinação e persistência, o seu trabalho, para que o Governo se possa

espelhar nessas experiências executadas com êxito em Municípios de todo o País e encontrar o caminho para a área social.

Portanto, acrescento suas palavras ao meu discurso e digo da minha satisfação em tê-lo como colega nesta Casa, especialmente dentro do meu Partido, o PSDB.

Por fim, Sr. Presidente, agradeço a tolerância de V. Ex^a. Mais uma vez, cumpro o meu papel de alertar o Governo para os problemas da área social e para as várias greves já existentes no País neste momento.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (João Ribeiro) – Concedo a palavra ao Senador Antero Paes de Barros. S. Ex^a dispõe de até 20 minutos.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ontem recebi correspondência do Ministério do Esporte, datada de 18 de março e assinada pela assessora especial do Ministro, a jornalista Virgínia Mesquita, e julgo ser do meu dever trazê-la ao conhecimento dos Srs. Senadores.

Na última segunda-feira, em discurso nesta tribuna, comentei reportagem do jornal **O Globo** sobre a semelhança entre o anteprojeto do Ministério do Esporte para a regularização dos bingos e a proposta sobre o mesmo assunto elaborada pela Associação Brasileira de Bingos (Abrabin) e enviada a autoridades, parlamentares e entidades de classe.

Na nota de ontem, o Ministério do Esporte contesta, com veemência, essa suposta convergência de opiniões entre os dois anteprojetos. O Ministério remeteu cópia de nota de esclarecimento que divulgou no mesmo dia 15 de março, desmentindo a informação do jornal **O Globo**. O Ministério do Esporte informa que, em 17 de junho – e é importante prestar atenção nas datas –, enviou ao Gabinete Civil da Presidência da República um estudo sobre a legalização dos bingos, para subsidiar o grupo de trabalho interministerial que trata da matéria.

Segundo o Ministério do Esporte, em 29 de novembro de 2003, a Abrabin encaminhou a setores do Governo, do Congresso e do Judiciário um conjunto de documentos em defesa da legalização dos bingos, com pareceres de juristas, um estudo da empresa Trevisan & Associados e um anteprojeto da própria Abrabin.

Diz textualmente a nota do Ministério:

Nos anexos de seu documento, a Trevisan incorpora um outro anteprojeto de lei que diz ter recebido das empresas que a contrataram e que era, em verdade, o documento original do Ministério do Esporte, alterado no itens que interessavam à Abrabin.

A matéria de **O Globo**, entretanto, informa equivocadamente que esta seria a proposta original da Abrabin e, o que é pior, que “o Ministério teria copiado 70% do seu conteúdo”.

Diante dessas explicações, agora está absolutamente claro: não foi o Ministério que copiou o projeto da Associação Brasileira de Bingos; foi a Abrabin que copiou a proposta do Ministério do Esporte.

Cabem aqui algumas indagações, Sr. Presidente. O Ministério do Esporte informa na sua nota que, em 17 de junho, encaminhou um estudo sobre a legalização dos bingos ao Gabinete Civil da Presidência da República. É preciso indagar: o Ministério do Esporte enviou também à Abrabin a cópia do anteprojeto que encaminhou à Casa Civil em junho de 2003? Se mandou, por que o fez? Se não mandou – se mandou somente para a Casa Civil, como afirma em nota oficial –, como a cópia do documento do Ministério foi parar na Abrabin?

Teria sido alguém da Casa Civil, da Presidência da República, que, recebendo proposta do Ministério do Esporte, mandou para a Abrabin? Teria sido Waldomiro Diniz, funcionário tido como exemplar pelo Ministro da Casa Civil José Dirceu? Se houve vazamento da proposta do Ministério, esse é um fato muito grave que precisa ser devidamente apurado.

Final, se o Presidente Lula considera a atividade do jogo tão nociva à sociedade quanto a prostituição infantil – e o é, segundo a minha avaliação –, é fundamental que se apure essa relação promíscua entre integrantes do seu Governo e a entidade que representa as casas de bingo.

Uma coisa está absolutamente provada: que há um casal dançando, há; que o Ministério do Esporte tem uma proposta semelhante à da Abrabin, isso é absolutamente correto. Ainda bem que é “o” Ministério e “a” Abrabin, artigo masculino e artigo feminino. É preciso saber quem tirou quem para dançar, ou se foi a Casa Civil que fez o casal se unir, jantar, dançar juntos e apresentar um projeto 70% semelhante. Eu diria que isso é mais que dançar, Sr. Presidente, é namorar com o perigo.

A sociedade brasileira e o Senado da República continuam aguardando esses esclarecimentos. Por tudo isso, na minha avaliação, o caso continua a me-

recer a CPI dos Bingos e do Waldomiro. As nossas esperanças estão depositadas no Supremo. Essa nota do Ministério do Esporte mostra que há uma imensa necessidade de se instalar a CPI, senão essas perguntas nunca serão respondidas.

Registro também a matéria publicada no jornal **Folha de SPaulo**: “Buratti também trabalhou com Dirceu”. Segundo a matéria, os diretores da GTech informam que a Diretoria da Caixa Econômica Federal pediu aos diretores da GTech que procurasse o Buratti. Essa teria sido uma orientação do Waldomiro Diniz. O Waldomiro Diniz, que era o principal assessor do até então principal Ministro da República, diz que não conhece o Buratti, ele conhecia o José Dirceu. O Buratti diz que não conhece o Waldomiro Diniz, e agora o Buratti foi assessor do Ministro José Dirceu, foi assessor do Presidente da Câmara dos Deputados, João Paulo Cunha. Isso precisa ser esclarecido. Não há nenhuma acusação, mas essas situações precisam ser devidamente esclarecidas.

O jornal **Folha de SPaulo** informa que, ontem, houve uma grande movimentação para impedir que a imprensa tivesse acesso à ficha funcional do Sr. Buratti e, apesar dos contatos feitos com a assessoria da Casa Civil, nenhuma resposta foi dada sobre a matéria. A **Folha** assegura, jornalisticamente, que não apenas o Sr. Waldomiro, mas também o Sr. Buratti foi assessor do Ministro José Dirceu.

Sr. Presidente, ao encerrar meu pronunciamento, peço novamente a este Senado que nos debruce-mos sobre esses fatos imensamente relevantes. O Presidente Lula está absolutamente correto em fazer uma revisão no seu comportamento, porque Sua Excelência – e isto está muito claro – passou a considerar a atividade de bingo tão pernicioso à sociedade quanto a prostituição infantil muito recentemente, uma vez que, pouco antes de estourar o escândalo Waldomiro Diniz, constava na mensagem presidencial encaminhada a esta Casa a necessidade de se regularizar a atividade dos bingos, citando que tal regularização organizaria o setor e asseguraria recursos para o esporte social. Surgiria uma nova loteria, a Timemania, que, se não fosse a imprensa brasileira, teria provavelmente como capitão o Sr. Waldomiro Diniz.

É evidente que isso precisa ser devidamente apurado pelo Senado da República.

Faço esse registro e espero novos esclarecimentos da assessora do Ministério do Esporte. Mandou só para a Casa Civil ou mandou também para a Abrabin? Foi o Ministério que mandou para a Abrabin ou foi a Casa Civil que mandou para a Abrabin? Que

há uma perfeita sintonia entre essas instituições – uma de jogos e outra instituição séria da República – está exaustivamente demonstrado.

Era o que eu tinha a dizer, Sr^a Presidente.

Durante o discurso do Sr. Antero Paes de Barros, o Sr. João Ribeiro, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Lúcia Vânia.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao Senador João Ribeiro.

S. Ex^a dispõe de vinte minutos.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL –TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Senadora Lúcia Vânia, Sr^{es} e Srs. Senadores, no dia de hoje, desejo chamar a atenção deste Plenário para o problema da continuada redução da piscosidade dos principais rios brasileiros.

Rios como o Araguaia, que tem capital importância para a manutenção da sustentabilidade de parte da Região Amazônica, começam, infelizmente, a ter uma tragédia ecológica anunciada.

Não tem bastado a legislação proibir a pesca de alguns espécimes, como o lendário pirarucu, o nosso piroscá, nem mesmo a fiscalização dos órgãos de proteção do meio ambiente, para barrar a ação criminosa e irresponsável daqueles que continuam promovendo a pesca destrutiva nas principais bacias fluviais de nosso País, nada e a ninguém respeitando.

É preciso que o Poder Público tome medidas energéticas para salvaguardar o interesse nacional na vida dos nossos rios, como o Araguaia, principal rio que banha o meu Estado, para que não tenha o mesmo destino do gigante rio São Francisco, que hoje agoniza por conta talvez do mesmo tipo de des-caso.

Quem conheceu a fartura de peixes no rio Araguaia, como eu, até a década de 70, sabe do que estou falando.

De lá para cá, o que se vê na região é que se acentuam as dificuldades dos pescadores e pescadoras artesanais, que observam, impotentes, a diminuição acelerada do volume de peixes capturados no dia-a-dia.

Sei que as autoridades federais não estão totalmente insensíveis a esses problemas que se generalizam por todas as regiões brasileiras. Faço esta afirmação, porque tenho acompanhado pessoalmente, com redobrado interesse, as ações dos órgãos de Governo responsáveis pelos diferentes aspectos que envolvem a questão.

Devo, por isso, reconhecer que o problema tem sido observado por diferentes ângulos pelo atual Governo. E podemos, sem muito esforço, verificar que se tem ido muito além da simples preocupação e discussão sobre o assunto. O Ibama, por exemplo, tem feito sua parte no que tange a produzir no tempo certo a norma necessária ao defeso, que na época certa do ano se torna necessária.

Outro exemplo que pode ser citado é do trabalho da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, que promoveu uma conferência de repercussão nacional no que se refere à consolidação das políticas necessárias ao desenvolvimento do setor. Dentre elas, posso destacar a definição de créditos subsidiados para a remodelação da frota pesqueira nacional, ou a manutenção do subsídio ao chamado diesel marítimo e a tão desejada sanção da lei que, recentemente, foi aprovada aqui, nesta Casa, que trata da “concessão do benefício seguro-desemprego”, – repito: do benefício seguro-desemprego – “durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal”. Aliás, uma grande vitória da categoria, à qual me associo, porque na minha atividade parlamentar, desta tribuna, sempre defendi como uma justa reivindicação dos pescadores o seguro-desemprego durante o período de defeso.

Todos sabemos que os ambientes aquáticos nacionais abrigam grande diversidade de seres, mas o que poucos talvez poucos saibam é que os peixes somam uma impensável população de mais de 9.900 espécies e que na região de meu Estado, o Tocantins, encontramos cerca de 300 delas.

As redes hidrográficas fluviais brasileiras apresentam um grau de diversidade de grande riqueza e elevada complexidade, e formam, assim, bacias incomparáveis em todo o mundo. O conjunto de ecossistemas que comportam está sob grave ameaça. Não faço essa afirmação de modo próprio, pois não sou especialista no assunto. No final do ano passado, o Ministério do Meio Ambiente mostrou estudos de responsáveis técnicos de universidades brasileiras, que apontam a necessidade de recuperação de vários rios, assim como a realização de um inventário biológico que permita a criação de unidades de conservação e manejo, conscientes sobre a complexidade ecológica de que devem tratar.

A ameaça, portanto, não paira somente sobre o pirarucu – que há pouco citei – na Região Amazônica, cuja extinção vem sendo combatida com a alta tecnologia, apoiada na engenharia genética, que tenta sua reprodução artificial em laboratório – técnica que re-

quer muito critério na aplicação das soluções encontradas, para não gerar outros problemas ecológicos.

Acredito, Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que as soluções devem ser pensadas por um grupo interdisciplinar, que possa encontrar respostas mais imediatas e soluções perenes para essa questão.

Consta do estudo do Professor Sidney Lázaro Martins*, mestre em Engenharia Hidráulica, Sanitária e Meio Ambiente pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, que “a opção por estações de piscicultura foram priorizadas para minimizar os efeitos das barragens e reservatórios, mas que, ao longo de quase um século de iniciativas, não apresentaram respostas significativas ao repovoamento de peixes e ao ecossistema, como é conhecido nos meios internacionais e até nacionais”.

No mesmo documento consta que, enquanto uma estação de piscicultura consegue produzir quatro milhões de alevinos/ano, um único casal de peixes migradores pode desovar um milhão de ovos. Onde se conclui que “por uma escala de peixes podem passar milhares de peixes habilitados a reproduzir, aumentando em progressão geométrica a possibilidade de perpetuação de espécies”. Essa seria uma alternativa para resolver o problema causado pela implantação de centenas de pequenas barragens, como ocorreu nos rios da região leste, que não é observada na implantação de barragens nas outras regiões.

Cabe, então, algumas perguntas:

Por que, então, não se reúnem todos os saberes para apontar e implementar as soluções que os rios brasileiros reclamam?

Por que não fazer a coalizão dos órgãos públicos envolvidos com a questão da pesca e do meio ambiente e implementar ações conjuntas que viabilizem soluções de curtíssimo e médio prazo?

Por que não decretar a proibição – e nesse ponto chamo a atenção, Sr^a Presidente – por cinco anos da pesca comercial, mesmo a artesanal, nas principais bacias afetadas pela baixa piscosidade e estender o defeso por um prazo que dê mais tempo para o desenvolvimento dos espécimes em perigo de extinção? Ou seja, precisamos suspender a pesca, proibir a pesca profissional por um período de cinco anos para que os rios possam se repovoar.

Por que não dar ao pescador profissional-artesanal, juntamente com o seguro-desemprego, enquanto durar o tempo de defeso especial, alternativas de requalificação profissional para a área do ecoturismo, por exemplo, onde poderá atuar, na condição de guia, para a pesca esportiva? Isso vem ocorrendo no

Estado do Mato Grosso, que visitei. Achei fantástico o sistema ali adotado.

Por que não se exigir que os projetos de barragem, contenção, desvios e reservatórios, já construídos ou a serem implantados, passem a contemplar soluções como o “sistema de transposição de peixes”, popularmente conhecidas como “escada de peixes”, citada há pouco?

Por que não fazer um trabalho conjunto entre os governos municipais, estaduais e federal, numa grande cruzada em defesa dos rios brasileiros, dando-lhes condições de superar o problema atual e não deixar que se transformem em casos semelhantes a de muitos rios paulistas que perderam quase que totalmente sua piscosidade?

Deixo aqui, Sr^a Presidente, essas questões, na expectativa de que os órgãos governamentais ouçam a voz deste Parlamento, que exige uma solução para os graves problemas ecológicos que afligem as bacias fluviais brasileiras.

E principalmente, para encerrar, para não ser inclusive mal interpretado neste meu pronunciamento, já que hoje é o dia em que foi dado reinício à pesca no Estado do Tocantins. Acabou o período de defeso. Por sinal, hoje foi dada a largada, em Palmas, da pesca em nosso lago maravilhoso, fantástico, que foi construído por causa da barragem Luiz Eduardo Magalhães. Cada pescador pode pescar e carregar até 5 quilos de peixes.

Isso é muito importante para nós, já que o Tocantins é um Estado que precisa muito de apoio, no sentido de implementar o turismo na região, sobretudo o turismo ecológico, que é aquele que mais cresce no mundo inteiro, como sabe V. Ex^a, Senadora Lúcia Vânia.

A minha preocupação é que se proíba a pesca profissional no rio Araguaia, no rio Tocantins e nos principais rios brasileiros, por um período de cinco anos. É preciso dar ao pescador artesanal, ao pescador profissional algumas condições. Ele precisa, por exemplo, de um salário para que possa sustentar sua família. Ele precisa receber treinamento, capacitação, para que possa se transformar num guia turístico e melhorar cada vez mais o turismo ecológico nos Estados do Tocantins, de Goiás, de Mato Grosso, do Pará, da Amazônia sobretudo.

Aqui fica o meu registro, na esperança de que o nosso Ministro da Pesca possa ouvi-lo. Vou encaminhar uma cópia a S. Ex^a e, também, vou pedir uma audiência para tratar desse assunto. Acho que essa seria uma grande solução para incrementarmos o turismo da pesca, o turismo ecológico nessas regiões e

no meu querido Estado do Tocantins, aumentando suas fronteiras.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Os Srs. Senadores Valmir Amaral, Romero Jucá e Arthur Virgílio enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. VALMIR AMARAL (PMDB – DF. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, transcorre em 19 de março o Dia do Funcionário Público Municipal. Essa categoria profissional, que dá vida, em todo o território nacional, à ação das administrações municipais, merece a homenagem desta Casa. São mais de 5.550 Municípios no Brasil, desde os pouco populosos até aqueles que compõem nossas grandes metrópoles.

O servidor público municipal tem um importante papel, tanto maior por terem se sobrecarregado os Municípios, na última década e meia, com mais e mais funções e responsabilidades. Efetivamente, a Constituição de 1988 fortaleceu as atribuições dos Municípios. Além disso, na realidade concreta, com a intensificação da dinâmica democrática brasileira, os Municípios, pressionados pelas carências e demandas da população, foram assumindo, no correr dos anos, cada vez mais encargos e programas.

Hoje, os Municípios vêm-se compelidos a atuar na educação, na saúde, no transporte coletivo, em programas assistenciais os mais diversos, em habitação popular e no investimento em infra-estrutura, entre outros. Acionando toda essa múltipla atividade estão os valorosos servidores municipais.

Ora, essa dinâmica democrática virtuosa, essa mobilização dos Municípios em favor de seus habitantes é altamente meritória. Os problemas do País, em grande parte, devem e podem ser detectados e solucionados no nível local, na base da sociedade e da estrutura de nossas instituições. Participando disso, e viabilizando os esforços e realizações da administração municipal, está o funcionário público, merecedor, pois, dos preitos que lhe são prestados em seu Dia.

A qualidade de vida das populações locais depende muito do bom desempenho e da dedicação do servidor público municipal. O Senado Federal tem seu papel e sua participação no aprimoramento profissional desse funcionalismo, por meio dos cursos de aperfeiçoamento disponibilizados pelo sistema informatizado do Senado denominado Interlegis, que é a Comunidade Virtual do Poder Legislativo.

Sr. Presidente, o fortalecimento recente do poder municipal é fenômeno benéfico na história de nossas instituições políticas. Por outro lado, cabe lembrar que as Câmaras Municipais estão presentes desde o início da colonização portuguesa, no século 16. As Câmaras, naquela época, eram colegiados governantes que somavam as funções legislativas e executivas, e tinham seus contingentes de pessoal executor, antecessores dos atuais servidores públicos municipais.

É nobre a função desses servidores públicos, em sua atuação a favor da qualidade de vida da população e do bom desempenho das prefeituras. Eles merecem nossa homenagem.

Parabéns a todos os Servidores Públicos Municipais do Brasil.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nas últimas quatro décadas, os direitos humanos e seus correlatos adquiriram tal proeminência no mundo ocidental que o falecido filósofo italiano Norberto Bobbio, reconhecido como um dos mais refinados cientistas sociais do século passado, cognominou a nossa como a *era dos direitos*, dedicando-lhe, inclusive, uma obra que se tornou referencial, sob esse mesmo título.

A idéia de que o estrito respeito aos direitos fundamentais do ser humano é essencial, tornando-se ponto inaugural da vida civilizada não é nova; novo é o patamar que atingimos, em termos globais, nos últimos anos, embora tenhamos ainda um longo e difícil caminho a percorrer. Na modernidade, a convicção em torno da essencialidade desse tipo de direito, base que vai viabilizar a consagração da democracia, começa a firmar-se a partir da Revolução Francesa, no século 18, e a observância a esse conjunto preliminar de direitos configura um dos três pilares – junto com o mercado e o desenvolvimento tecnocientífico – dessa fase do processo civilizador.

Porquanto em nosso País suportemos, ainda, lamentavelmente, inúmeras e freqüentes agressões aos direitos humanos – e basta lembrar o triste episódio de trabalhadores submetidos a condições de absoluta privação da liberdade, como é o caso recente de carvoeiros libertados no sábado 13, no interior do Maranhão¹ – alguns avanços consistentes podem ser claramente constatados.

1 Conforme nota do jornal **Folha de S.Paulo**, do dia 16-3-2004, caderno Brasil.

E dentre as instituições decisivas para a superação de um quadro que ainda nos envergonha a todos os brasileiros, está a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, órgão do Ministério Público Federal, que há mais de dez anos zela pelo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados pela Constituição Federal.

Como sabemos, o Ministério Público Federal age por iniciativa própria ou por provocação externa, sendo parte legítima para provocá-lo qualquer pessoa, autoridade ou organização não-governamental. Como órgãos de atuação na defesa do cidadão, concentrados no MPF, estão os escritórios do Procurador Federal dos Direitos do Cidadão, o Procurador Regional dos Direitos do Cidadão, com representação em cada uma das unidades da Federação, e o Procurador dos Direitos do Cidadão.

Nos últimos anos, a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão vem concentrando seu trabalho em alguns setores mais específicos, dentre os quais se destacam educação e discriminação, os efeitos da corrupção sobre a cidadania, o direito humano à alimentação como política pública, o sistema prisional e a segurança pública. Além desses temas, merecem a atenção dos procuradores questões relativas ao trabalho escravo e à tortura, duas das mais odiosas violações aos direitos fundamentais da pessoa humana.

Um aspecto decisivo na atuação da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão é a sua elevada capacidade de articulação institucional, passando por órgãos federais, estaduais e municipais, bem como multilaterais, como é o caso da Unesco. Essa incrível habilidade em desenvolver parcerias e projetos conjuntos e em comunicar-se com a sociedade e seus representantes garante uma atuação com formidável capilaridade. Essa capilaridade, por sua vez, confere um pouco de alento ao cidadão na sempre desigual luta frente à arrogância, à prepotência e ao arbítrio, nos distintos âmbitos relacionais, especialmente quando se trata de populações menos esclarecidas, e não devidamente protegidas pelo ordenamento jurídico brasileiro.

Uma mensagem importante veiculada pelos funcionários do Estado que atuam na Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, no documento *Boletim de Direitos Humanos*, diz respeito à convicção de que “a construção de uma sociedade inclusiva que todos almejamos só poderá ocorrer se os alicerces forem fundados nos princípios da solidariedade e responsabilidade social. Eles é que dão o sentido aos nossos instintos gregários e conseguem ser a base para se fazer uma prevenção estrutural das violações

sistemáticas dos direitos humanos, traduzidas no mundo de hoje por toda a sorte de conflitos com razões étnicas, religiosas, econômicas, políticas e sociais”.

Com profunda lucidez, reconhecem os procuradores que o grande desafio da atualidade é “pôr em prática o lema dos cinquenta anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos: direitos humanos para todos”.

Assim, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero concluir minha intervenção congratulando-me com os dirigentes, procuradores e funcionários da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, pelo relevante trabalho que todos vêm desenvolvendo em favor da cidadania, a partir da ótica do estrito e contínuo respeito aos direitos humanos, ação indispensável para a evolução da democracia em nosso País.

Devo dizer, ainda, Sr. Presidente, que, na condição de cidadão e de Senador da República sempre atento aos direitos humanos, muito me anima e inspira conhecer as atividades da Procuradoria dos Direitos do Cidadão, integrada por profissionais da mais alta qualificação, que honram não apenas as funções que desempenham, mas o próprio serviço público brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) –

O GOVERNO ESTÁ ATOLADO NA CRISE. NA CRISE CRIADA PELO ESCÂNDALO NA CASA CIVIL

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Governo que criou a atual crise, de corrupção praticada na Casa Civil pelo ex-assessor do Ministro José Dirceu, o bicheiro Waldomiro Diniz, é o mesmo Governo, como diz o jornal O Estado de S.Paulo, que agora está atolado na crise.

Para dar seqüência à novela que os disparates do atual Governo vão formando, dia após dia, estou anexando a este pronunciamento o editorial de hoje do **Estadão**, em que o jornal faz uma análise perfeita da situação vivida pelo País.

Também junto a este discurso matéria da Folha de S.Paulo. Trata-se de matéria da jornalista Sílvia Mugnato – **O Escândalo Waldomiro Impede** (Queda Maior da Dívida do BC).

A crise política decorrente do escândalo Waldomiro Diniz, o homem que gerenciava, de uma sala na Casa Civil, negócios de bingo e outros jogos de azar,

causa estragos também na economia diz a jornalista Sílvia Mugnatto.

O artigo aponta um dos estragos: a crise impede uma queda maior da dívida de curto prazo do Banco Central. O jornalista explica que, além da crise mencionada, a possibilidade de o FED (o banco central norte-americano) elevar os juros antes do previsto, também foi fator impeditivo para a redução da dívida do Bacen.

O Banco Central tinha a expectativa de uma queda bem maior do que a alcançada. Entre janeiro e fevereiro, explica a matéria, a dívida caiu de R\$ 76,1 bilhões para R\$ 72,5 bilhões.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O GOVERNO ATOLADO NA CRISE

A oposição defende o governo dos ataques da sua base 'aliada'

Sexta-feira, 19 de março de 2004

NOTAS E INFORMAÇÕES

O Estado de SPaulo – pg A3

Quando começou a ficar claro que a Guerra do Vietnã teria o desfecho que acabou tendo, dizia-se em Washington que o melhor que a Casa Branca poderia fazer era declarar vitória e retirar as tropas. A anedota vem à lembrança porque se tem a nítida impressão de que o Presidente Lula e do Ministro José Dirceu também resolveram “declarar vitória” e dar por encerrada a crise de governo que se desenrola há cinco semanas, desde que se começou a saber quem era e como agia o interlocutor da Casa Civil – portanto, do Executivo – no Congresso Nacional. Mas o Waldogate não se evaporará por decreto, quanto mais não seja porque à medida que o tempo passa novas suspeitas e novos personagens vão adensando o escândalo, como o nebuloso caso da renovação do contrato entre a Caixa Econômica Federal e a multinacional GTech, que pôs em cena, ao lado de Waldomiro Diniz, o advogado Rogério Buratti, de Ribeirão ajutório que poderia chegar a R\$ 20 milhões.

Na festa que o PT lhe ofereceu na terça-feira pelos seus 58 anos – pretexto para o ato de desagravo que o partido fora dissuadido de promover quando a crise ainda estava nos seus primeiros capítulos –, o

ministro José Dirceu disse que não se conformava por ter sido tão “in-com-pe-ten-te” (ele escandiu a palavra) em dar pronto fim ao que chamou “esse problema”. Obviamente, a aparente autocrítica embutia a premissa de que esse era um falso problema, portanto fácil de resolver. Na realidade, por não ser uma coisa, tampouco é outra.

A “declaração de vitória” veio em seguida, quando, para mostrar, contra todas as evidências, que ele e o governo estão inteiros, advertiu a oposição de “namorar com o perigo, tentando desestabilizar o governo”. Em tom de ameaça, afirmou que “gostaria de falar o que não posso falar”, prometendo “colocar os pingos nos is” daí a 15 ou 30 dias – o que conduz a outra pergunta inescapável: como é que um ministro da sua importância confessa que oculta informações de presumível interesse público, para divulgá-las quando bem entender?

Outro sinal de que o governo se imagina capaz de acabar com a crise a golpes de oratória foi dado por Lula, anteontem em Fortaleza. Retomando o hábito das metáforas – por sinal, cada vez menos apropriadas –, endossou nos termos que lhe são característicos a teoria conspiratória de Dirceu sobre os intentos da oposição. Disse que ela torce para ele não ter sucesso, “como o ex-marido que não quer que a mulher seja feliz no outro casamento”. A razão da torcida não seria nem a disputa pelo poder:

“Tem gente que deve pensar: nós vamos deixar um torneiro -mecânico dar certo, enquanto estudamos tanto?” Deixei-se de lado a interpretação psicanalítica das supostas motivações da oposição. O mais grave é o presidente tentar esconder, ou não enxergar, o que é claro como o dia – e que o senador Tasso Jereissati, do PSDB, expôs da tribuna, também anteontem. “Aqueles que apenas buscam fortalecer-se no governo”, apontou, transformaram a crise política numa crise econômica. Saindo numa desinibida defesa da política econômica do governo, o tucano Tasso colocou, ele sim, os pingos nos is. Lembrou que as tentativas de desestabilização da política econômica provêm da própria base aliada e que a crise não está na orientação seguida pelo ministro da Fazenda, Antonio Palocci, mas nas “relações promíscuas de escalões inferiores do governo e do PT com grupos descomprometidos com o interesse público, alguns com raízes até no crime organizado”. E, demonstrando perceber a gravidade da hora, advertiu que “a desestabilização do ministro Palocci acarretaria

o mais absoluto caos neste momento". "É preciso diferenciar a crise político-administrativa, que hoje vive o governo, da condução econômica", constatou outro político opositor, o senador Jorge Bornhausen, presidente do PFL. Eis o retrato surrealista da atualidade política brasileira: enquanto a oposição defende o governo no que este tem sido mais coerente, quase todos os dirigentes da base

governista se movem em sentido contrário, reivindicando uma guinada na economia. Nem é preciso dizer por que: este é um ano eleitoral. A verdade é que o Waldogate fez o governo atolar como um carro numa estrada enlameada e os seus condutores, que enfiaram o veículo no barro, não conseguem tirá-lo. Por falta de com-pe-tên-cia, como diria o ministro José Dirceu.

SÍLVIA MUGNATTO

DASUCURSAL DE BRASÍLIA

A crise política e a possibilidade de o Fed (banco central americano) elevar os juros antes do previsto fizeram com que o governo brasileiro tivesse dificuldade para reduzir a dívida de curto prazo emitida pelo Banco Central em fevereiro. Entre janeiro e fevereiro, a dívida caiu de R\$ 76,1 bilhões para R\$ 72,5 bilhões. O BC, no entanto, esperava queda maior.

Já a dívida com papéis emitidos pelo Tesouro Nacional, cujo prazo de vencimento é maior, subiu 0,78% de janeiro para fevereiro e chegou a R\$ 743,15 bilhões, apesar do resgate de R\$ 1,6 bilhão e da alta de 0,92% do real em relação ao dólar. Esses dois fatores não foram suficientes para compensar a correção de parcela dos títulos pela taxa de juros básica (Selic).

A dívida do BC tem prazo máximo de três meses e é emitida para controlar a Selic. Se o mercado tem muito dinheiro, a taxa de juros, que é o custo do dinheiro, pode cair e ficar abaixo da Selic, prejudicando a política monetária, já que a taxa de juros tem como objetivo conter a alta de preços.

Em janeiro, essa dívida subiu por fatores sazonais, de acordo com o chefe do Departamento de

Mercado Aberto do Banco Central, Sérgio Goldenstein.

Na época, porém, ele explicou que ela seria reduzida em seguida. Mas, por causa da volatilidade do mercado em fevereiro, os investidores acabaram pedindo rendimentos maiores para adquirir certos títulos do Tesouro, o que não foi aceito pelo governo.

"Em cenário de volatilidade, a demanda se reduz. O Tesouro não fez uma colocação [de papéis] grande porque a volatilidade foi expressiva. O principal [motivo] foi a crise política", disse. Havia expectativa de emissão maior em fevereiro porque era um período de poucas negociações.

A possibilidade de aumento dos juros pelo Fed acabou sendo revista ao longo do mês, mas a crise política, devido às denúncias contra Waldomiro Diniz, ex-subchefe de Assuntos Parlamentares da Casa Civil, foi se acentuando.

No mês passado, o perfil da dívida do Tesouro melhorou. A participação da dívida corrigida pelo dólar foi de 19,02%, o menor desde 1999. Em março, essa participação deve cair para 18%.

Já a participação dos títulos prefixados foi a maior desde março de 2001: 13,59%. O governo quer justamente reduzir a dívida cambial e ampliar os prefixados.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 6 minutos.)

ATO DO PRESIDENTE

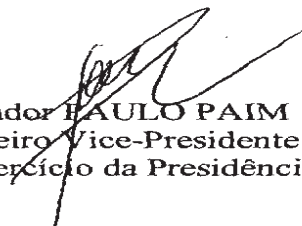
N.º 028 , DE 2004

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 14 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997,

R E S O L V E

Nomear **LUIZ AUGUSTO F NAVARRO DE BRITTO FILHO**, para o cargo de Consultor Legislativo - Nível III, Área de Consultoria e Assessoramento Legislativo, Padrão 41, Área 17 – Pronunciamentos, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em virtude de aprovação em concurso público homologado pelo Ato do Diretor-Geral n.º 588, de 31 de maio de 2002, e publicado no Diário Oficial da União, Seção I, de 6 de junho de 2002.

Senado Federal, em 19 de março de 2004.



Senador **PAULO PAIM**
Primeiro Vice-Presidente
no exercício da Presidência

ATO DO PRESIDENTE

N.º 029 , DE 2004

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 14 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997,

R E S O L V E

Nomear **MARCIO TANCREDI**, para o cargo de Consultor Legislativo - Nível III, Área de Consultoria e Assessoramento Legislativo, Padrão 41, Área 17 – Pronunciamentos, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em virtude de aprovação em concurso público homologado pelo Ato do Diretor-Geral n.º 588, de 31 de maio de 2002, e publicado no Diário Oficial da União, Seção I, de 6 de junho de 2002.

Senado Federal, em 19 de março de 2004.



Senador **PAULO PAIM**
Primeiro Vice-Presidente
no exercício da Presidência

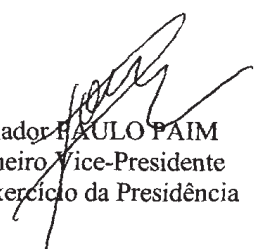
ATO DO PRESIDENTE**N.º 030 , DE 2004**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 14 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997,

R E S O L V E

Nomear **JOSE GILBERTO SCANDIUCCI FILHO**, para o cargo de Consultor Legislativo - Nível III, Área de Consultoria e Assessoramento Legislativo, Padrão 41, Área 12 – Economia – Política Econômica, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em virtude de aprovação em concurso público homologado pelo Ato do Diretor-Geral n.º 588, de 31 de maio de 2002, e publicado no Diário Oficial da União, Seção I, de 6 de junho de 2002.

Senado Federal, em 19 de março de 2004.



Senador **PAULO PAIM**
Primeiro Vice-Presidente
no exercício da Presidência

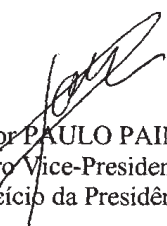
ATO DO PRESIDENTE**N.º 031 , DE 2004**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 14 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997,

R E S O L V E

Nomear **SILVIO SAMARONE SOUZA DA SILVA**, para o cargo de Consultor Legislativo - Nível III, Área de Consultoria e Assessoramento Legislativo, Padrão 41, Área 12 – Economia – Política Econômica, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em virtude de aprovação em concurso público homologado pelo Ato do Diretor-Geral n.º 588, de 31 de maio de 2002, e publicado no Diário Oficial da União, Seção I, de 6 de junho de 2002.

Senado Federal, em 19 de março de 2004.



Senador **PAULO PAIM**
Primeiro Vice-Presidente
no exercício da Presidência

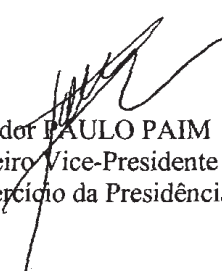
ATO DO PRESIDENTE**N.º 032 , DE 2004**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 14 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997,

R E S O L V E

Nomear **MARCELO ASTOR POOTER**, para o cargo de Consultor Legislativo - Nível III, Área de Consultoria e Assessoramento Legislativo, Padrão 41, Área 1 – Administração Pública, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em virtude de aprovação em concurso público homologado pelo Ato do Diretor-Geral n.º 588, de 31 de maio de 2002, e publicado no Diário Oficial da União, Seção I, de 6 de junho de 2002.

Senado Federal, em 19 de março de 2004.



Senador **PAULO PAIM**
Primeiro Vice-Presidente
no exercício da Presidência

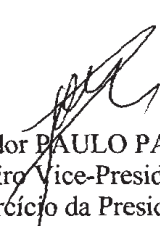
ATO DO PRESIDENTE**N.º 033 , DE 2004**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 14 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997,

R E S O L V E

Nomear **RAFAEL SILVEIRA E SILVA**, para o cargo de Consultor Legislativo - Nível III, Área de Consultoria e Assessoramento Legislativo, Padrão 41, Área 17 – Pronunciamentos, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em virtude de aprovação em concurso público homologado pelo Ato do Diretor-Geral n.º 588, de 31 de maio de 2002, e publicado no Diário Oficial da União, Seção I, de 6 de junho de 2002.

Senado Federal, em 19 de março de 2004.



Senador **PAULO PAIM**
Primeiro Vice-Presidente
no exercício da Presidência


ATO DO PRESIDENTE**N.º 034, DE 2004**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 14 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997,

R E S O L V E

Nomear **LUIZ FERNANDO BANDEIRA DE MELLO FILHO**, para o cargo de Consultor Legislativo - Nível III, Área de Consultoria e Assessoramento Legislativo, Padrão 41, Área 17 – Pronunciamentos, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em virtude de aprovação em concurso público homologado pelo Ato do Diretor-Geral n.º 588, de 31 de maio de 2002, e publicado no Diário Oficial da União, Seção I, de 6 de junho de 2002.

Senado Federal, em 19 de março de 2004.



Senador **PAULO PAIM**
Primeiro Vice-Presidente
no exercício da Presidência


ATO DO PRESIDENTE**N.º 035, DE 2004**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 14 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997,

R E S O L V E

Nomear **MARIA DA CONCEICAO LIMA ALVES**, para o cargo de Consultor Legislativo - Nível III, Área de Consultoria e Assessoramento Legislativo, Padrão 41, Área 17 – Pronunciamentos, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em virtude de aprovação em concurso público homologado pelo Ato do Diretor-Geral n.º 588, de 31 de maio de 2002, e publicado no Diário Oficial da União, Seção I, de 6 de junho de 2002.

Senado Federal, em 19 de março de 2004.



Senador **PAULO PAIM**
Primeiro Vice-Presidente
no exercício da Presidência

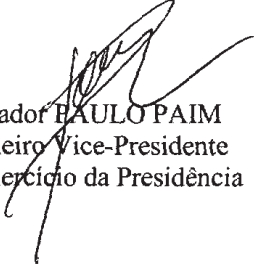
ATO DO PRESIDENTE**N.º 036 , DE 2004**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 14 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997,

R E S O L V E

Nomear **FABIO AUGUSTO SANTANA HAGE**, para o cargo de Consultor Legislativo - Nível III, Área de Consultoria e Assessoramento Legislativo, Padrão 41, Área 17 – Pronunciamentos, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em virtude de aprovação em concurso público homologado pelo Ato do Diretor-Geral n.º 588, de 31 de maio de 2002, e publicado no Diário Oficial da União, Seção I, de 6 de junho de 2002.

Senado Federal, em 19 de março de 2004.



Senador **PAULO PAIM**
Primeiro Vice-Presidente
no exercício da Presidência

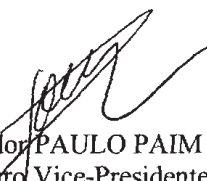
ATO DO PRESIDENTE**N.º 037 , DE 2004**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 14 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997,

R E S O L V E

Nomear **MAURICIO BORATTO VIANA**, para o cargo de Consultor Legislativo - Nível III, Área de Consultoria e Assessoramento Legislativo, Padrão 41, Área 4 – Direito Constitucional, Administrativo, Eleitoral e Partidário, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em virtude de aprovação em concurso público homologado pelo Ato do Diretor-Geral n.º 588, de 31 de maio de 2002, e publicado no Diário Oficial da União, Seção I, de 6 de junho de 2002.

Senado Federal, em 19 de março de 2004.



Senador **PAULO PAIM**
Primeiro Vice-Presidente
no exercício da Presidência

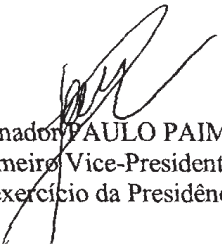
ATO DO PRESIDENTE**N.º 038 , DE 2004**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 14 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997,

RESOLVE

Nomear **JULIO MARCELO DE OLIVEIRA** , para o cargo de Consultor Legislativo - Nível III, Área de Consultoria e Assessoramento Legislativo, Padrão 41, Área 4 – Direito Constitucional, Administrativo, Eleitoral e Partidário, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em virtude de aprovação em concurso público homologado pelo Ato do Diretor-Geral n.º 588, de 31 de maio de 2002, e publicado no Diário Oficial da União, Seção I, de 6 de junho de 2002.

Senado Federal, em 19 de março de 2004.



Senador **PAULO PAIM**
Primeiro Vice-Presidente
no exercício da Presidência

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL**Nº 045 , de 2004**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 320, do regulamento Administrativo, conforme a redação dada pela resolução nº 9, de 1997, **RESOLVE**:

Art. 1º - Constituir Comissão Especial para promover a atualização do Sistema Multimídia da mesa interativa instalada no Salão Azul do Senado Federal e promover a implementação do Sistema Interativo de Orientação ao Cidadão, que funcionará nos totens de auto-atendimento do Senado Federal.

Art 2º - Designar para compor a Comissão Especial, na qualidade de Presidente, o servidor Alan Silva – Senado – matrícula nº 3159.

Art 3º - O Presidente da Comissão Especial nomeará 09 membros e um secretário para a realização dos trabalhos.

Art 4º - Fixar o prazo de 90 (noventa) dias para a conclusão dos trabalhos.

Senado Federal, 18 de março de 2004.



Agaciel da Silva Maia
Diretor-Geral.

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL
Nº 046 , DE 2004

O **DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 320, do Regulamento Administrativo, conforme a redação dada pela Resolução nº 9, de 1997,

Considerando a necessidade de adoção de medidas e programas, através de normas de destinados ao desenvolvimento de ações técnicas integradas às práticas de gestão de Engenharia de Segurança Contra Incêndios, buscando a preservação da integridade e segurança dos senhores parlamentares, autoridades, servidores e visitantes desta Casa Legislativa.

RESOLVE:

Art. 1º – Instituir Comissão Especial, nível III, destinada elaborar estudos e apresentação de programas que implementem medidas e ações de caráter técnico, visando a criação e estruturação de Brigada de Incêndio no Senado Federal.

Art. 2º - Designar para compor a Comissão Especial os servidores Zuito Noieto Matrícula 2195, como Presidente e, na qualidade de membros os servidores Ronaldo Silva, Matrícula 3308, Luciano Martins Gomes, Matrícula 2278, José Milton de Moraes Neto, Matrícula 5065, José Luiz Morado, Matrícula 5070, Paulo Ricardo Zarranz Bueno, Matrícula 4981 e Maria Izabel Figueira de Lima Rosa, matrícula 4984.

Art. 3º – Fixar o prazo de 90 (noventa) dias para a conclusão dos trabalhos.

Senado Federal, em 19 de março de 2004.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL
Nº 047 , DE 2004

O **DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320, da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

RESOLVE:

I - Prorrogar por 30 (trinta) dias o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão de Sindicância, instituída pela Portaria nº 006 de 2004, do Diretor-Geral do Senado Federal, incumbida de apurar os fatos constantes no processo nº 000437/04-2, na forma disposta no art. 145, da Lei nº 8.112, de 1990.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 21 de fevereiro de 2004.

Senado Federal, 19 de março de 2004.

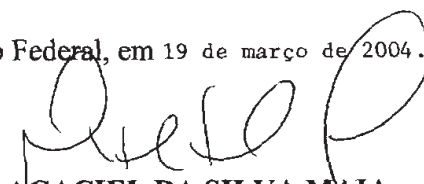

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 457 , DE 2004**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 003547/04-3,

R E S O L V E exonerar **ERIVAN SOUZA DA SILVA**, matrícula n.º 33.091, do cargo de Assistente Parlamentar, AP-6 do Gabinete do Senador Gerson Camata e nomeá-lo, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no mesmo Gabinete.

Senado Federal, em 19 de março de 2004.



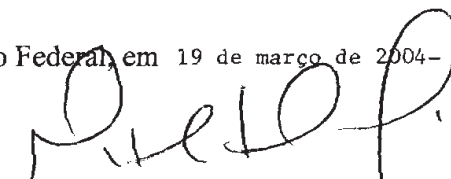
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 458 , DE 2004**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 003555/04-6,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **ARMANDO MORAES DA FONSECA**, matrícula n.º 34433, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Gabinete da Liderança do PL.

Senado Federal, em 19 de março de 2004-



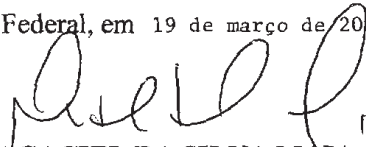
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 459 , DE 2004**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **003555/04-6**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ELAINE UMBELINO MACEDO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PL.

Senado Federal, em 19 de março de 2004.



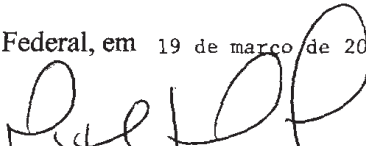
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 460 , DE 2004**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **003602/04-4**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MÁRCIO VINÍCIUS DE QUEIROZ** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PL.

Senado Federal, em 19 de março de 2004.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº. 461 , DE 2004**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 003299/04-0,

RESOLVE designar o servidor VILMAR BOMFIM AYRES DA FONSECA, matrícula 5170, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete da Segunda Vice-Presidência, a partir de 11 de março de 2004.

Senado Federal, 19 de março de 2004.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº. 462 , DE 2004**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 003151/04-2,

RESOLVE dispensar o servidor ERLI TAVARES DOS SANTOS, matrícula 2187, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Valdir Raupp, a partir de 09 de março de 2004.

Senado Federal, 19 de março de 2004.




AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 463 , DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 003513/04-1,

RESOLVE dispensar o servidor DJALMA DA SILVA LEITE, matrícula 4133, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Demóstenes Torres, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete da Liderança do Bloco da Maioria, a partir de 16 de março de 2004.

Senado Federal, 19 de março de 2004.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 464 , DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 003521/04-4,

RESOLVE designar o servidor ANTÔNIO FLÁVIO TESTA, matrícula 3984, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete da Quarta Secretaria, a partir de 04 de março de 2004.

Senado Federal, 19 de março de 2004.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL (52ª LEGISLATURA)

	BAHIA	PFL	Heráclito Fortes
PFL	Rodolpho Tourinho	PMDB	Mão Santa
PFL	Antonio Carlos Magalhães		RIO GRANDE DO NORTE
PFL	César Borges	PTB	Fernando Bezerra
	RIO DE JANEIRO	PMDB	Garibaldi Alves Filho
PT	Roberto Saturnino	PFL	José Agripino
PL	Marcelo Crivella		SANTA CATARINA
PMDB	Sérgio Cabral	PFL	Jorge Bornhausen
	MARANHÃO	PT	Ideli Salvatti
PMDB	João Alberto Souza	PSDB	Leonel Pavan
PFL	Edison Lobão		ALAGOAS
PFL	Roseana Sarney		Heloísa Helena
	PARÁ	PMDB	Renan Calheiros
PMDB	Luiz Otávio	PSDB	Teotônio Vilela Filho
PT	Ana Júlia Carepa		SERGIPE
PTB	Duciomar Costa	PFL	Maria do Carmo Alves
	PERNAMBUCO	PDT	Almeida Lima
PFL	José Jorge	PSB	Antonio Carlos Valadares
PFL	Marco Maciel		AMAZONAS
PSDB	Sérgio Guerra	PMDB	Gilberto Mestrinho
	SÃO PAULO	PSDB	Arthur Virgílio
PT	Eduardo Suplicy	PDT	Jefferson Peres
PT	Aloizio Mercadante		PARANÁ
PFL	Romeu Tuma	PSDB	Alvaro Dias
	MINAS GERAIS	PT	Flávio Arns
PL	Aelton Freitas	PDT	Osmar Dias
PSDB	Eduardo Azeredo		ACRE
PMDB	Hélio Costa	PT	Tião Viana
	GOIÁS	PSB	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	Maguito Vilela	PT	Sibá Machado
PFL	Demóstenes Torres		MATO GROSSO DO SUL
PSDB	Lúcia Vânia	PDT	Juvêncio da Fonseca
	MATO GROSSO	PT	Delcídio Amaral
PSDB	Antero Paes de Barros	PMDB	Ramez Tebet
PFL	Jonas Pinheiro		DISTRITO FEDERAL
PT	Serys Slhessarenko	PMDB	Valmir Amaral
	RIO GRANDE DO SUL	PT	Cristovam Buarque
PMDB	Pedro Simon	PFL	Paulo Octávio
PT	Paulo Paim		TOCANTINS
PTB	Sérgio Zambiasi	PSDB	Eduardo Siqueira Campos
	CEARÁ	PFL	João Ribeiro
PSDB	Reginaldo Duarte	PFL	Leomar Quintanilha
PPS	Patrícia Saboya Gomes		AMAPÁ
PSDB	Tasso Jereissati	PMDB	José Sarney
	PARAÍBA	PSB	João Capiberibe
PMDB	Ney Suassuna	PMDB	Papaléo Paes
PFL	Efraim Morais		RONDÔNIA
PMDB	José Maranhão	PMDB	- Paulo Elifas
	ESPÍRITO SANTO	PT	- Fátima Cleide
PPS	João Batista Motta	PMDB	- Valdir Raupp
PMDB	Gerson Camata		RORAIMA
PL	Magno Malta	PPS	- Mozarildo Cavalcanti
	PIAUÍ	PDT	- Augusto Botelho
PMDB	Alberto Silva	PMDB	- Romero Jucá

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Ramez Tebet (PMDB-MS)
Vice-Presidente: Senador Paulo Octavio (PFL-DF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Flávio Arns
Eduardo Suplicy	3. Serys Slhessarenko
Delcídio Amaral	4. Duciomar Costa
Roberto Saturnino	5. Magno Malta
Antonio Carlos Valadares	6. Aelton Freitas
Geraldo Mesquita Júnior	7. (vago)
Fernando Bezerra	8. (vago)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Mão Santa	2. Luiz Otávio
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Gerson Camata*
João Alberto Souza	5. Sérgio Cabral
Pedro Simon	6. Ney Suassuna
Valdir Raupp	7. Maguito Vilela
PFL	
César Borges	1. Antonio Carlos Magalhães
Efraim Morais	2. Demóstenes Torres
Jonas Pinheiro	3. João Ribeiro
Jorge Bornhausen	4. José Agripino
Paulo Octavio	5. José Jorge
Rodolpho Tourinho	6. Marco Maciel
PSDB	
Antero Paes de Barros	1. Arthur Virgílio
Sérgio Guerra	2. Álvaro Dias
Eduardo Azeredo	3. Lúcia Vânia
Tasso Jereissati	4. Leonel Pavan
PDT	
Almeida Lima	1. Osmar Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

*Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscmcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO DE TURISMO

TEMPORÁRIA (07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Octávio (PFL -DF)
Vice-Presidente: Senador Leonel Pavan (PSDB - SC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aelton Freitas	1. Antonio Carlos Valadares
Serys Shessarenko	2. Ideli Salvatti
PMDB	
Garibaldi Alves Filho	1. Mão Santa
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
PFL	
Paulo Octavio	1.
João Ribeiro	2. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Eduardo Azeredo

*Vaga cedida ao PPS.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO DE MINERAÇÃO

TEMPORÁRIA (07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa (PT - PA)

Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho (PFL - BA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Julia Carepa	1. Delcídio Amaral.
Aelton Freitas	2. Magno Malta
PMDB	
Luiz Otávio	1. Hélio Costa
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata**
PFL	
Rodolpho Tourinho	1. Efraim Moraes
João Ribeiro	2. Almeida Lima (PDT)*
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Eduardo Azeredo

*Vaga cedida pelo PFL

**Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 15.08.2003.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO DESTINADA A ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO
DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS TEMPORÁRIA
(09 titulares e 09 suplentes)**

Presidente: Senador César Borges (PFL - BA)
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra (PTB - RN)
Relator: Senador Ney Suassuna

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Roberto Saturnino	1. Eduardo Suplicy.
Fernando Bezerra	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata*
PFL	
César Borges	1. Jonas Pinheiro
Paulo Octávio	2. José Jorge
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Lúcia Vânia
PDT - PPS	
(vago)	(vago)

*Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO FOME ZERO TEMPORÁRIA
(07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Rodolpho Tourinho (PFL - BA)
Vice-Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT - SP)
Relator: Senador Romero Jucá (PMDB - RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Eduardo Suplicy	1. Delcídio Amaral.
Fernando Bezerra	2. Serys Slhessarenko
PMDB	
Ney Suassuna	1. Garibaldi Alves Filho
Romero Jucá	2. Luiz Otávio
PFL	
Jonas Pinheiro	1. Demóstenes Torres
Rodolpho Tourinho	2. Paulo Octávio
PSDB	
Lúcia Vânia	1. Leonel Pavan

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(29 titulares e 29 suplentes)

Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
Vice-Presidente: Senador Papaléo Paes* (PMDB-AP)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1. Delcídio Amaral
Eurípedes Camargo	2. Fernando Bezerra
Fátima Cleide	3. Tião Viana
Flávio Arns	4. Antonio Carlos Valadares
Sibá Machado	5. Duciomar Costa
(vago)	6. (vago)
Aelton Freitas	7. Serys Slhessarenko
Geraldo Mesquita Júnior	8. (vago)
PMDB	
Mão Santa	1. Garibaldi Alves Filho
Leomar Quintanilha	2. Hélio Costa
Maguito Vilela	3. Ramez Tebet
Sérgio Cabral	4. José Maranhão
Ney Suassuna	5. Pedro Simon
Amir Lando	6. Romero Jucá
Papaléo Paes*	7. Gerson Camata**
PFL	
Edison Lobão	1. Antonio Carlos Magalhães
Jonas Pinheiro	2. César Borges
José Agripino	3. Demóstenes Torres
Paulo Octávio	4. Efraim Morais
Maria do Carmo Alves	5. Jorge Bornhausen
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Arthur Virgílio
Lúcia Vânia	2. Tasso Jereissati
João Tenório	3. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	4. Sérgio Guerra
Reginaldo Duarte	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
Juvêncio da Fonseca	2. (vago)
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

*Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

** Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Reuniões: Quintas - Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA CRIANÇA DO
ADOLESCENTE E DA JUVENTUDE
(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
Vice-Presidente: Senadora Roseana Sarney (PFL-MA)
Relatora: Senadora Patrícia Saboya Gomes (PPS-CE)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1.(vago)
Fátima Cleide	2. (vago)
PMDB	
Amir Lando	1. (vago)
Juvêncio da Fonseca*	2. (vago)
PFL	
Roseana Sarney	1. (vago)
PSDB	
Lúcia Vânia	1. (vago)
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. (vago)

*Desfilou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.
Atualizada em 10.09.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO IDOSO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ)

Vice-Presidente: (vago)

Relator: Senador Leomar Quintanilha (PFL -TO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1. (vago)
Aelton Freitas	2. (vago)
PMDB	
Sérgio Cabral	1. (vago)
(vago)	2. (vago)
PFL	
Leomar Quintanilha*	1. (vago)
PSDB	
Antero Paes de Barros	1. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)

* Desfilou-se do PFL, passando a integrar a bancada do PMDB em 08.10.2003

Atualizada em 08.10.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz

Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS
DE NECESSIDADES ESPECIAIS
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senador Flávio Arns (PT-PR)

Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro (PFL-MT)

Relator: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Flávio Arns	1. (vago)
Eurípedes Camargo	2. (vago)
PMDB	
Ney Suassuna	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
PFL	
Jonas Pinheiro	1. (vago)
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. (vago)
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. (vago)

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Papaléo Paes*(PMDB-AP)
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho (PDT-RR)
Relator: Senador Mão Santa (PMDB-PI)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Serys Slhessarenko	1. (vago)
Eurípedes Camargo	2. (vago)
PMDB	
Mão Santa	1. (vago)
Papaléo Paes*	2. (vago)
PFL	
Maria do Carmo Alves	1. (vago)
PSDB	
Reginaldo Duarte	1. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

*Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

Atualizada em 17.09.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Edison Lobão (PFL-MA)
Vice-Presidente: Senador José Maranhão (PMDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Serys Slhessarenko	1. Eduardo Suplicy
Aloizio Mercadante	2. Ana Júlia Carepa
Tião Viana	3. Sibá Machado
Antonio Carlos Valadares	4. Duciomar Costa
Magno Malta	5. Geraldo Mesquita Júnior
Fernando Bezerra	6. João Capiberibe
Marcelo Crivella	7. Aelton Freitas
PMDB	
Amir Lando	1. Ney Suassuna
Garibaldi Alves Filho	2. Luiz Otávio
José Maranhão	3. Ramez Tebet
Renan Calheiros	4. João Alberto Souza
Romero Jucá	5. Maguito Vilela
Pedro Simon	6. Sérgio Cabral
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Paulo Octávio
César Borges	2. João Ribeiro
Demóstenes Torres	3. Jorge Bornhausen
Edison Lobão	4. Efraim Morais
José Jorge	5. Rodolpho Tourinho
PSDB	
Álvaro Dias	1. Antero Paes de Barros
Tasso Jereissati	2. Eduardo Azeredo
Arthur Virgílio	3. Leonel Pavan
PDT	
Jefferson Péres	1. Almeida Lima
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 10.12.2003

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas - Feiras às 10:00 horas. - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E - Mail: sscomccj@senado.gov.br

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS
“INDICAÇÕES APONTADAS” NO RELATÓRIO FINAL DA “CPI DO JUDICIÁRIO” E
RECEBER NOVAS DENÚNCIAS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS
COM O OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO
(7 titulares e 7suplentes)
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)**

Criada através do Requerimento nº 12-CCJ, de 1999, aprovado em 15/12/1999.

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7suplentes)**

**Presidente: Senador Tasso Jereissati
Vice-Presidente: Pedro Simon
Relator Geral: Senador Demóstenes Torres**

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Pedro Simon	1. João Alberto Souza
Garibaldi Alves Filho	2. Papaléo Paes
PFL	
Demóstenes Torres	1. Efraim Moraes
César Borges	2. João Ribeiro
PT	
Serys Slhessarenko	1. Sibá Machado
PSDB	
Tasso Jereissati	1. Leonel Pavan
OUTROS PARTIDOS (PDT, PTB, PSB, PPS e PL)	
Magno Malta	1. Fernando Bezerra

Atualizada em 02.09.03

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E - Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Osmar Dias (PDT-PR)
Vice-Presidente: Senador Hélio Costa (PMDB-MG)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Fátima Cleide	1. Tião Viana
Flávio Arns	2. Roberto Saturnino
Ideli Salvatti	3. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	4. (vago)
Duciomar Costa	5. (vago)
Aelton Freitas	6. (vago)
(vaga cedida ao PMDB)	7. (vago)
Heloísa Helena	8. (vago)
PMDB	
Hélio Costa	1. Mão Santa
Maguito Vilela	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Papaléo Paes
Gerson Camata*	4. Luiz Otávio
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
José Maranhão	6. Amir Lando
Valmir Amaral (por cessão do Bloco de Apoio ao Governo)	
PFL	
Demóstenes Torres	1. Edison Lobão
Jorge Bornhausen	2. Jonas Pinheiro
José Jorge	3. José Agripino
Efraim Moraes	4. Marco Maciel
Maria do Carmo Alves	5. Paulo Octavio
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Eduardo Azeredo
Reginaldo Duarte	3. João Tenório
Antero Paes de Barros	4. Lúcia Vânia
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres
Almeida Lima	2. Juvêncio da Fonseca
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças - Feiras às 11:30 horas - Plenário nº 15 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E - Mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 (doze) titulares e 12 (doze) suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)
Vice-Presidente: (vago)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Roberto Saturnino	1. (vago)
Fátima Cleide	2. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	3. Papaléo Paes*
PMDB	
Hélio Costa	1. Gerson Camata***
Sérgio Cabral	2. Juvêncio da Fonseca**
(vago)	3. Luiz Otávio
PFL	
Roseana Sarney	1 Paulo Octavio
Demóstenes Torres	2. José Agripino
Edison Lobão	3. (vago)
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Reginaldo Duarte
PDT	
Almeida Lima	2. (vago)

* Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

**Desfilou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.

*** Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 15.09.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E - Mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV
PERMANENTE
9 (nove) titulares
9 (nove) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

4.3) SUBCOMISSÃO DO LIVRO
PERMANENTE
7 (sete) titulares
7 (sete) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

4.4) SUBCOMISSÃO DO ESPORTE
PERMANENTE
7 (sete) titulares
7 (sete) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

5) - COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE
(17 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
Vice-Presidente: Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
(vago)	1. Ana Júlia Carepa
Heloísa Helena	2. Delcídio Amaral
Antonio Carlos Valadares	3. Geraldo Mesquita Júnior
Aelton Freitas	
Duciomar Costa	
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata*	
João Alberto Souza	
PFL	
César Borges	1. Jorge Bornhausen
Efraim Moraes	2. Paulo Octavio
João Ribeiro	
Antonio Carlos Magalhães	
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	
PDT	
Osmar Dias	1. Almeida Lima
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	

* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas - Feiras às 11:00 horas - Plenário nº 6 - Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E - Mail: jcarvalho@senado.gov.br

**5.1) SUBCOMISSÃO DESTINADA A FISCALIZAR AS
AGÊNCIAS REGULADORAS PERMANENTE
(05 titulares e 05 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa (PT -PA)
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral (PMDB - DF)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	2. Duciomar Costa
PMDB	
Valmir Amaral	1. Romero Jucá
PFL	
Leomar Quintanilha*	1. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Antero Paes de Barros

* Desfilou-se do PFL, passando a integrar a bancada do PMDB em 08.10.2003
Atualizada em 08.10.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas - Feiras às 11:00 horas - Plenário nº 6 - Ala Nilo Coelho
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E - Mail: jcarvalho@senado.gov.br

**5.2) SUBCOMISSÃO DE OBRAS INACABADAS PERMANENTE
(05 titulares e 05 suplentes)**

**Presidente: Senador Efraim Morais (PFL -PB)
Vice-Presidente: Senador Leonel Pavan (PSDB - SC)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aelton Freitas	1. Ana Júlia Carepa
Delcídio Amaral	2. Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	
Gerson Camata*	1. Luiz Otávio
PFL	
Efraim Morais	1. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Arthur Virgílio

* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.
Atualizada em 15.09.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas - Feiras às 11:00 horas - Plenário nº 6 - Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E - Mail: jcarvalho@senado.gov.br

6) - COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Magno Malta (PL-ES)
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1. Serys Slhessarenko
Eurípedes Camargo	2. (vago)
Magno Malta	3. (vago)
Aelton Freitas	4. (vago)
(vago)	5. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Renan Calheiros
Ney Suassuna	2. Amir Lando
José Maranhão	3. Gilberto Mestrinho
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. (vago)
PFL	
Edison Lobão	1. Demóstenes Torres
Efraim Moraes	2. Jonas Pinheiro
Maria do Carmo Alves	3. (vago)
Rodolpho Tourinho	4. Roseana Sarney
PSDB	
(vago)	1. Lúcia Vânia
(vago)	2. (vago)
Reginaldo Duarte	3. Antero Paes de Barros
PDT	
Jefferson Péres	1. Almeida Lima
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 05.11.2003

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos
Telefone 3111856 Fax: 3114646
E - Mail: mariadul@senado.br

7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella (PL-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Eduardo Suplicy	1. Flávio Arns
Heloísa Helena	2. Fátima Cleide
João Capiberibe	3. Aloizio Mercadante
Marcelo Crivella	4. Duciomar Costa
Fernando Bezerra	5. Aelton Freitas
Tião Viana (por cessão do PMDB)	Sibá Machado (por cessão do PMDB)
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Pedro Simon
João Alberto Souza	2. Ramez Tebet
Luiz Otávio	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. (vago)
(vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)	5. (vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Edison Lobão
João Ribeiro	2. Maria do Carmo Alves
José Agripino	3. Rodolpho Tourinho
Marco Maciel	4. Roseana Sarney
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Antero Paes de Barros
Eduardo Azeredo	2. Tasso Jereissati
Lúcia Vânia	3. Sérgio Guerra
PDT	
Jefferson Péres	1. Juvêncio da Fonseca
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 23.10.03

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas
E - Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**
7 (sete) titulares 7 (sete) suplentes

Presidente: Senador Marcelo Crivella
Vice-Presidente: Senador João Capiberibe
Relator: Senador Rodolpho Tourinho

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Marcelo Crivella	1. Duciomar Costa
João Capiberibe	2. Aelton Freitas
PMDB	
Hélio Costa	1. Ramez Tebet
Luiz Otávio	2. Juvêncio da Fonseca*
PFL	
Marco Maciel	1. Roseana Sarney
Rodolpho Tourinho	2. Maria do Carmo Alves
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Antero Paes de Barros

*Desfilou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.

Atualizada em 18.09.2003

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E - Mail: luciamel@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
7 (sete) titulares 7 (sete) suplentes

Presidente: Senador Jefferson Péres
Vice-Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
João Capiberibe	1. Sibá Machado
Fátima Cleide	2. (vago)
PMDB	
Valdir Raupp	1. Gilberto Mestrinho
PFL	
Marco Maciel	1. João Ribeiro
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Lúcia Vânia
PDT	
Jefferson Péres	1. (vago)
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas
E - Mail: luciamel@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador José Jorge (PFL-PE)

Vice-Presidente: Senador João Batista Motta (PPS-ES)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Eurípedes Camargo	2. Antonio Carlos Valadares
Serys Slhessarenko	3. Heloísa Helena
Sibá Machado	4. Ana Júlia Carepa
Fátima Cleide	5. Duciomar Costa
Duciomar Costa	6. Fernando Bezerra
Magno Malta	7. Marcelo Crivella
PMDB	
Gerson Camata*	1. Mão Santa
Amir Lando	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valmir Amaral	4. Renan Calheiros
Gilberto Mestrinho	5. Ney Suassuna
José Maranhão	6. Romero Jucá
PFL	
João Ribeiro	1. César Borges
José Jorge	2. Jonas Pinheiro
Marco Maciel	3. Efraim Morais
Paulo Octavio	4. Maria do Carmo Alves
Rodolpho Tourinho	5. Roseana Sarney
PSDB	
Leonel Pavan	1. (vago)
Sérgio Guerra	2. Arthur Virgílio
João Tenório	3. Reginaldo Duarte
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: Celso Parente

Reuniões: Terças - Feiras às 14:00 horas. - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa

Telefone: 3114607 Fax: 3113286

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**(Resolução do Senado Federal nº 20/93)****COMPOSIÇÃO****(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)****1ª Eleição Geral:** 19.04.1995 **3ª Eleição Geral:** 27.06.2001**2ª Eleição Geral:** 30.06.1999 **4ª Eleição Geral:** 13.03.2003**Presidente:** Senador **JOÃO ALBERTO SOUZA**¹³**Vice-Presidente:** Senador **DEMÓSTENES TORRES**²

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
(Vago) ¹⁰	MS	1128	1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata ¹¹	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
PFL ⁵					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges ⁴	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Maria do Carmo Alves ¹²	SE	1306
PT ¹					
Heloísa Helena ¹⁴	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
(vago) ⁸	DF	2285	3. Eduardo Suplicy ³	SP	3213
PSDB ⁵					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. Reginaldo Duarte	CE	1137
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
Juvêncio da Fonseca ⁷	MS	1128	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB ¹					
(Vago) ⁶			1. Fernando Bezerra	RN	2461
PSB ¹ , PL ¹ e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4161	1. (Vago) ⁹		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(atualizada em 29.01.2004)**Notas:**¹ Partidos pertencentes ao **Bloco de Apoio ao Governo** (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.² Eleito Vice-Presidente em 18.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.³ Eleito na Sessão do SF de 18.3.2003.⁴ Eleito na Sessão do SF de 19.3.2003.⁵ Partidos pertencentes à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.⁶ Vaga ocupada pelo Senador **Geraldo Mesquita Júnior** (Bloco/PSB-AC) até 6.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.⁷ Vaga ocupada pelo Senador **Jefferson Péres** (PDT-AM) até 7.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003. O Senador **Juvêncio da Fonseca** foi designado para essa vaga na Sessão do SF de 01.10.2003.⁸ Vaga ocupada pelo Senador **Flávio Arns** (Bloco/PT-PR) até 8.5.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF desse dia. O Senador **Eurípedes Camargo** (Bloco PT-DF) foi eleito para essa vaga na Sessão do SF de 03.12.2003 e deixou o exercício do mandato em 23.1.2004, em decorrência do retorno do titular.⁹ Vaga ocupada pelo Senador **Marcelo Crivella** (Bloco PL-RJ) até 13.8.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.¹⁰ Vaga ocupada pelo Senador **Juvêncio da Fonseca** (PDT-MS) até 01.10.2003, quando foi designado, em Plenário, para a vaga do PDT, partido ao qual se filiou em 11.09.2003.¹¹ Desfilou-se do PMDB em 15.9.2003, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.¹² Vaga ocupada pelo Senador **Renildo Santana** (PFL-SE), no período de 19.3 a 15.9.2003. A Senadora **Maria do Carmo Alves** (PFL-SE) foi eleita para essa vaga na Sessão do SF de 18.9.2003.¹³ Eleito Presidente do Conselho na 9ª Reunião, realizada em 12.11.2003, para completar o mandato exercido pelo Senador **Juvêncio da Fonseca**, que renunciou ao cargo em 25.09.2003.¹⁴ Na Sessão de 29.01.2004, foi lido o Ofício nº 039/04-GLDBAG, de 29.1.2004, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, comunicando o desligamento da Senadora do Partido dos Trabalhadores.**SECRETARIA-GERAL DA MESA****Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP) - Telefones: 311-4561 e 311-5256**

sscop@senado.gov.br

www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO ¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) ²	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 19.01.2004

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

² Afastou-se do exercício do mandato em 18.11.2003, para tratar de interesses particulares, por 125 dias - RQS 1.168/2003 (DSF de 19.11.2003, página 37785)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1ª Designação: 16.11.1995

2ª Designação: 30.06.1999

3ª Designação: 27.06.2001

4ª Designação: 25.09.2003

COMPOSIÇÃO

SENADORES	PARTIDO	ESTADO	RAMAL
Eurípedes Camargo ¹	Bloco/PT	DF	2285
Demóstenes Torres ¹	Bloco/PFL	GO	2091
(aguardando indicação)			
(aguardando indicação)			
(aguardando indicação)			

Notas:

¹ Designados na Sessão do SF do dia 25.09.2003.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko ⁴
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior ⁴

PMDB
Senador Papaléo Paes ⁸
PFL ⁶
Senadora Roseana Sarney (MA) ¹
PT ⁵
Senadora Serys Slhessarenko (MT) ¹
PSDB ⁶
Senadora Lúcia Vânia (GO) ¹
PDT
Senador Augusto Botelho (RR) ³
PTB ⁵
Senador Sérgio Zambiasi (RS) ⁷⁻⁹
PSB ⁵
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) ²
PL ⁵
Senador Magno Malta (ES) ¹
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) ¹

Atualizada em 19.01.2004

Notas:

¹ Designados na Sessão do SF de 26.2.2003

² Designado na Sessão do SF de 7.3.2003

³ Designado na Sessão do SF de 11.3.2003

⁴ Eleitos, por aclamação, em 12.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

⁵ Partido pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

⁶ Partido pertencente à Liderança Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

⁷ Vaga ocupada no período de 26.2.2003 a 10.10.2003 pelo Senador Papaléo Paes, que na Sessão do SF de 7.5.2003 comunicou seu desligamento do PTB e filiação ao PMDB.

⁸ Designado na Sessão do SF de 14.10.2003, conforme indicação da Liderança do PMDB lida na Sessão da mesma data. A vaga do PMDB foi ocupada no período de 26.2.2003 a 1º.08.2003 pela Senadora Íris de Araújo, cujo exercício do mandato encerrou-se em virtude do retorno do titular, Senador Maguito Vilela.

⁹ Designado na Sessão do SF de 10.10.2003, em substituição ao Senador Papaléo Paes.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Presidente nato ¹: Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado João Paulo Cunha (PT-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador José Sarney (PMDB-AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Paulo Paim (BLOCO/PT-RS)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Luiz Piauhyllino (PSDB-PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Geddel Vieira Lima (PMDB-BA)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Romeu Tuma (PFL-SP)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Severino Cavalcanti (PPB-PE)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador Alberto Silva (PMDB-PI)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Heráclito Fortes (PFL-PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado Ciro Nogueira (PFL-PI)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Sérgio Zambiasi (BLOCO/PTB-RS)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Nelson Pellegrino (PT-BA)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Tião Viana (PT/AC)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO</u> Deputado Luiz Eduardo Grenhalgh (PT-SP)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Edison Lobão (PFL-MA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Deputado Zulaê Cobra (PSDB-SP)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)

Atualizado em 07.11.2003

Nota:

¹ De acordo com o art. 5º do Ato nº 1/73-CN.

CONGRESSO NACIONAL CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

- 1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002
- Mandato estendido até 5/6/2004, conforme Decreto Legislativo nº 77/2002-CN

Presidente: JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO¹

Vice-Presidente: JAYME SIROTSKY

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTE
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SORAES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	(VAGO) ³	(VAGO) ²
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	MIGUEL CIPOLLA JR.
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	FREDERICO BARBOSA GHEDINI
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	FRANCISCO PEREIRA DA SILVA	ORLANDO JOSÉ FERREIRA GUILHON
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO	MANUEL ALCEU AFFONSO FERREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ALBERTO DINES	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JAYME SIROTSKY	JORGE DA CUNHA LIMA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	CARLOS CHAGAS	REGINA DALVA FESTA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RICARDO MORETZSOHN	ASSUMPÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE

Composição atualizada em dezembro de 2003

Notas:

¹ Presidente e Vice-Presidente eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 25.6.2002.

² Vaga ocupada, até 04.08.2003, por **CARLOS ROBERTO BERLINCK**, que renunciou ao mandato, conforme comunicação lida na Sessão do Senado Federal desse dia.

³ Vaga ocupada, até 23.12.2003, por **PAULO CABRAL DE ARAÚJO**, que renunciou ao mandato, conforme comunicação lida na Sessão do Senado Federal desse dia.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefone: (61) 311-4561
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 - Comissão de Regionalização da Programação

(constituída na Reunião de 26/06/2002)

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)

02 - Comissão de Tecnologia Digital

(constituída na Reunião de 26/06/2002, para atender à Consulta nº 1, de 2002-CCS, formulada pela Presidência do Senado Federal ao Conselho de Comunicação Social)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão) – desde 14/10/2002
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio) – desde 14/10/2002
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) – desde 14/10/2002

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária

(constituída na Reunião de 02/09/2002)

- Regina Dalva Festa (Representante da sociedade civil) – Coordenadora
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)

04 - Comissão de TV a Cabo

(constituída na Reunião de 17/03/2003, para emissão de parecer sobre o Projeto de Lei do Senado nº 175/2001, e mantida para atender à proposta do Parecer nº 2/2003-CCS, aprovado na Reunião de 07/04/2003, no sentido da realização de análise da situação da TV a Cabo no Brasil e apresentação de medidas e iniciativas com vista à solução dos problemas enfrentados pelo setor)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil)

05 - Comissão de Concentração na Mídia

(constituída na Reunião de 07/04/2003, para análise da concentração e controle cumulativo nas empresas de comunicação social em pequenas e médias cidades brasileiras)

- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Alberto Dines (Representante da sociedade civil)
- Ricardo Moretzsohn (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefone: (61) 311-4561

sscop@senado.gov.br

www.senado.gov.br/ccs

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.05.2003

Presidente: Deputado DR. ROSINHA	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Senador RODOLPHO TOURINHO	Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROBERTO JEFFERSON

MEMBROS NATOS ⁽¹⁾	
Senador EDUARDO SUPLICY Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputada ZULAIÊ COBRA Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT - PTB - PSB - PL) ⁽²⁾	
IDELI SALVATTI (PT/SC)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR) ⁽⁶⁾
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	2. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB/SE)
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. LUIZ OTÁVIO (PMDB/PA)
ROMERO JUCÁ (PMDB/RR)	2. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
PFL ⁽³⁾	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
RODOLPHO TOURINHO (PFL/BA)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
PSDB ⁽³⁾	
EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)	1. LEONEL PAVAN (PSDB/SC)
PDT	
JEFFERSON PÉRES (PDT/AM) ⁽⁷⁾	Vago ⁽⁸⁾
PPS ⁽⁴⁾	
MOZARILDO CAVALCANTI (PPS/RR)	1. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS/CE) ⁽¹¹⁾

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. PAULO DELGADO (PT/MG)
PFL	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. PAULO BAUER (PFL/SC)
PMDB	
OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)	1. EDISON ANDRINO (PMDB/SC)
PSDB	
EDUARDO PAES (PSDB/RJ) ⁽⁵⁾	1. JULIO REDECKER (PSDB/RS)
PPB	
LEODEGAR TISCOSKI (PPB/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PPB/SP)
PTB	
ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
PL	
OLIVEIRA FILHO (PL/PR) ⁽¹⁰⁾	1. WELINTON FAGUNDES (PL/MT) ⁽¹⁰⁾
PSB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JAMIL MURAD (PCdoB/SP) ⁽⁹⁾
PPS ⁽⁴⁾	
JOÃO HERRMANN NETO (PPS/SP)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

Notas:

⁽¹⁾ Membros natos, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Resolução 1/1996-CN.

⁽²⁾ O **Bloco de Apoio ao Governo** foi constituído, no Senado Federal, em 01.02.2003 (DSF de 02.02.2003, pg. 00338).

⁽³⁾ Partido pertencente à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), no Senado Federal, constituído em 29.04.2003 (DSF de 30.04.2003, pg. 09125).

⁽⁴⁾ Vaga decorrente da aplicação da Resolução nº 2, de 2000-CN.

⁽⁵⁾ Vaga ocupada pelo Deputado Feu Rosa até 25.06.2003, conforme comunicação lida na Sessão do Senado da mesma data.

⁽⁶⁾ Vaga ocupada pelo Senador Marcelo Crivella até 11.08.2003, conforme comunicação lida na Sessão do Senado da mesma data.

⁽⁷⁾ Vaga ocupada pelo Senador Osmar Dias até 26.08.2003, conforme comunicação lida na Sessão do Senado da mesma data.

⁽⁸⁾ Vaga ocupada pelo Senador Jefferson Péres até 26.08.2003, quando passou a ocupar a vaga de titular deixada pelo Senador Osmar Dias.

⁽⁹⁾ Vaga ocupada pelo Deputado Edson Ezequiel até 08.09.2003, conforme indicação da Liderança do PSB lida na Sessão do Senado da mesma data.

⁽¹⁰⁾ Vagas ocupadas pelos Deputados Welinton Fagundes (titular) e Neucimar Fraga (Suplente) até 30.09.2003, conforme indicação da Liderança do Bloco PL/PSL lida na Sessão do Senado da mesma data.

⁽¹¹⁾ Vaga ocupada pelo Senador João Batista Motta, que desligou-se do PPS e passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 02.10.2003.

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador EDUARDO SUPPLY¹

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado ARLINDO CHINAGLIA (PT-SP)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador TIÃO VIANA (PT ² - AC) ⁴
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado JOSÉ CARLOS ALELUIA (PFL-BA)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador EFRAIM MORAIS (PFL-PB) ³
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Deputada ZULAIÊ COBRA (PSDB-SP)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador EDUARDO SUPPLY (PT ² - SP)

Atualizado em 04.02.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4552
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

Notas:

¹ Conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião da Comissão, realizada em 15.8.2001 (Ata publicada no DSF de 22.08.2001, pg. 17595).

² Partido pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo (PT/PTB/PSB/PL), no Senado Federal, constituído em 01.02.2003 (DSF de 02.02.2003, pg. 00338).

³ Partido pertencente à Liderança Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB), no Senado Federal, constituída em 29.04.2003 (DSF de 30.04.2003, pg. 09125).

⁴ Maioria definida pela Mesa em sua 10ª reunião, realizada em 06.11.2003 (Ata publicada no DSF de 12.11.2003, pg. 36262) e comunicada na Sessão do SF de 07.11.2003 (DSF de 8.11.2003, pgs.35936/35937).

PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 31,00
Porte de Correio	R\$ 96,00
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 127,60
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 62,00
Porte de Correio	R\$ 193,00
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 255,20
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

Ug 020055
Gestão 00001

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho. Ordem de Pagamento pelo Banco do Brasil, Agência 4201-3 conta nº 170500-8, ou recibo de depósito via FAX (0xx61) 224-5450, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos identificadores abaixo discriminados:

Subsecretaria de Edições Técnicas	02005500001001-0
Assinaturas DCN	02005500001002-9
Venda de Editais	02005500001003-7
Orçamento/Cobrança	02005500001004-5
Aparas de Papel	02005500001005-3
Leilão	02005500001006-1
Aluguéis	02005500001007-X
Cópias Reprográficas	02005500001008-8

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº – BRASÍLIA – DF – CEP 70165-900
CGC 00.530.279/0005-49

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinatura dos DCN

Maiores informações pelos telefones (0xx61) 311-3772 e (0xx61) 311-3803 – Serviço de Administração Econômico-Financeira/Controle de Assinaturas, com Mourão ou Solange Neto/Waldir



EDIÇÃO DE HOJE: 124 PÁGINAS